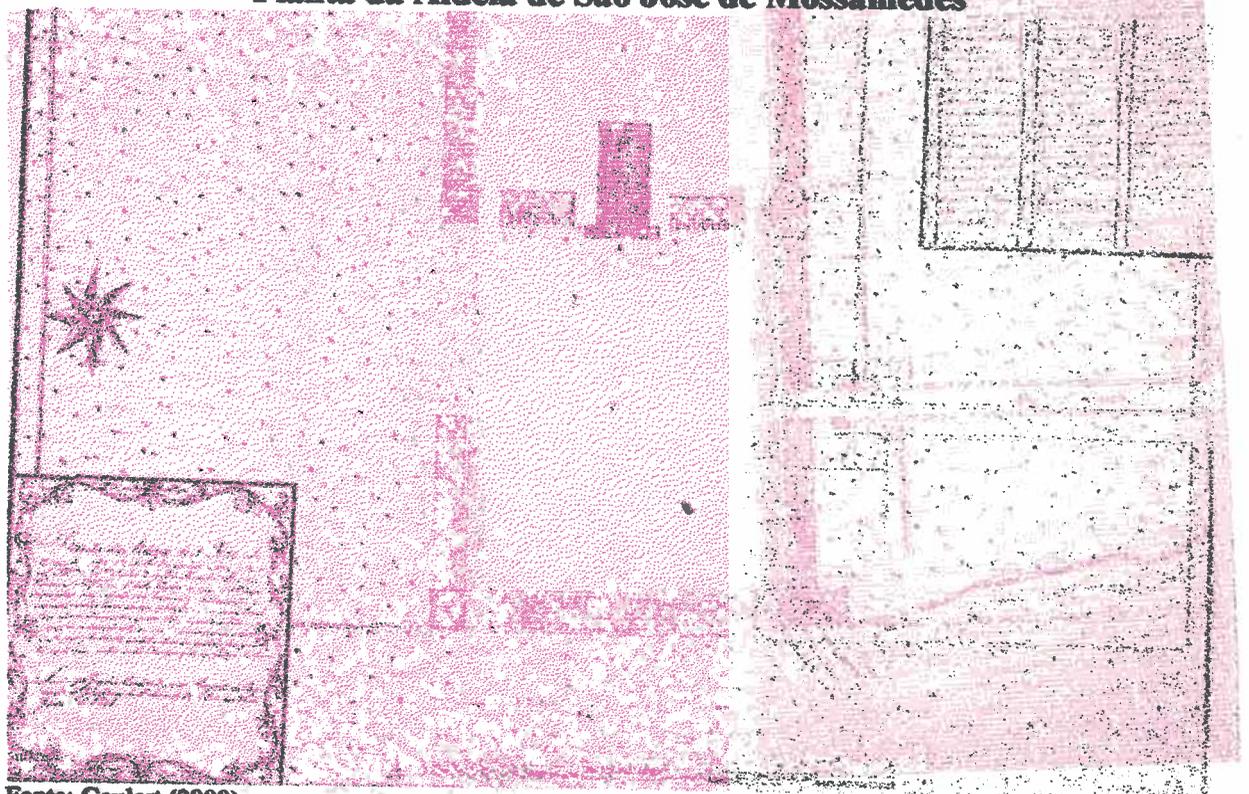


ELSON RODRIGUES OLANDA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MOSSÂMEDES-GO:
DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ AOS NOVOS LIMITES MUNICIPAIS**

Planta da Aldeia de São José de Mossâmedes



Fonte: Goulart (2000)

Universidade Federal de Goiás

Goiânia - 2001

ELSON RODRIGUES OLANDA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MOSSÂMEDES-GO:
DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ AOS NOVOS LIMITES MUNICIPAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação da professora Dr^a. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.

**Universidade Federal de Goiás
Goiânia - 2001**

Comissão Julgadora

Prof. Dr.^a. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (Orientadora)

Prof. Dr.^a. Beatriz Ribeiro Soares (Membro)

Prof. Dr.^a. Clyce Louise Widerherker (Membro)

AGRADECIMENTOS

Um trabalho, por mais simples que seja, não se pode realizar de modo unipessoal, embora exija uns tempos de solidão, nas mesas de leituras... O resultado constitui uma síntese de muitas colaborações. Agradeço, sinceramente, a todas as pessoas e instituições que contribuíram de forma direta ou indireta na realização deste estudo.

A minha companheira Diva pelo incentivo, o apoio carinhoso e pela paciência e dedicação do primeiro ao último segundo.

A professora Celene pela orientação segura e dedicada nos caminhos das incertezas e das dúvidas, o entusiasmo e o incentivo desafiador em todos os momentos.

As professoras Clyce e Maria Amélia pela atenção, observações críticas e sugestões na qualificação.

Ao meu irmão Nelson pela leitura atenciosa e revisão dos textos.

A minha mãe Ana e aos meus irmãos e irmãs que ajudaram, nas longas conversas familiares—um revirar os nossos baús de memórias dos tempos vividos em Sanclerlândia.

Ao colegas e amigos Eguimar e Tadeu pela boa prosa, com idéias sempre desafiadoras.

Aos professores e aos colegas de turma, pelas discussões bem humoradas durante a realização dos cursos.

Aos colegas Marta e Rodrigo que estiveram mais próximos durante a pesquisa, nas idas e vindas pelo ‘Mato Grosso de Goiás’.

Aos professores e professoras da Área de Ciências Sociais e Filosofia do CEPAE/UFG: Danilo, Duílio, Márcia Eliane, Maria do Carmo, Marta, Paulo César e Raquel, que suportaram uma maior carga de trabalho com o meu afastamento.

A professora Maria do Carmo Tedesco pelas sugestões de leitura.

A professora Andréa Delgado e aos professores Alésio Claret e Fernando Pereira pelo apoio na forma final do trabalho.

Aos funcionários da biblioteca do IBGE em Goiânia e do Arquivo Histórico Estadual pela atenção, presteza e competência no atendimento às informações solicitadas,

exemplos de bom funcionamento do serviço público, continuamente sucateado pelos sucessivos governos.

Aos funcionários técnicos-administrativos do IESA/UFG, principalmente pelo apoio nos emaranhados da burocracia.

A todas as pessoas em Adelândia, Buriti de Goiás, Mossâmedes e Sanclerlândia com as quais conversei e abriam suas memórias, falaram de suas vidas, da região, do local, da política, contaram histórias e histórias ...

Ao professor Ivanilton e a professora Loçandra pelo apoio prestado na realização da cartografia digital.

Ao IESA/UFG pela acolhida no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia.

Ao Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada À Educação da Universidade Federal de Goiás, pelo apoio e liberação parcial para cursar as disciplinas.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás pela concessão de afastamento durante treze meses, o que possibilitou uma dedicação exclusiva à pesquisa neste período.

A todas as pessoas citadas e outras que podem ter sido esquecidas, muito obrigado é insuficiente para expressar os meus agradecimentos. Recorro, então, pluralizando os termos, a uma expressão simples, humilde e profunda, aprendida no mato, no “Mato Grosso de Goiás”:
que os deuses os ajudem!

A memória das minhas irmãs

Maria e Iolanda,

A memória do meu irmão Divino

Os três, vilaboenses/mossamedinos/sanclerlandenses, hoje
nas fronteiras do além.

RESUMO

No século XVIII, a colonização portuguesa não havia conseguido uma ocupação efetiva de todo o território onde atualmente é o Estado de Goiás. Portugal definiu uma estratégia de ocupação do interior, por meio da criação de núcleos povoadores que receberam denominações de Presídios e Aldeias. A **Aldeia de São José de Mossâmedes (1775)** nasce e se estrutura sob os auspícios do Estado Português enquanto parte do planejamento de uma ocupação territorial que absorvesse a população indígena. A povoação constituída na Aldeia sobreviveu ao longo do tempo e foi elevada à condição de município em 1952. O atual município de **Mossâmedes** obteve a sua emancipação, com o desmembramento do município da Cidade de Goiás, após a ocupação da fronteira agrícola, na “Zona do Mato Grosso de Goiás”, iniciada nas primeiras décadas do século XX e consolidada nas décadas de trinta e quarenta, sobretudo com a chegada dos **mineiros**, oriundos do Oeste de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro. Estes fincaram suas raízes e fundaram povoados, constituindo, assim, núcleos urbanos nessa região, inclusive **Adelândia, Buriti de Goiás e Sanclerlândia**, distritos de Mossâmedes que se tornaram municípios. Discute-se o processo de formação territorial do município de Mossâmedes no contexto de uma nova dinâmica dos núcleos urbanos, a partir de meados do século XX com a consolidação da fronteira agrícola na região.

Palavras chaves: aldeia , fronteira, imigrantes, Mato Grosso de Goiás, mineiros, Mossâmedes, município, região e território.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PRÓLOGO	18
MOSSÂMEDES: OLHARES NA CHEGADA, INTERROGAÇÕES NA PARTIDA.....	18
CAPÍTULO I	
DO TERRITÓRIO DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ AO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES	23
1- DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ DE MOSSÂMEDES AO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES : DESMATANDO E DESMONTANDO UM POUCO DE HISTÓRIA.	24
2- A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO “MATO GROSSO DE GOIÁS”	35
3-MOSSÂMEDES: DA FRENTE PIONEIRA AOS NOVOS LIMITES MUNICIPAIS.	38
3.1 AS FORMAS DE MOSSÂMEDES.....	40
4- DA MATA AO PASTO: DERRUBAR, QUEIMAR, PLANTAR E CRIAR.	48
4.1-A AGRICULTURA FAMILIAR 48	48
4.2-A AGRICULTURA: UMA TRADIÇÃO FAMILIAR EM MOSSÂMEDES.	50
4.3-OS PRODUTORES RURAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR EM MOSSÂMEDES.....	56
CAPÍTULO II	
A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE MOSSÂMEDES: AS EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS DOS DISTRITOS E OS NOVOS LIMITES MUNICIPAIS	59
1-Do TERRITÓRIO À REGIÃO 60	60
2- DA REGIÃO AO TERRITÓRIO 63	63
3- MOSSÂMEDES, O SINGULAR NO PARTICULAR: O MUNICÍPIO NA REGIÃO.	67
4- MOSSÂMEDES: O MUNICÍPIO NO ESTADO..... 70	70
5-SANCLERLÂNDIA: DO POVOADO DO CRUZEIRO AO MUNICÍPIO AUTÔNOMO 74	74
5. 1 DO CRUZEIRO A SANCLERLÂNDIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA 77	77
6. DA CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO À ADELÂNDIA: 82	82
6.1 ADELÂNDIA: DISTRITO DE MOSSÂMEDES..... 85	85
6.2 A EMANCIPAÇÃO DE ADELÂNDIA..... 86	86
7- DA VEREDA AO POVOADO, DO POVOADO AO DISTRITO E AO MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS 89	89
7.1 BURITI: DO POVOADO AO DISTRITO..... 92	92
7.2 O POVOADO PERDE STATUS DE DISTRITO..... 94	94
7.3 BURITI: DO DECLÍNIO DO POVOADO AO MUNICÍPIO. 98	98

CAPÍTULO III

NOVOS LIMITES MUNICIPAIS: UM NOVO TERRITÓRIO?	101
1- O TERRITÓRIO FRAGMENTADO E O PODER DIVIDIDO.	102
2- DE MOSSÂMEDES (1954) A MOSSÂMEDES (1996), O TERRITÓRIO ESTRUTURADO: CONFRONTANDO OS <i>FRAGMENTOS</i>	106
3- <i>OS FRAGMENTOS</i> : DA UTOPIA DA AUTONOMIA ECONÔMICA AO DILEMA DA DEPENDÊNCIA DOS REPASSES DO ESTADO E DA UNIÃO.	112
EPÍLOGO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
BIBLIOGRAFIA	125

INDICE DE QUADROS

QUADRO 01. POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DE MOSSÂMEDES-1862	30
QUADRO 02. ESBOÇO CRONOLÓGICO DE MOSSÂMEDES-GO	34
QUADRO 03- ÁREAS DE LAVOURAS , PASTAGENS E MATAS EM MOSSÂMEDES:1970 A 1996. 44	44
QUADRO 04. OCORRÊNCIAS DE CHUVAS.....	45
QUADRO 05- TRATORES E BOIS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES-1960-1985	54
QUADRO 06- PRODUÇÃO DE MILHO EM MOSSÂMEDES: 1960 A 1992	55
QUADRO 07. MOSSÂMEDES E AS CIDADES MAIS POPULOSAS DE GOIÁS: 1950	70
QUADRO 08. MUNICÍPIOS NO BRASIL E EM GOIÁS: 1940 A 1998	72
QUADRO 09. POPULAÇÃO RESIDENTE E REPRESENTANTES NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	103
QUADRO 10. POPULAÇÃO RESIDENTE E HABITANTES POR VEREADOR:1996.....	104
QUADRO 11. POPULAÇÃO RESIDENTE-1996.....	108
QUADRO 12. POPULAÇÃO RELATIVA-1996.....	109
QUADRO 13..AGÊNCIAS BANCÁRIAS, ATENDIMENTO ESCOLAR, HOSPITAIS E LEITOS HOSPITALARES: 1996	114
QUADRO 14. DADOS DA RECEITA TRIBUTÁRIA—1996 (VALORES EM R\$).....	115

INDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01- IMIGRANTES DE OUTROS ESTADOS EM GOIÁS:1940	31
GRÁFICO 02. ÁREAS DE MATAS E PASTAGENS 1996.....	43
GRÁFICO 03. POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES: 1960 -1996	44
GRÁFICO 04. POPULAÇÃO DA CIDADE DE MOSSÂMEDES: DE 1950 A 1991	53
GRÁFICO 05. % DE CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS:1940-1998.....	73
GRÁFICO 06. HABITANTES POR VEREADOR: MOSSÂMEDES E SEUS EX-DISTRITOS.....	102
GRÁFICO 07. ÁREA DOS MUNICÍPIOS EM KM²	108
GRÁFICO 08. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA	110

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 01. PERSPECTIVA DA ALDEIA.....	23
FIGURA 02. PERFIL TOPOGRÁFICO GOIÁS -MOSSÂMEDES	25
FIGURA 03. MAPA: ESTADO DE GOIÁS	26
FIGURA 04. MAPA: MOSSÂMEDES - 1952.....	32
FIGURA 05. MAPA: UTILIZAÇÃO DA TERRA -1993.....	42
FIGURA 06. PERFIL TOPOGRÁFICO: CÓRREGO AMARGOSO - CÓRREGO BARREIRO	75
FIGURA 07. MAPA: MOSSÂMEDES - 1962.....	78
FIGURA 08. MAPA: MOSSÂMEDES E SANCLERLÂNDIA (GO) - 1964.....	81
FIGURA 09. MAPA: MOSSÂMEDES, SANCLERLÂNDIA E ADELÂNDIA (GO) - 1988	88
FIGURA 10. MAPA: MOSSÂMEDES, SANCLERLÂNDIA, ADELÂNDIA E BURITI DE (GO) - 1992	100
FIGURA 11. MAPA: MOSSÂMEDES, SANCLERLÂNDIA, ADELÂNDIA E BURITI DE (GO) - 1992 - FORMA DAS CIDADES.....	111

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

FOTO Nº 01. PRAÇA DAMIANA DA CUNHA, AO CENTRO A CASA DE TELEVISÃO.	19
FOTO Nº 02 .IGREJA DE SÃO JOSÉ	20
FOTO Nº 03. CAFUNDÓ—CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA SERRA DOURADA.....	21
FOTO Nº 04. RESQUÍCIOS DA MATA DE SÃO MANOEL NO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES	41
FOTO Nº 05. TREVO EM SANCLERLÂNDIA. O BOI NELORE É O DESTAQUE.....	56
FOTO Nº 06. ADELÂNDIA : CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO.....	83
FOTO Nº 07. CRUZEIRO SÍMBOLO DA FUNDAÇÃO DE BURITI DE GOIÁS.....	92

INTRODUÇÃO

O tema que se desenvolve, neste estudo, surgiu das experiências pessoais do autor, inicialmente, num *espaço vivido* em parte da sua trajetória no interior de Goiás, revirando o solo, observando resquícios de mata e o (des)aparecimento de espécies da fauna e da flora; córregos e ribeirões sendo assoreados; o crescimento e o desaparecimento de povoados; o campo se esvaziando e as cidades “crescendo”. O delineamento inicial não passou pelo crivo das erudições teóricas ou do formalismo acadêmico tão em voga nestes tempos de (prag)matismo capitalista, esta “praga” determina o fazer apressado em detrimento do fazer pensado.

A escolha do município de Mossâmedes deveu-se às forças telúricas que agiram e agem provocando inquietações na busca de um estudo sistemático que respondesse as indagações sobre as transformações desse espaço vivido.

Segundo TEIXEIRA NETO (1982, p.161) “O embrião de redivisões territoriais internas, seja para fins administrativos, seja para criar novas unidades federativas são (sic) o município e, **consequentemente a microrregião homogênea**”¹. É com essa perspectiva que desenvolver-se-á, este trabalho, ou seja, considerando o município de Mossâmedes como o embrião que originou três outros municípios: Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás, localizados na Microrregião de Anicuns e na Mesorregião Centro Goiano.

O tema em questão se justifica por ser uma proposta de pesquisa básica sobre a geografia do espaço goiano e essencial para compreender as transformações locais do mesmo. Nesse sentido propôs-se a busca de subsídios para o entendimento geográfico do surgimento dos municípios suprelatados.

Mossâmedes, por ter se originado de um aldeamento próximo a antiga capital (Cidade de Goiás), é um das povoações mais antigas do Estado. Porém, a sua emancipação política só ocorreu em 1952, e sua fragmentação territorial inicia-se a partir da década de 60, gerando assim os outros municípios.

¹ Grifo nosso. Quanto ao papel da microrregião no processo de redivisão territorial, discordamos de Teixeira Neto, porque a microrregião não tem função ou conotação administrativa.

A Aldeia de São José de Mossâmedes foi fundada em 1755 com objetivo de acolher índios das nações Acroás e Naundós. A duração do aldeamento foi curta, cerca de duas décadas. Ocorreu uma destruição cuja data não é conhecida e a posterior reedificação ocorreu por volta de 1775. Em 1780 foi criada a freguesia de São José de Mossâmedes. Posteriormente esteve vinculada administrativamente ao município de Itaberaí. No final do século XIX foi desmembrada de Itaberaí e anexada ao município de Goiás. Finalmente em 1952, foi desmembrada da cidade de Goiás e elevada à condição de município.

O município de Mossâmedes, localizado na Microrregião de Anicuns e na Mesorregião Centro Goiano, surgiu logo após a ocupação da fronteira agrícola, na Chamada “Zona do Mato Grosso de Goiás”², iniciada nas primeiras décadas deste século e consolidada nas décadas de trinta e quarenta, sobretudo com a chegada dos “mineiros”, oriundos do Oeste de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro. Eles tiveram um papel importante no povoamento e na formação dos núcleos urbanos nessa região.

Sanclerlândia, o primeiro Distrito a se desmembrar de Mossâmedes, obteve a sua autonomia política em 1963. A emancipação de Adelândia ocorreu em 1987, e, Buriti de Goiás torna-se município em 1992, diante do exposto uma questão se apresenta:

Como se deu o processo de formação e fragmentação territorial do município de Mossâmedes-GO?

A hipótese constituída é a de que o município de Mossâmedes-GO, teve o seu território fragmentado a partir da década de 60, em decorrência da intensificação do processo de ocupação das áreas em ambiente de Cerrado no Estado de Goiás como resultado de políticas públicas, apesar da ocupação pioneira ter sido realizada na “Zona do Mato Grosso de Goiás” nas décadas de 30 e 40. A apropriação e o uso da terra pelas atividades econômicas como a pecuária e a agricultura contribuíram para a formação e a consolidação de núcleos urbanos que obtiveram a “autonomia” político-administrativa, fragmentando assim, o território do município-mãe.

² Em 1969, o IBGE instituiu oficialmente a Microrregião do Mato Grosso de Goiás. Essa Microrregião abrangia aproximadamente 20.000 Km² das áreas de mata tropical estacional, localizadas na porção meridional do Estado de Goiás.

Os municípios de Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás surgiram por meio de uma combinação e articulação das condições socioeconômicas e políticas locais, regionais e nacionais na formação territorial.

Para o desenvolvimento do estudo, buscou-se um referencial teórico da Geografia, tendo a perspectiva de uma abordagem regional, que privilegiou categorias analíticas como região, fronteira e território.

Definidas as categorias principais, a estratégia traçada foi a de encontrar um referencial teórico relativo às categorias definidas numa bibliografia pertinente.

Para a obtenção dos dados empíricos buscou-se o apoio de uma bibliográfica específica sobre o Mato Grosso de Goiás e sobre os municípios de Mossâmedes, Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás, e, uma documentação cartográfica na escala adequada.

Os dados estatísticos foram obtidos a partir dos Censos Demográficos, Censos Econômicos, Anuário Estatístico do Brasil e Anuário Estatístico do Estado de Goiás.

Uma pesquisa documental foi realizada junto ao Arquivo Histórico do Estado de Goiás, à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e à Prefeitura de Mossâmedes para a obtenção das Fontes Oficiais (Leis provinciais, estaduais e municipais).

Outro recurso utilizado foi a obtenção de depoimentos dos moradores dos municípios por meio de entrevistas, onde o pesquisador estimulava mas não dirigia os depoimentos que foram gravados em fitas de áudio e posteriormente transcritas. Nas citações em que aparecem as falas dos depoentes optou-se, o máximo possível, pelo respeito à linguagem do entrevistado. Todas as entrevistas foram feitas no período de 03 a 07 de outubro de 2000, durante um dos quatro trabalhos de campo realizados.

O trabalho possui a seguinte estrutura: um prólogo, três capítulos, que tem uma seqüência cronológica, mas sem pretensão de linearidade e epílogo.

No primeiro capítulo será feita uma incursão pela história com o objetivo de conseguir uma compreensão dos antecedentes do município de Mossâmedes, respondendo à questões sobre: como surgiu Mossâmedes? Sob qual estratégia territorial? Quais as bases que levaram a constituição do município? Para responder estas e outras indagações surgidas no decorrer da pesquisa foi vital recorrer à historiografia sem a pretensão de fazer a história

local o que não pode ser confundido com o fazer a História local, isto não foi sequer cogitado, porque a análise foi realizada na perspectiva geográfica e a partir de seus pressupostos.

No segundo capítulo, privilegiar-se-á a particularidade do Mato de Grosso de Goiás a partir da década de 1940 e a singularidade da fragmentação territorial de Mossâmedes por meio da formação dos municípios de Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás. A ocupação da região do Mato Grosso de Goiás foi intensificada pela implementação de projetos públicos como a consolidação da nova capital estadual, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás e o adensamento de núcleos de povoamento coloniais como Mossâmedes, a “velha” aldeia colonial passa ter uma nova importância dentro da implementação de uma nova estratégia territorial impulsionada pela Marcha Para o Oeste.

No terceiro capítulo serão tecidas algumas comparações dos fragmentos territoriais de Mossâmedes, relativas à população residente, arrecadação de impostos, representação parlamentar, entre outros.

Acredita-se que os resultados alcançados foram os possíveis dentro das condições objetivas, mesmo que diferindo em muito, do sonhado e desejado. “Encerra-se” uma viagem com o retorno ao ponto de partida, mas isso não significa, necessariamente a tontura de ter girado somente no *território* do próprio corpo ou vagado sem rumo, deixando para trás apenas a poeira cósmica. A tarefa proposta, então, é a de compreender o processo de formação territorial de Mossâmedes, iniciado com a Aldeia de São José e “concluído” com a emancipação de Buriti de Goiás. Neste percurso imaginário e ao mesmo tempo real, foi possível apreender a formação e a conformação espacial do local.

O Brasil, na sua complexidade de país continental apresenta uma heterogeneidade na formação de seus milhares de municípios que poderá ser compreendida pela Geografia por meio da análise dos processos particulares da formação territorial articulado nos âmbitos estaduais e federal.

Este estudo, dentro das suas limitações, pretende contribuir para a discussão da formação territorial na escala municipal, ainda pouco trabalhada pela Geografia no Estado de Goiás. O município, sendo no plano jurídico a menor unidade territorial no país, necessita de estudos que alcancem os seus processos de formação territorial. Nesse sentido, acredita-se que o presente trabalho trilha nessa direção ao analisar o processo de formação territorial do município de Mossâmedes.

PRÓLOGO

MOSSÂMEDES: OLHARES NA CHEGADA, INTERROGAÇÕES NA PARTIDA.

Vive-se num momento em que tudo é muito rápido, as imagens de diferentes partes do planeta “invadem” as residências diariamente. Há um bombardeio de informações sobre “tudo” a todo instante.

No mundo *pós-moderno* o bombardeio das informações contrasta-se com o isolamento das pessoas, muitos ficam enclausurados em seus escritórios e *navegam* pela Internet; visitam Paris, Atenas, Tóquio, Nova Iorque, Brasília, São Paulo, Goiânia, e, por uma viagem virtual podem obter informações a respeito de Mossâmedes, uma pequena cidade no interior do Estado de Goiás.

Por mais que uma viagem virtual seja interessante, o deslocamento real é o que possibilita um melhor contato direto com as pessoas e as formas de um lugar. Faz-se necessário sentir os cheiros; o brilho do céu em dias claros ou o a escuridão dos Cúmulos-nimbos de um dia chuvoso; os olhares de alegria ou de tristeza das pessoas; as crianças que brincam numa praça, saltando livremente, dando vazão à alegria; o Sol que nasce e brilha sempre no horizonte independentemente dos reveses da economia; os rios que ainda teimam em correr apesar da asfixia provocada pela insensatez de muitas atividades humanas. Enfim, as viagens reais apresentam uma riqueza de detalhes, formas e impressões de tal modo que é necessário empreendê-las.

Deixar momentaneamente, o gás carbônico expelido pelos carros em uma cidade como Goiânia; as salas e os laboratórios da Universidade para empreender uma viagem com objetivo de um olhar inicial, motivado pela possibilidade de uma investigação geográfica é o desejado e o realizado a seguir.

Mossâmedes-GO, 8:30 h do dia 31 de maio de 2000.

Um passageiro chega à rodoviária, desce de um ônibus provindo de Sanclerlândia, cujo destino final é a cidade de Goiás—patrimônio histórico nacional. A

primeira impressão é de um lugar pacato como qualquer outra pequena cidade do interior goiano. Ao pensar num refrigerante, o viajante se dirigiu ao suposto bar da rodoviária, que espanto! Na rodoviária não havia sequer um bar.

Ao constatar a inexistência do bar, a curiosidade aumentou, uma volta pela rodoviária e a constatação rápida da ausência de guichês para a venda de passagens, um senhor, muito gentil, logo informou—*quando o carro (ônibus) passa a moça, vem cortá as passage*. Para o movimento daquele dia, não havia como justificar bilheterias e comércio na rodoviária.

Não mais que uma centena de metros separa a rodoviária da praça Damiana da Cunha. Uma bela praça, em cujo centro uma pequena casa de 2 x 2m com várias bancos de concreto à sua frente—é a **casa de televisão**, testemunha de um passado recente, na década de 1970, quando era normal, em muitas cidades, assistir televisão em praça pública, atualmente, este aparelho está nas casas, privativo, mas a casa da praça Damiana da Cunha mostra que num tempo não muito distante, até em função do insignificante número de aparelhos de TV disponíveis, se assistia televisão de modo coletivo.



Foto nº 01. Praça Damiana da Cunha, ao centro a casa de televisão.
Fonte: OLANDA, Elson R. .2000

Na extremidade oeste da praça, está a igreja católica com paredes de quase um metro de espessura, uma construção sólida . Eh, é uma construção antiga, é a igreja de São José, que impressiona pela simplicidade, beleza e pelo bom estado de conservação, não parece ser bicentenária como ela é de fato.



Foto nº 02 .Igreja de São José

Fonte: OLANDA, Elson R.. 2000

Uma volta pela cidade foi o suficiente para tornar o visitante ainda mais perplexo; observando nas frentes dos lotes não se vê um equipamento da Companhia de Saneamento do Estado que mede água consumida pelos moradores (hidrômetro). Qual é a razão disto se o mais comum nas cidades goianas é encontrar o equipamento? Procurando resposta, um morador informa: a água daqui não é tratada, é distribuída gratuitamente pela prefeitura e vem de um local denominado Cafundó—na Serra Dourada. Em que ca-fun-dó o visitante inseriu-se?

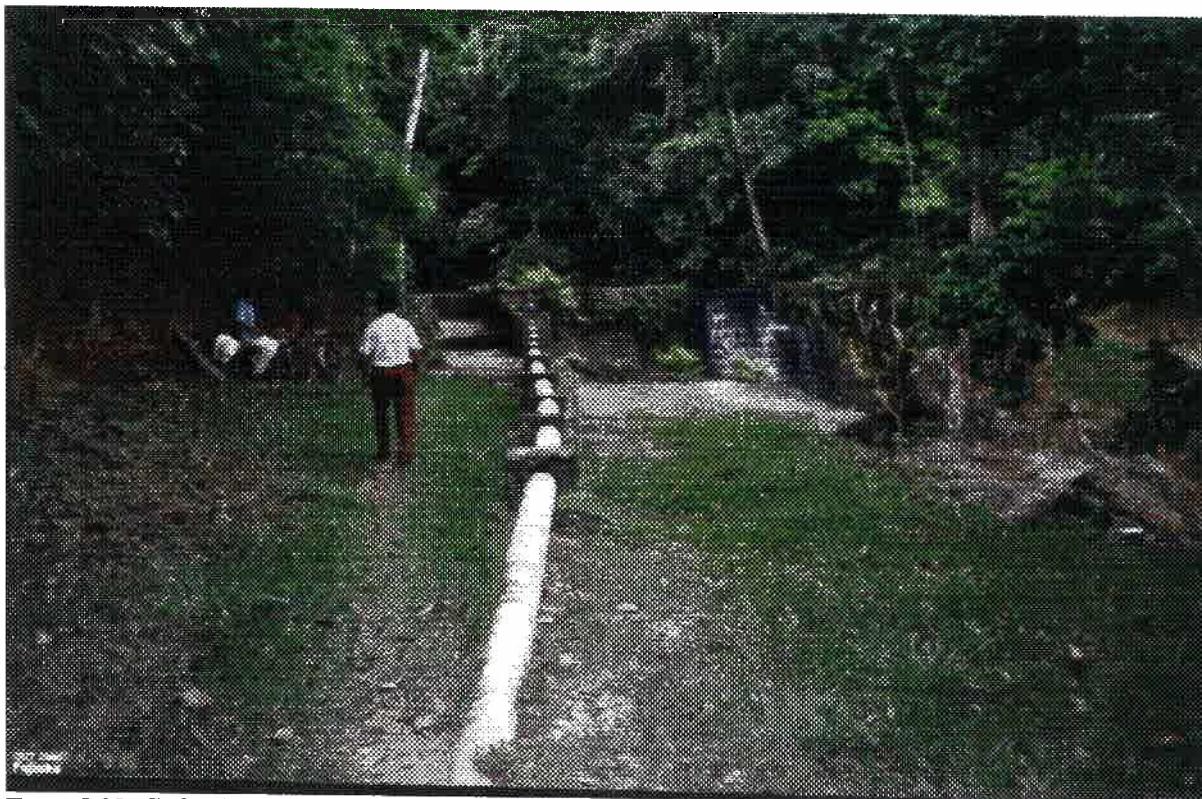


Foto nº 03. Cafundó---captação de água na Serra Dourada
 Fonte: OLANDA, Elson R.. 2000

Em vários pontos da cidade pode-se ter um a bela visão panorâmica da Serra Dourada. Observações realizadas na rodoviária, nas frentes das residências e na forma retangular da praça Damiana da Cunha é hora de uma pausa para o descanso sob uma das belas árvores que ladeiam a praça. O sol já está quente, aparece um menino vendedor de picolé, a conversa é travada sem os constrangimentos impostos pela formalidade e o garoto, pequeno trabalhador, fornece as seguintes informações ao visitante:

- Essa cidade é antiga...
- Mossâmedes foi uma aldeia , faz muito tempo...
- A igreja de São José foi construída pelos índios...
- Aqui tem juiz, padre, prefeito e vereadores
- A água vem da Serra Dourada.
- Não tem muita gente, Mossâmedes “está acabando”.

O visitante, atordoado, começa a preparar questões logo colocadas na sua mala de viagem:

- Se a cidade é antiga, quando começou?
- As cidades próximas são assim também?
- O que restou dessa cidade antiga?
- O que era uma aldeia de índios?
- Quem foi Damiana da Cunha?
- Se a cidade tem prefeito, então é sede de um município?
- Sendo sede de um município, qual sua importância?

Para chegar a tentativa de resposta a estas e outras questões é necessário uma pequena viagem, um percurso sugerido está nas páginas a seguir.

CAPÍTULO I

DO TERRITÓRIO DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ AO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES

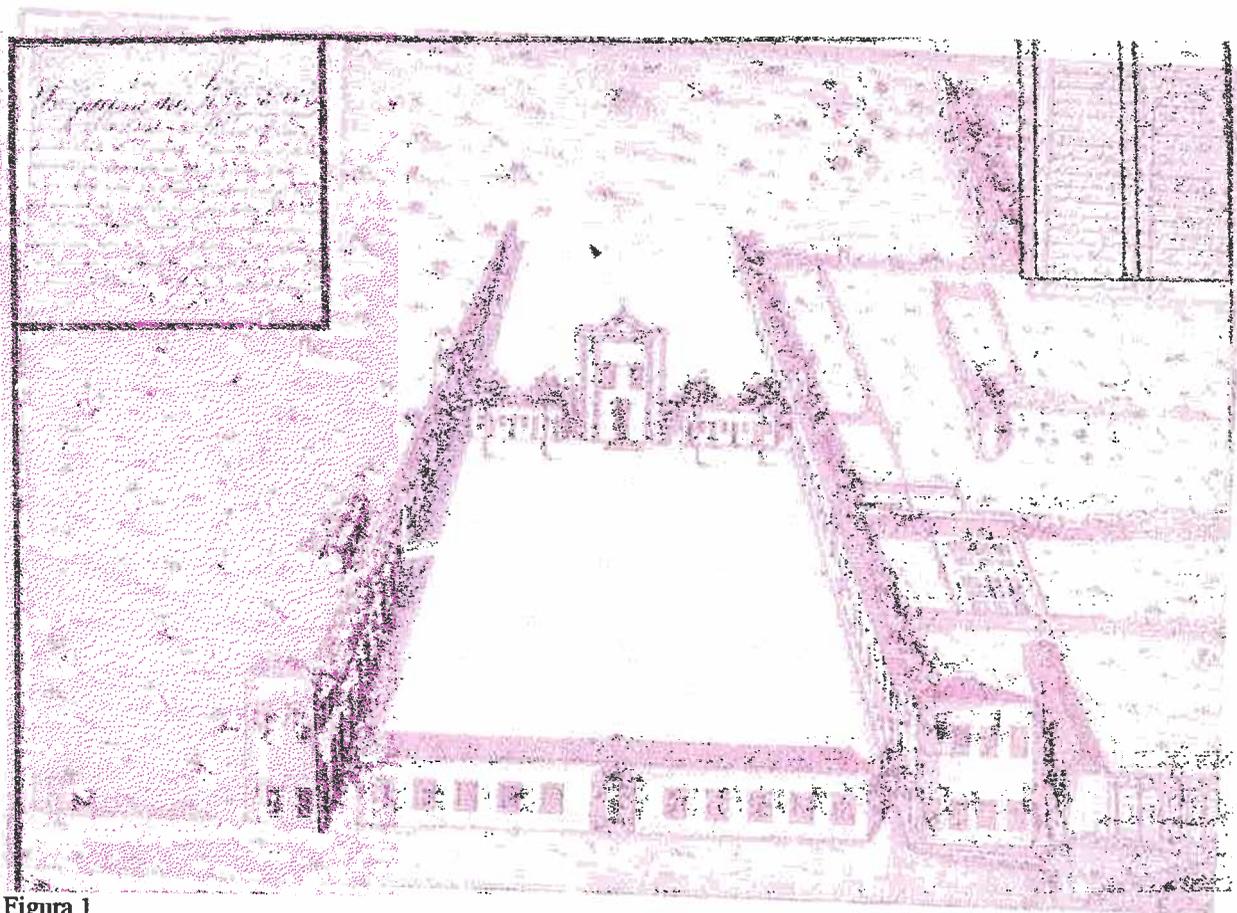


Figura 1
Fonte: Goulart (2000)

1- DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ DE MOSSÂMEDES AO MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES: DESMATANDO E DESMONTANDO UM POUCO DE HISTÓRIA.

Mossâmedes situa-se no centro-oeste do Estado com as seguintes coordenadas : 16° 10' 51'' de latitude sul e a 50°25'52'' de longitude oeste . A sede do município está distante 140km de Goiânia e 347km de Brasília. A partir de Goiânia o acesso principal se dá pela GO-070 até as proximidades da Cidade de Goiás e pela GO-164 (Estrada do boi) que interliga Mossâmedes a GO-070. O marco original do atual sítio urbano foi um aldeamento fundado na segunda metade do século XVIII. Portanto, Mossâmedes é uma das localidades mais antigas do Estado de Goiás. Figura nº 03.

No século XVIII, a Capitania de Goiás ainda era habitada por uma grande quantidade de índios. A empreitada colonizadora portuguesa ainda não havia conseguido uma ocupação efetiva de todo o território onde atualmente é o Estado de Goiás.

Portugal definiu uma estratégia de ocupação efetiva do território do interior da colônia, por meio da criação de núcleos povoadores que receberam denominações de Presídios³ e Aldeias⁴.

Os presídios, em Goiás, consistiram numa tentativa de povoamento entre os rios Araguaia e Tocantins e da possibilidade de incrementar a navegação fluvial, com objetivo de estabelecer uma ligação comercial entre Goiás e a cidade de Belém do Pará. As aldeias tinham por objetivo não só possibilitar a conversão dos índios ao cristianismo e a uma vida civilizada—de acordo com os padrões civilizatórios portugueses ; como também possibilitar uma produção agro-pastoril para a comercialização nos arraiais, além de efetivar a ocupação do território no Planalto Central do Brasil—os colonos brancos eram insuficientes para povoar uma região tão extensa (Palacin: 1979; Tiballi:1991)

De acordo com Tiballi (1991: 85/6):

³ Segundo Palacin e Moraes (1989):“Presídios eram colônias militares de povoações, defesa e especialização agrícola”

⁴ De acordo com Palacin e Moraes (1989) “ Aldear os índios consistia em reuni-los em povoações fixas , chamadas aldeias , onde, sob supervisão de uma autoridade leiga ou religiosa , deveriam cultivar o solo e aprender a religião cristã”

Paralelamente à política de povoamento através dos presídios, e com a mesma preocupação de impulsionar o comércio por via fluvial, foi introduzida a política de aldeamentos dos índios, intensificada a partir da segunda metade do século XVIII”.

A ocupação do território, fruto das decisões políticas portuguesas pode ser respaldada nas considerações de Brunhes (1962, p.153) “ Um determinado interesse político cria uma instalação humana inteiramente artificial”. A aldeia de São José de Mossâmedes tem esse caráter artificial; os índios lá aldeados formaram um agrupamento distinto, completamente diferente quanto ao tipo de habitação e ao regime de trabalho. De seres independentes e autônomos na suas nações passam a ser cativos e controlados pelo Estado Português .

Com a intensificação da política de aldeamentos, foi fundada em 1755, uma aldeia nas proximidades de Vila Boa (capital da Capitania de Goiás), com o objetivo de abrigar índios das nações Acroás e Naundós. A aldeia, localizada a sudoeste de Vila Boa, cerca de 5 km do reverso da Serra Dourada (Cf. fig. 02) , e teve uma curta duração, sendo logo destruída.

Figura 2 - PERFIL TOPOGRÁFICO: GOIÁS - MOSSÂMEDES

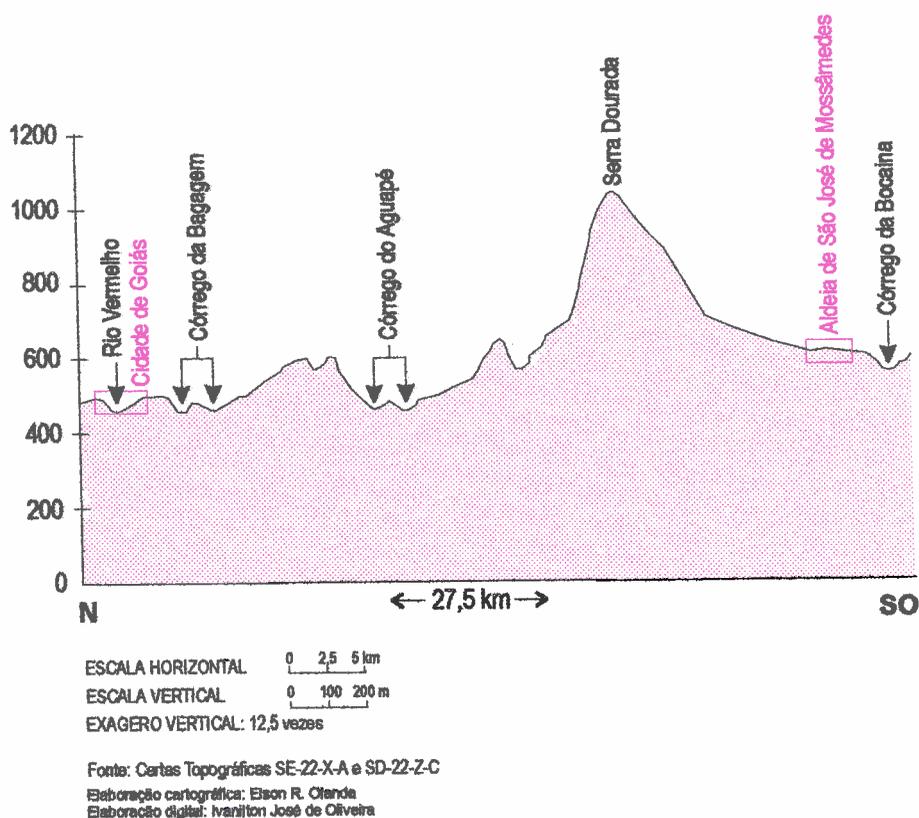
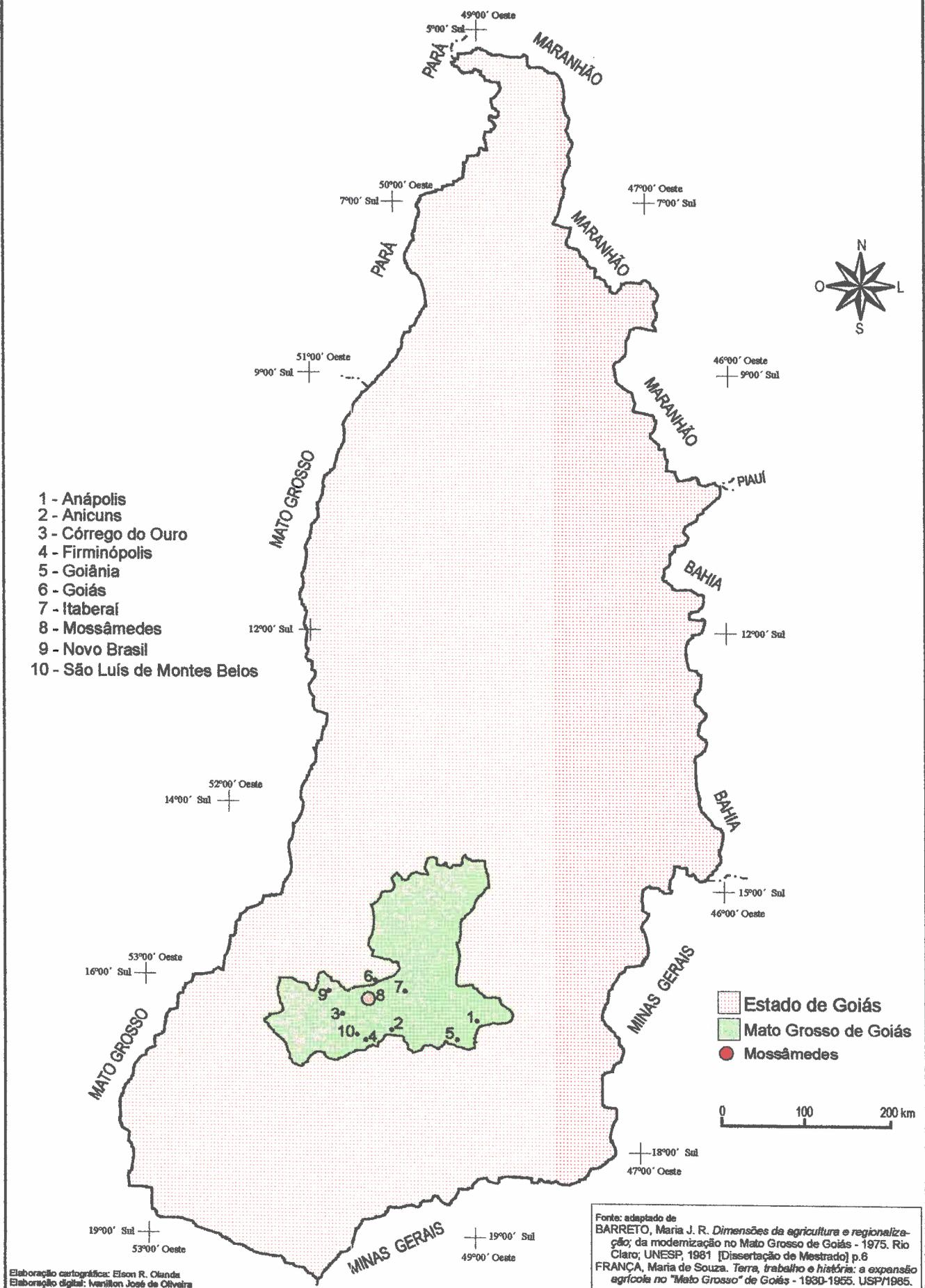


Figura 3

ESTADO DE GOIÁS

MATO GROSSO DE GOIÁS - 1955



- 1 - Anápolis
- 2 - Anicuns
- 3 - Córrego do Ouro
- 4 - Firminópolis
- 5 - Goiânia
- 6 - Goiás
- 7 - Itaberaí
- 8 - Mossâmedes
- 9 - Novo Brasil
- 10 - São Luís de Montes Beios

Fonte: adaptado de
 BARRETO, Maria J. R. *Dimensões da agricultura e regionalização; da modernização no Mato Grosso de Goiás - 1975*. Rio Claro; UNESP, 1981 [Dissertação de Mestrado] p.6
 FRANÇA, Maria de Souza. *Terra, trabalho e história: a expansão agrícola no "Mato Grosso" de Goiás - 1930-1955*. USP/1985.

Elaboração cartográfica: Elson R. Olanda
 Elaboração digital: Ivanilton José de Oliveira

A reedificação ocorreu em 1775, desta feita sob o comando direto do então governador da Província—José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho , que escolheu pessoalmente o local e autorizou a compra do terreno já ocupado por uma “roça”. Dessa forma surge a Aldeia de São José de Mossâmedes, cuja denominação é um indicador de personalismo e da comunhão entre Igreja e Estado; (*São*) de influência católica; (*José*) nome do governador e (*Mossâmedes*) nome do solar (residência) do governador em Portugal.

A Aldeia de São José de Mossâmedes nasce e se estrutura sob os auspícios do Estado Português enquanto parte de um planejamento de uma ocupação territorial que absorvesse a população indígena pela paz ou pela guerra . Nesse sentido, o aldeamento não consistia num objetivo que visasse diretamente o extermínio dos nativos, segundo Palacin (1979, p. 99): “Nas aldeias, os índios encontravam-se mais protegidos contra os abusos de todo tipo, especialmente os sexuais”.

A posição de Palacin não é compartilhada por Ataides (1998, p.46) “Dizimar e destruir: eis o verdadeiro sentido de toda a prática colonizadora utilizada no trato com o índio.” Ao proceder uma análise pelo viés do território, percebe-se que os índios constituíam-se em empecilhos para a estruturação territorial nos moldes pretendidos pelo Estado Português. O aldeamento servia, também, para possibilitar e facilitar o tráfego dos portugueses pelos caminhos das áreas mineradoras, instaladas em territórios ocupados pelos autóctones — significa a retirada da população indígena. Os grupos indígenas destituídos dos seus territórios e confinados na aldeia sofreram as conseqüências da perda do território e a da autonomia e isso acabou sendo mais que abuso , consistindo em genocídio.

Em 1778, os índios aldeados, já convertidos ao cristianismo, reivindicaram, em uma audiência com o Governador da Capitania, a presença de um sacerdote para a realização dos rituais católicos. Em atenção a reivindicação, em 1780 foi criada a *freguesia*, ou seja, a aldeia passa a ter, também, uma constituição eclesiástica semelhante às atuais paróquias católicas. Cândido (1977, p, 57) fez a seguinte definição de freguesia: “ A freguesia supunha um núcleo de habitação compacta e uma igreja provida de sacerdote”.

Estruturada a aldeia, o Estado mantém uma presença constante por meio de seu braço armado—o administrador da aldeia era sempre um militar—auxiliado por outros militares incumbidos da vigilância e do controle da produção agrícola.

No início do século XIX, a política de aldeamentos sofre alterações no sentido de dinamizar os custos, visto que as aldeias consumiam vultosos recursos de uma Capitania com debilidades econômicas, cuja exploração do ouro—a principal riqueza, estava em declínio.

Com a reestruturação dos aldeamentos⁵, a aldeia de São José foi ampliada, recebendo índios de outras aldeias, como por exemplo, os da aldeia Maria I, construída a uma distância de 60 km a sudoeste da Cidade de Goiás, nas margens esquerda do rio Fartura, especialmente para abrigar os índios Caiapós, extinta em 1813 e teve seus habitantes transferidos para São José.

Damiana da Cunha, uma índia da nação Caiapó, batizada quando criança, convertida ao cristianismo e à “civilização”. Ela (Damiana) foi transferida juntamente com o seu povo, da Aldeia Maria I para Mossâmedes em 1813. Ela era muito respeitada pelos brancos e exercia uma grande liderança entre os índios Caiapó, conforme destaca Ataídes (1998, p. 84):

Damiana cresceu recebendo ensinamentos da sociedade branca, pois demonstrou ser de temperamento dócil, de espírito atirado e muito religiosa. Falava bem o português e o Kayapó e, acima de tudo, era muito respeitada, tanto pelos políticos como pelo seu povo. Quatro vezes saiu Damiana pelo sertão à procura de seus irmãos.

Damiana teve grande destaque na manutenção da Aldeia. As suas expedições com objetivos de buscar seus pares para a convivência na Aldeia sob a tutela do Estado, sendo as últimas no final da terceira década do século XIX, foram destacadas por Alencastre(1979:338—obra reeditada, foi escrita em 1863) “Cumprer notar que em 1828 e 1929 tinha D. Damiana conseguido chamar para S. José alguns Caiapós, indo pessoalmente buscá-los ao rio Claro, e (sic) alto-Araguaia”.

A política de aldeamento exauriu-se com advento do Império e as aldeias foram sendo desativadas pelo Estado e abandonadas pelos índios. Várias foram extintas. São José perdeu a função e a importância que detinha no final do século XVIII e início do século XIX, mas ainda conserva a condição de freguesia. Alencastre (1979, p. 339, —obra reeditada, foi escrita em 1863) descreve a situação da Aldeia: “(...) só resta do antigo esplendor de S. José

⁵ Em Goiás foram implantados cerca de treze aldeamentos entre 1741 e 1836. São José de Mossâmedes foi considerado o mais importante deles. Com a reestruturação dos aldeamentos, foram transferidos para Mossâmedes índios dos seguintes aldeamentos: Duro (em 1775), Nova Beira (em 1780) e Maria I (em 1813). Para maiores detalhes, cf. Tiballi, 1991 e Ataídes, 1998.

de Mossâmedes a igreja, e mais uns três ou quatro pardieiros arruinados, em um dos quais reside o vigário da freguesia”.

A dissolução oficial da Aldeia ocorrera em 1832, conforme decisão do Conselho do Governo da Província de Goyaz, acatando relatório da Comissão Encarregada dos Negócios Pertencentes à Civilização e a Catequese dos Índios. O Império do Brasil continua com uma estratégia de intervenção no território, deslocando a população indígena enquanto uma política de Estado, conforme decisão tomada pelo Conselho da Província de Goiás na 24ª Sessão em 06 de abril de 1832 e publicada, oficialmente, em outubro do mesmo ano (Matutina Meiapontense, 10 de outubro de 1832, p. 01 e 02):

Sobre a Aldêa de S. José de Mossamedes a comissão entende que se deve por em prática o que será lembrado pela Comissão de orçamento, que he (sic) dissovella (...) Na dissolução da Aldeia de S. José, podem alguns casaes de índios serem removidos para Salinas, bem como annuirei para que o Vigário Missionário de S. José vá curar em Salinas.

A decisão oficial da província dissolveu de direito a Aldeia que, de fato, já havia sido extinta com a morte de Damiana da Cunha em 1831. É o que atesta Ataídes (1998, p. 55 e 85)

Com a morte de Damiana da Cunha em 1831, o aldeamento de São José de Mossâmedes, que já estava em decadência foi à ruína.(...) A Aldeia de São José de Mossâmedes extinguiu-se juntamente com Damiana. Os Kayapó do Sul, fugitivos, perambularam de norte a sul da província, nas franjas dos núcleos urbanos, apatriados na terra que fôra sua.”

Diante da situação descrita e com base em Raffestin (1993, p.161/62). “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais: ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder.” Com a criação e extinção da Aldeia de São José de Mossâmedes é possível detectar a existência de um novo processo de territorialidade com relação aos índios. Este processo de territorialidade é iniciado por meio da destituição dos territórios indígenas, ocorrendo assim o início de um *processo de desterritorialização*. Com relação ao processo de desterritorialização, as considerações de Haesbaert (1997,p.48) são esclarecedoras:

Embora se enfatizem tanto, hoje, os processos de desterritorialização, onde a ausência de identificação com o “espaço vivido” é um dos traços fundamentais, não há dúvida que de que os vários conflitos pela defesa das fronteiras, por exemplo, demonstram que permanecem relevantes as referências espaciais para a definição ou fortalecimento de identidades (sejam elas nacionais, regionais ou locais)”

Haesbaert ao colocar a questão do fortalecimento das identidades remete às escalas *nacionais, regionais ou locais*, no caso dos índios não poderiam, além disso, ser também étnicas?

O início da desterritorialização ocorre com saída da população indígena das suas comunidades tradicionais para, na Aldeia, viverem sob os auspícios do Estado. O fim do processo de desterritorialização acontece com a extinção da Aldeia. Os vários grupos foram dessa forma desterritorializados. É evidente que isto não ocorreu de forma linear no espaço e no tempo, mas possivelmente os índios que vagaram pela Província até a sua completa extinção, não foram reterritorializados, pois as raízes das sociedades indígenas foram (co)rróidas pela sociedade colonial portuguesa.

Mesmo arruinada, ou seja, sem a importância de um aldeamento que fora prioritário e modelo para outros, a povoação constituída pela Aldeia sobreviveu e em meados do século XIX, e, duas décadas após a independência da Colônia (1845), foi elevada à condição de distrito do município de Itaberaí.

No início da década de 1860, a Freguesia de São José de Mossâmedes tinha uma população superior a mil habitantes, mas no registro da população não consta a indicação da presença indígena, os índios que não foram transferidos para outras aldeias, ou fugiram ou poderiam estar incorporados à população escrava, conforme pode ser constatado no quadro a seguir.

Quadro 01. População da Freguesia de São José de Mossâmedes-1862

Livres			Escravos			Total geral
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	1374
572	600	1172	93	106	199	

Fonte: Estado de Goiás. Arquivo histórico, Caixa Mossâmedes

No final do século XIX (1890), o distrito de Mossâmedes foi desmembrado de Itaberaí e anexado ao município da Cidade de Goiás.

Mossâmedes continuou com a função econômica que tivera desde a sua fundação, a de suprir a Cidade de Goiás de parte da demanda de gêneros alimentícios. Situada na região de matas na porção sul do Estado de Goiás, até o início do século XX, esteve “espremida” entre as regiões auríferas que alcançaram uma maior prosperidade econômica no fim do século XVIII, e, as regiões pecuaristas mais dinâmicas, com pastagens naturais, do sudeste, do sudoeste e do nordeste goiano, no século XIX. É evidente, portanto, que a região não detinha um atrativo importante para a sua efetiva ocupação econômica, tais como: pastagens

naturais que possibilitassem a criação extensiva do gado bovino e ouro de aluvião para atividade extrativa por meio de garimpos.

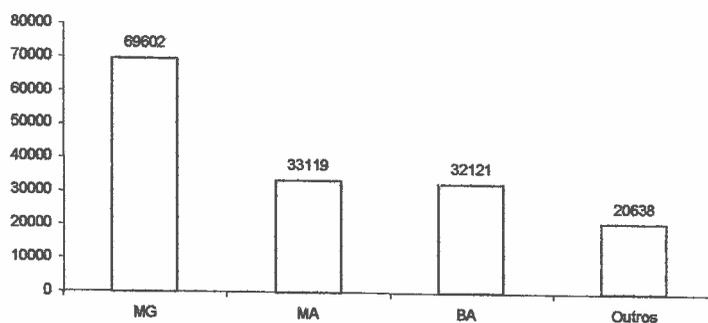
Estas considerações quanto ao período e forma de ocupação das áreas de mata são, também, respaldadas pelas considerações do historiador Bertran (1978:90)

De fato, e muito posteriormente, a ocupação das terras de mata em Goiás fez-se sob a égide do esgotamento da fronteira espacial em terras de pastoreio e sob pressão das massas de imigrantes despossuídos, dos que já não encontraram na vasta extensão de terras de pastoreio sem proprietários.

Nesse contexto, o distrito de Mossâmedes permaneceu vinculado ao município da Cidade de Goiás por seis décadas. Em 1952 foi desmembrado de Goiás e transformado em município, cuja instalação foi em 1954.(Cf. Mapa , fig. nº 04)

Mossâmedes, atualmente localizado na Microrregião de Anicuns⁶ e na Mesorregião Centro Goiano, obteve a sua emancipação após o processo desencadeado pela expansão da fronteira agrícola, na Chamada “Zona do Mato Grosso de Goiás”, iniciada nas primeiras décadas deste século e consolidada nas décadas de trinta e quarenta, sobretudo com a chegada dos “mineiros”, oriundos do Oeste de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro. Em 1940, mais da metade dos imigrantes de outros estados, em Goiás, eram mineiros, como pode ser demonstrado no gráfico nº 01 a seguir:

Gráfico 01- Imigrantes de outros estados em Goiás:1940



Fonte: Censo Demográfico: IBGE

No início do século XX os “mineiros” começam a chegar ao “Mato grosso de Goiás” à procura de terras propícias ao cultivo do café e de outros produtos agrícolas. De acordo com Doles (1988, p. 11): “ A partir de 1915, o progressivo escasseamento de terras no sudeste do país, a fertilidade do solo goiano e baixo custo das glebas promoveram o aceleração do devassamento do centro-sul de Goiás.”

⁶ Conforme a classificação Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística----IBGE

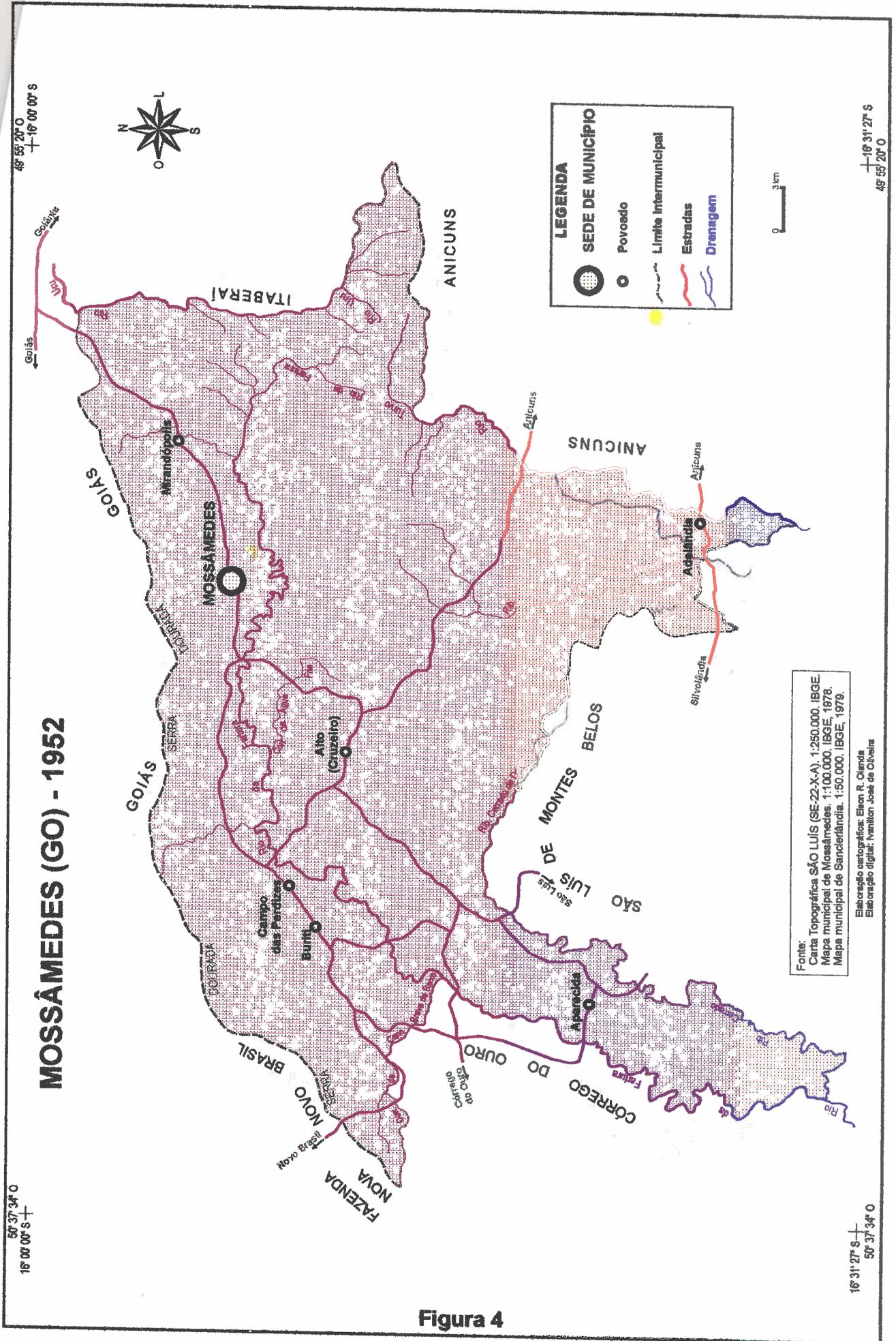


Figura 4

Os mineiros fincaram suas raízes e fundaram povoados, constituindo, assim, núcleos urbanos nessa região, inclusive Adelândia, Buriti de Goiás e Sanclerlândia, distritos de Mossâmedes que viriam a se tornar municípios.

Vale ressaltar que na década de quarenta, com a política governamental orientada pela “Marcha para o Oeste”, o Estado de Goiás vai se transformando por meio de diversas intervenções do poder público, algumas dessas intervenções colocam o Mato Grosso de Goiás em evidência, tais como a construção e transferência da capital para a cidade de Goiânia, localizada no extremo oriental da região; iniciativas de Colonização, com destaque para a CANG—Colônia Agrícola Nacional de Goiás, implantada na parte norte da região; a abertura de estradas de rodagem e a melhoria das já existentes contribuíram para a implantação de loteamentos particulares com foi o de Firminópolis e a ocupação “espontânea”. Dessa forma a ocupação do “Mato Grosso de Goiás” é intensificada e a região de Mossâmedes constitui-se num atrativo importante devido às condições ambientais favoráveis ao cultivo de produtos agrícolas tais como arroz, milho e feijão.

A produção agrícola do Estado de Goiás, e especialmente da “Zona do Mato Grosso de Goiás”, desempenhou uma função importante no espaço nacional para abastecer o mercado do Sudeste com produtos primários. De acordo com Doles (1988,p.13/14):

Ao setor industrial, a expansão agrícola rumo a Goiás e ao Centro-Oeste interessava para atender `as necessidades de matérias-primas e alimentos(...) Para cumprir a função de fornecedor de produtos agrícolas ao futuro pólo industrial do país, Goiás integrou-se à Marcha para o Oeste”.

Consoante com a afirmação supra, pode-se inferir que, embora a colonização oficial no Mato Grosso de Goiás não tenha sido muito expressiva de modo direto, a chegada dos colonos mineiros e a fundação dos núcleo urbanos não podem ser considerados um mero movimento de aventureiros em busca de um *Eldorado* de matas, solos férteis e água em abundância. A colonização e o povoamento foram direcionados pelo Poder Público dentro de uma estratégia política combinando as condições locais, regionais e nacionais. E as condições ambientais do então “Mato Grosso de Goiás” possibilitaram, outrossim, no final da primeira metade do século XX uma ocupação novamente dirigida pelo Estado, de forma direta, no caso da Colônia A agrícola Nacional de Goiás (CANG/Ceres) e de forma indireta como no município de Mossâmedes.

Com esta compreensão inicial da História de Mossâmedes, foram muitas as datas citadas, surge então, a necessidade de um resumo na forma de esboço cronológico.

Quadro 02. Esboço cronológico de Mossâmedes-GO

Ano	Marco Espacial/Histórico
1755	Fundação de uma aldeia próximo à Serra Dourada
1775	Fundação da aldeia de São José de Mossâmedes
1778	Os índios aldeados solicitam ao governo a criação de uma freguesia
1780	Criação da freguesia de São José de Mossâmedes
1813	Transferência dos índios Caiapós da aldeia Maria I para São José de Mossâmedes
1832	Extinção Oficial da Aldeia pelo Conselho Geral do Governo da Província de Goiás
1845	O povoado é elevado à condição de distrito de Itaberaí
1890	Desmembramento do município de Itaberaí e anexação ao da Cidade de Goiás
1952	Desmembramento do município da Cidade de Goiás e emancipação política
1954	Instalação do município de Mossâmedes
1962	Criação dos distritos de Adelândia, Aparecida, Buriti e Sanclerlândia
1963	Emancipação do distrito de Sanclerlândia
1988	Emancipação do distrito de Adelândia
1992	Emancipação do distrito de Buriti de Goiás

Fontes diversas---Organização: OLANDA, Elson Rodrigues.2000

A criação município de Mossâmedes em 1952 e a sua instalação em 1954, ocorre no final do período da expansão agrícola, na Zona do “Mato Grosso de Goiás”.(O processo de expansão da fronteira agrícola será abordado nas páginas seguintes).

2- A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO “MATO GROSSO DE GOIÁS”.

A região do Mato Grosso Goiás (corresponde atualmente, a Mesorregião Centro Goiano) se define nos meados do século XX, momento em que constitui-se em uma região de fronteira agrícola. Com esta perspectiva, a região pode ser analisada pela Geografia, por meio do conceito de fronteira, entre outros conceitos geográficos.

O Mato grosso de Goiás compreende as antigas áreas de mata tropical estacional, localizadas na parte meridional do Estado de Goiás. A denominação “Mato Grosso de Goiás”, foi utilizada pelo geógrafo Espiridião Faissol, na década de 1940, portanto, ainda na primeira metade do século XX.

Em 1969, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE promoveu uma nova Regionalização Oficial, dividindo o Brasil em regiões e microrregiões homogêneas, criou-se, oficialmente, a microrregião do Mato Grosso de Goiás. Esta microrregião abrangia uma área de aproximadamente 20.000km², sendo que a sua delimitação alcançava o atual município de Ceres ao norte e Trindade ao sul; a extremidade leste estava situada no município de Anápolis; enquanto a oeste se aproximava da Cidade de Goiás, atualmente, nos municípios de Itaberaí e Mossâmedes; a sudoeste a faixa é mais alongada até Anicuns, Firminópolis, e São Luís dos Montes Belos.

A referida região de matas no Estado de Goiás, até o início do século XX, esteve “comprimada” entre as regiões auríferas que alcançaram uma maior prosperidade econômica no fim do século XVIII, e, as regiões pecuaristas mais dinâmicas, com pastagens naturais, do sudeste, do sudoeste e do nordeste goiano, no século XIX.

A fronteira⁷ agrícola vai se efetivar no Mato Grosso de Goiás de forma expandida no tempo e no espaço, sendo que a cidade de Anápolis constituiu-se na base para alcançar os outros pontos da mata. Para o entendimento do processo de ocupação serão elencados três fatores, sendo que a ordem não obedece, de forma alguma, uma importância hierárquica:

1. A expansão capitalista tornou o cultivo do café uma opção viável: este era o principal produto exportado pelo Brasil no início do século XX. Inicialmente cultivado no Vale do

⁷ Fronteira enquanto área ou zona de expansão agrícola integrada aos contextos nacional e internacional

Paraíba do Sul, o cultivo do produto chega ao oeste paulista, norte do Paraná, sul de Minas Gerais e posteriormente ao Estado de Goiás, onde ocupara a região com os melhores solos disponíveis, ou seja, o Mato Grosso de Goiás;

2. A construção da ferrovia no território goiano: com a chegada dos trilhos em Goiás, a porção sul vai lentamente se dinamizando à medida que os trilhos foram sendo instalados e operacionalizados. As exportações goianas cresceram significativamente, pois, com o barateamento dos fretes, o poder de concorrência foi sendo ampliado. Em 1935, a ferrovia chega à Anápolis, contribuindo, dessa forma, para que esta cidade se torne a porta de entrada para o Mato Grosso de Goiás;
3. As transformações políticas e econômicas da década de 1930: com a “Revolução de 1930”, Getúlio Vargas assume o Governo Central e Pedro Ludovico o Governo Estadual. Com a centralização dos poderes em âmbitos nacional e estadual, dois grandiosos projetos são lançados no plano federal e estadual, respectivamente, *A marcha para oeste* e *a construção de uma nova capital estadual*, sendo que este último pode ser considerado parte do primeiro.

Os três fatores mencionados, foram de grande importância para o desenvolvimento da frente pioneira após 1930 e conseqüentemente para o desbravamento do Mato Grosso de Goiás.

Com relação à colonização oficial, o projeto de maior relevância foi a criação da *Colônia Agrícola Nacional de Goiás*, na década de 1940. Essa colônia, destinada a colonos pobres, vindos predominantemente do Estado de Minas Gerais e com objetivos de cultivar cereais, deu origem ao município de Ceres. Ao visitar a Colônia em 1946, o Geógrafo alemão Leo Waibel registra as suas impressões sobre os colonos e faz, posteriormente, um prognóstico, não confirmado, sobre o futuro da colonização no oeste do Brasil. Waibel (1979, p. 175 e 309):

O estado físico e higiênico das famílias que chegam à colônia é geralmente deplorável: maltrapilhos, subnutridos e atacados por males endêmicos, dão-nos a impressão da escória de um povo. Para contrabalançar, entretanto, revelam-se otimistas e trabalhadores, sendo muito hospitaleiros e possuindo um bom coração. Com a ajuda material e técnica da colônia, conseguem sensível melhoria no seu padrão de vida.(...)

Economicamente não se justifica, isto é, não trará recompensas, estender a colonização cada vez mais continente adentro, antes que o povoamento do leste tenha progredido e que se tenha desenvolvido aí , à maneira do Centro-Oeste dos Estados Unidos , mercados locais e centros industriais (...).O futuro do Brasil não está no Oeste e sim no leste. E o grande lema , na minha opinião, não deveria ser “marcha para o oeste”, e sim “tomar pé firme no leste”.

As impressões contundentes de Waibel, revelam, ainda, um olhar do “civilizado europeu” sobre o “selvagem brasileiro interiorano”. Quanto aos seus prognósticos, o crescimento e o desenvolvimento da cidade de Ceres, e, atualmente, a posição privilegiada do Centro Oeste, especialmente do Estado de Goiás na agricultura brasileira, confirmam que o ilustre e renomado geógrafo se equivocou de modo retumbante.

A ocupação “espontânea” foi predominante nas outras partes do Mato Grosso de Goiás, realizada principalmente por migrantes oriundos do oeste de Minas e do Triângulo Mineiro, como atesta França (1985, p.75)—grifo nosso:

O mineiro implantou as grandes fazendas de criação; garantiu a auto-subsistência, abrindo clareiras nas matas para o cultivo de roças, e, ainda fundou povoados e doou terras a santos padroeiros. Estes núcleos se constituíam em embriões de futuras cidade.. Dessa forma, os mineiros desbravaram boa parte das terras do “Mato Grosso” de Goiás numa primeira etapa, possibilitando, assim a formação da frente pioneira após 1930

A ocupação do Mato grosso de Goiás após 1930 pode ser entendida e explicada pela intervenção oficial com objetivos nítidos de ocupação do Centro-Oeste do país e sua posterior integração aos mercados nacional e mundial. Verifica-se aí uma combinação das condições locais—matas, terras abertas, proximidades da Estrada de Ferro, construção de Goiânia— Com as condições nacionais tais como: necessidades de expansão territorial para atender à uma nova dinâmica de inserção do país no cenário internacional; produção de alimentos e matérias-primas agrícolas para abastecer, sobretudo, o nascente pólo industrial do Sudeste do Brasil. Segundo Barreira (1997b, p. 170):

A ocupação e povoamento da região do Mato Grosso Goiano devem ser entendidos como parte do movimento nacional de expansão da agricultura, entre 1930 e 1955. Essa fronteira foi esboçada com agricultores mineiros, como frente de policultura principalmente de arroz.

O arroz, produto de maior cultivo na região, quando da ocupação pioneira era transportado por carros de bois e comercializado na praça de Anápolis, daí seguia de trem até o mercado consumidor da região Sudeste.

A frente pioneira pós 1930 e o surgimento do município de Mossâmedes serão abordados a seguir. Assim, como se situa Mossâmedes nesse contexto?

3-MOSSÂMEDES: DA FRENTE PIONEIRA AOS NOVOS LIMITES MUNICIPAIS.

A partir de 1930, com os poderes Federal e Estadual, centralizados; a ferrovia consolidada até Anápolis; a construção de Goiânia; a crescente demanda de matérias-primas para a indústria nascente e a necessidade de produção de alimentos para o abastecimento das populações urbanas constituíram-se nas bases para o avanço da frente pioneira nas áreas mais distantes de Anápolis, atingindo, dessa forma, as áreas no oeste do Mato Grosso de Goiás— onde estão localizados a cidade e o município de Mossâmedes.

Cabe, neste ponto, um esclarecimento sobre frente pioneira e frente de expansão que se diferenciam no tempo e no espaço. De acordo com Martin (1994, p. 85/6):

A “frente de expansão” se refere às áreas onde já não predomina mais a economia natural sem trocas, mas onde o nível de intercâmbio com o comércio exterior a elas ainda é muito baixo. Em outras palavras, o predominante é a subsistência, mas já começam a se comercializar os excedentes. Seu habitante característico seria o “posseiro”, envolvido em inúmeros conflitos pela posse da terra. Já quando a propriedade privada se instaura plenamente e a estrutura produtiva é orientada para o mercado consumidor caracteriza-se a “frente pioneira”, isto é, uma zona que não está apenas sendo ocupada, mas onde se reproduzem as relações de produção dominante e que têm condições de influir na divisão do trabalho de todo o país. As duas frentes, além disso, se entrecruzam, o que gera uma teia complexa de fronteiras internas que pode levar eventualmente à formação de novos limites intermunicipais e interestaduais.

Ao fazer referência à “frente pioneira”, Martin utiliza o termo zona. Esta zona poderia também ser denominada de “fronteira agrícola”, retomando assim a origem anglo-saxônica da palavra fronteira – a *frontier* refere-se a zonas. A partir de 1930/40, Mossâmedes apresentava as condições de *frente pioneira*. A inserção de Mossâmedes nesse processo ocorre pela intensificação da chegada dos imigrantes mineiros; o processo de ocupação e abertura das fazendas foi acelerado por meio da derrubada da mata, sucumbida sob os golpes do machado; povoados foram constituídos; o arroz constitui-se no principal produto agrícola para ser comercializado em Anápolis e Goiânia, mesmo diante das dificuldades de escoamento da produção devido às péssimas condições das estradas.

Mossâmedes, surgida de um aldeamento indígena, em que pese o fato de ser uma das povoações mais antigas Estado de Goiás. Porém, a sua “autonomia” política foi conquistada somente em 1952, ao se desmembrar do município da Cidade de Goiás.

Finalmente a Aldeia de São José transforma-se em município e tem um território “autônomo” e delimitado, constituindo, então, uma nova unidade territorial, jurídico e político-administrativa no Estado de Goiás. Inicia-se, assim, um novo processo de

estruturação territorial com a conseqüente emancipação de três dos seus distritos: Sanclerlândia, na década de sessenta; Adelândia, na década de oitenta e Buriti de Goiás, na década de noventa.

Com a emancipação política dos distritos e a fragmentação territorial de Mossâmedes, surgem novas fronteiras enquanto áreas já incorporadas pelo processo de valorização econômica capitalistas.

Para Raffestin (1993, p. 169) o limite se confunde com a fronteira:

O invólucro espaço-temporal no qual se originam as relações de poder é um todo. Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração.

As “*fronteiras*” em Mossâmedes, o local, aqui considerado, extrapola a sua área territorial obtida com a emancipação política e modificada com os sucessivos desmembramentos de seus distritos. Nestes aspectos concorda-se com Raffestin que a “*fronteira*” não é decorrente somente do espaço mas também do tempo.

Na relação fronteiras/espaço-tempo, a delimitação por si mesma dos limites municipais a partir de Mossâmedes não constituíram fronteiras, mas podem ser o resultante do processo de uma nova fronteira, *a fronteira da expansão da agricultura*.

Segundo Corrêa (1995, p. 149):

A agricultura, enquanto atividade capaz de induzir o aparecimento de núcleos urbanos, demandou o aparecimento de centros urbanos onde ela foi desenvolvida, isto é, nas áreas de florestas, como se exemplifica com as cidades da região do “Mato grosso de Goiás”.

Os municípios surgidos a partir de Mossâmedes (Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás) constituem exemplos significativos do papel desempenhado pela agricultura no desenvolvimento dos núcleos urbanos, iniciadas com a derrubada da mata, essas povoações atingiram o status de município a partir da década de sessenta do século XX. O machado (hoje uma ferramenta quase aposentada) fez parte da história local, num quadro que vai da ocupação pioneira à agricultura moderna, com pastagens cultivadas, o arado de tração animal substituído pelo trator, a foice pela roçadeira mecânica, o homem plantador de arroz, feijão e mandioca foi substituído pelo boi nelore. A paisagem de matas foi extinta, o homem desconhecido, de mão calejada, contador de “causos”, “pitadô” de fumo de rolo e cantadô de folia foi-se embora para o *comércio*, hoje um “urbano” saudosos dos tempos de outrora.

Segundo Moraes (1996, p. 94): “Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial ainda em curso na atualidade”. Este processo de expansão territorial é muito amplo para ser analisado na sua totalidade. A fundação de novos municípios é uma das faces bem visíveis deste processo.

Os dirigentes políticos locais, associados aos grupos hegemônicos na esfera estadual e sintonizados com a história do país, (re)partiram o território, criaram municípios e conseqüentemente novos cargos, e se perpetuam no controle do território pois o território constitui um espaço de poder e de privilégio que todos pagam a fatura mesmo não participando dos melhores resultados, tudo é (re)partido de acordo com a parcela de poder alcançada.

3.1 AS FORMAS DE MOSSÂMEDES

Geomorfologicamente Mossâmedes está localizado no planalto rebaixado de Goiânia, e separando o planalto rebaixado de Goiânia da depressão do Araguaia encontra-se a Serra Dourada. Em cujos contrafortes se assenta Mossâmedes. Esta serra desempenha um papel de importante *limite natural* separando duas feições geomorfológicas distintas: o Planalto Rebaixado de Goiânia e a depressão do Araguaia. As divisas dos municípios foram traçadas considerando a limitação topográfica da Serra com altitudes superiores a 1000 m. O cume da serra separa Mossâmedes do município da Cidade de Goiás, além disso separa Buriti de Novo Brasil e do município da Cidade de Goiás.

Os cursos d'água servem, dentre outros usos, na delimitação das divisas dos territórios municipais, principalmente os rios Fartura, Turvo, Uru e o ribeirão São Manoel.

Os três principais rios da região (com nascentes no município de Mossâmedes) pertencem a bacias hidrográficas diferentes. O rio Turvo pertence a Bacia do Paraná, enquanto o rios Fartura e Uru são integrante da Bacia do Araguaia/Tocantins, tem-se aí, portanto, um divisor de águas. O divisor é a serra de Santa Marta ou serra Das Divisões—que também serve de divisas entre os municípios de Mossâmedes e Americano do Brasil.

Esta rede de drenagem favoreceu ao processo de ocupação, visto que por ser uma área com divisor de águas, tem-se uma quantidade expressiva de pequenos córregos formadores das nascentes dos rios Fartura, Turvo e Uru. A existência desse pequenos cursos

d'água facilitou a instalação dos pioneiros, uma vez que o manancial aquífero superficial garantia, sem problemas, o consumo doméstico e a criação de animais

A maior parte da região já foi coberta pela mata tropical estacional, da qual, hoje restam apenas pequenas manchas no município, como pode ser conferido na figura nº 05.



Foto nº 04. Resquícios da Mata de São Manoel no Município de Mossâmedes
Fonte: OLANDA, Elson R.. 2000

A derrubada da mata e a ocupação do Mato Grosso de Goiás provocaram conseqüências ambientais que foram muito bem sintetizadas por Bernardes (1986, p. 61)

Quem vê hoje as vastidões verdes de capim jaraguá, subindo e descendo morros de uma vertente a outra em meio mundo de muitos mil quilômetros quadrados, nem por leve faz a idéia da mata grossa e imensa que cobria isso tudo. E o solo , que era espesso e fértil, vai sendo carregado pelas enxurradas desencadeadas ano após ano , entupindo grotas, assoreando ribeirões, assoberbando enchentes cada vez mais violentas e calamitosas.

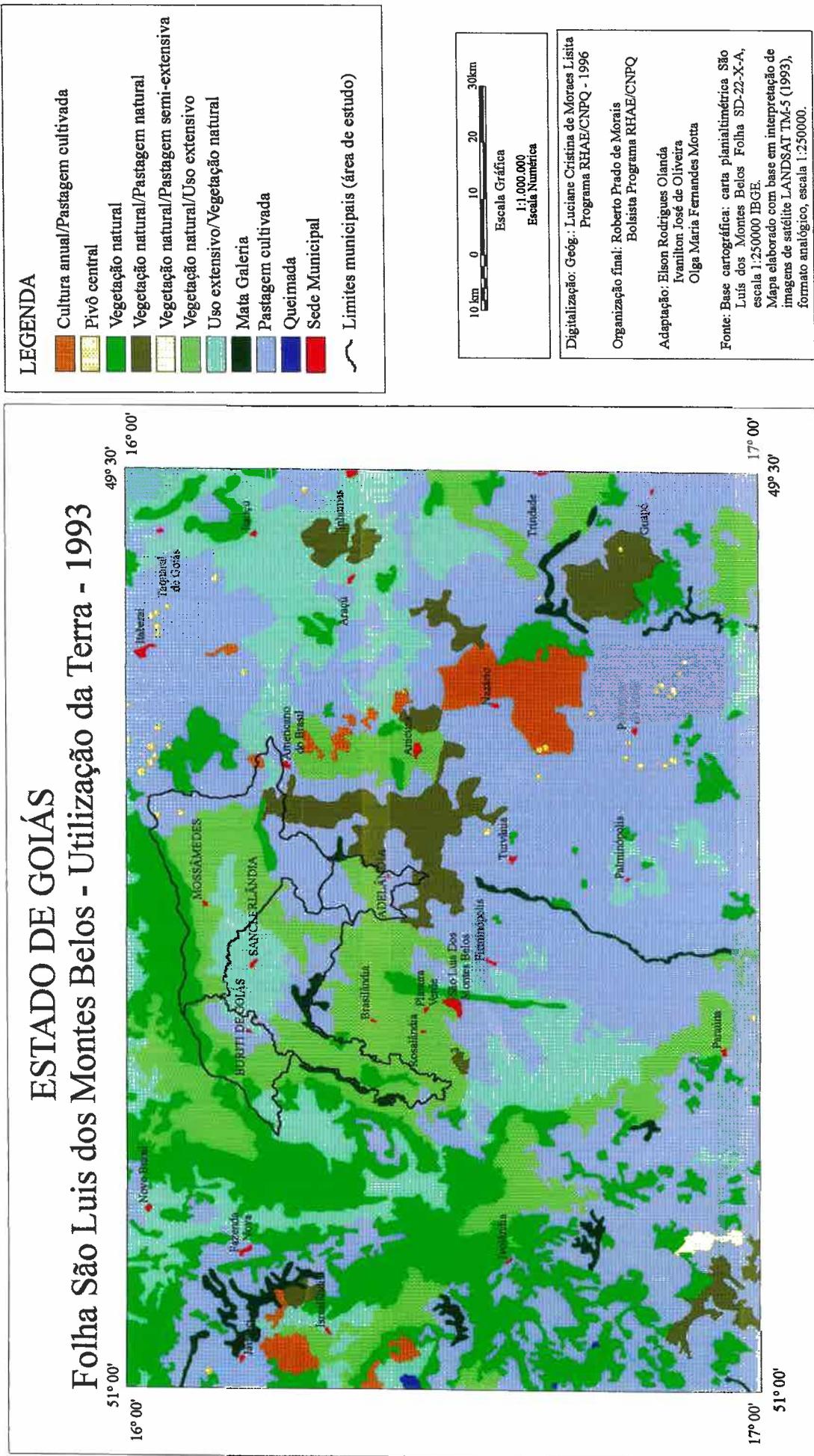
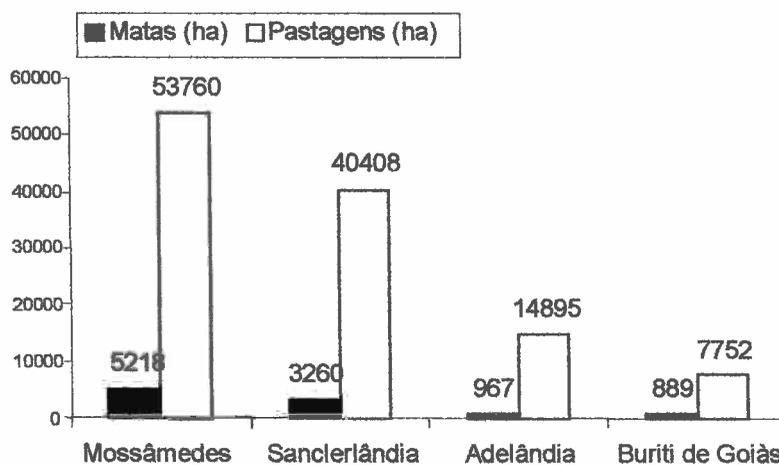


Figura 5

Os dados do gráfico nº 02 confirmam, em Mossâmedes a síntese de Bernardes relativa ao desmatamento e à substituição da mata pelas pastagens, atualmente com a substituição do capim jaraguá pelo brachiária. Embora os dados disponíveis sejam a partir de 1970, quando o desmatamento já havia sido efetivado, as áreas de pastagens constituem um indicador da ausência das matas que eram abundantes ainda nas décadas de 1940/50, segundo os depoimentos dos moradores.

Gráfico 02. Áreas de matas e pastagens 1996



Fonte: Censo Agropecuário.

Os dados do Censo Agropecuário de 1996, confirmam a diminuição das matas nos municípios pesquisados. As áreas de matas corresponderam a cerca de 10% das áreas de pastagens apenas no município de Mossâmedes e Buriti de Goiás, enquanto as áreas de matas representavam cerca de 11% em 1970 e cerca de 13% em 1980, das áreas de pastagens. Em Adelândia e Sanclerlândia as áreas de matas constituem menos de 10% das áreas de pastagens, conforme o gráfico nº 02. Estes dados indicam que a ocupação da área passou da agricultura para a pecuária e o desmatamento desenfreado ocorreu, sobretudo entre 1940 e 1970. Em três décadas a mata sucumbiu sob a lâmina do machado, empunhado pelo lavrador anônimo.

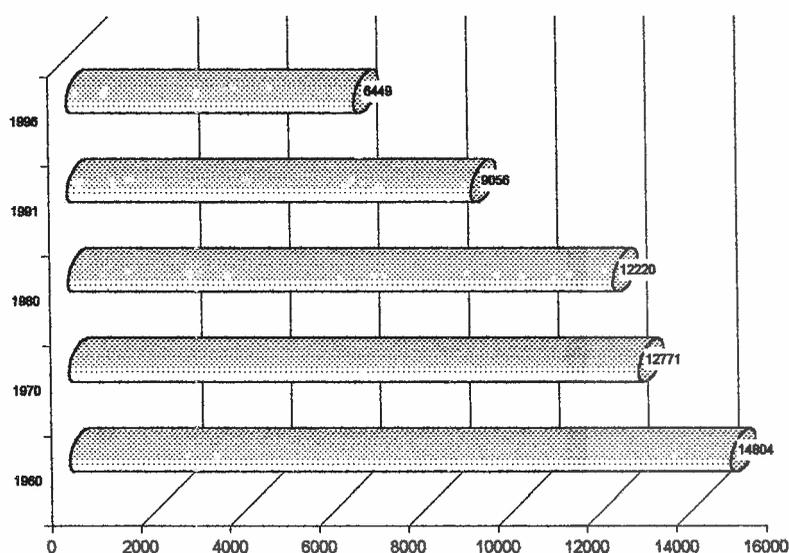
Quadro 03- Áreas de lavouras , pastagens e matas em Mossâmedes:1970 a 1996

Ano	Lavouras (ha)	Pastagens (ha)	Matas (ha)
1960	Não consta	Não consta	Não consta
1970	8204	66073	7447
1975	16535	61586	7005
1980	17740	63477	8368
1985	15703	67769	6746
1996	4956	53950	5218

Fonte: Censos Econômicos--IBGE

Conforme está demonstrado no gráfico 03 , a população do município de Mossâmedes era de 12771 habitantes em 1970 e 12220 em 1980 enquanto a cidade de Mossâmedes contava com 1438 habitantes em 1970 e 2489 habitantes em 1980. O incremento da pecuária e a conseqüente redução das áreas de lavouras teve uma contribuição importante na redução da população total do município, enquanto na cidade, a população praticamente dobra em uma década. Isto é compreensível pois a absorção de mão-de-obra pela pecuária é bem menor que na agricultura. É a faceta local da “modernização” do campo, campo moderno , sem pessoas, sem emprego, sem a disponibilidade de alimentos básicos e tradicionais para a população local.

Gráfico 03. População do município de Mossâmedes: 1960 -1996



Fonte: Censos Demográficos e Contagem da População 1996. IBGE

Na área desta pesquisa não se dispõe de estações meteorológicas. O que inviabiliza, no momento, uma análise mais detalhada dos fatores climáticos tais como temperatura, pluviosidade, umidade atmosférica, pressão atmosférica e circulação dos ventos. As estações mais próximas estão localizadas em Anicuns (próximo à Adelândia); Córrego do Ouro (próximo à Buriti de Goiás) e por último, a da Cidade de Goiás, e também a mais antiga (próximo à Mossâmedes). É evidente que não se pode proceder uma análise climática destes municípios isoladamente. Para o presente estudo , pode ser suficiente algumas informações de caráter mais geral, disponíveis na bibliografia específica e que são baseadas na estação meteorológica da cidade de Goiás

O clima é do tipo tropical quente subúmido. Os maiores índices de precipitação pluviométrica são verificados no período compreendido entre novembro e abril e uma moderada deficiência hídrica de maio a setembro. Em síntese, há quase um equilíbrio entre o período seco e chuvoso (Nimer e Brandão: 1989) como demonstra o quadro nº 04.

Quadro 04. Ocorrências de chuvas

Meses	Intensidade das chuvas		
	Baixa	Média	Alta
Janeiro			X
Fevereiro			X
Março			X
Abril			X
Maio		X	
Junho	X		
Julho	X		
Agosto	X		
Setembro		X	
Outubro		X	
Novembro			X
Dezembro			X

Fonte: Nimer e Brandão ,1989 e Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste. IBGE, 1989.

O quadro é baseado em médias, dessa forma não fica descartada alterações comuns como o prolongamento das chuvas ou um período de estiagens mais prolongadas , visto que

isso depende da circulação atmosférica, cuja dinâmica é mundial e extrapola as especificidades locais.

As atividades econômicas principais—a agricultura e a pecuária—são muito influenciadas pelo regime pluvial. A ocorrência ou não das chuvas, definem, no local, o tempo de plantio, os cuidados com os cultivos e a colheita. No período de chuvas mais intensas, a produção de leite é aumentada em razão da alimentação do gado bovino ser mais farta.

A média de precipitação pluviométrica é de 1800mm anuais. Os meses de junho, julho e agosto constituem o período mais seco do ano, enquanto a maior parte das chuvas estão concentradas de dezembro a março, neste período ocorrem as enchentes. Atualmente as enchentes são agravadas pelo assoreamento, o que pôde ser constatado pelos depoimentos de moradores com relação aos rios Turvo e Fatura, que não mais possuem “as farturas” de água e peixes. O desmatamento desenfreado dos vales e aração das terras sem os devidos cuidados técnicos já transformaram importantes cursos d’água em filetes como pode-se constatar in loco no Ribeirão Cerrado—manancial que ainda abastece a cidade de Sanclerlândia.

As temperaturas médias no inverno são de 22° C e na primavera/verão 25° C, o que de fato não caracteriza diferentes estações do ano no modelo clássico de verão, primavera, outono e inverno, mas sim duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa. Na tradição local o inverno é considerado o período de chuvas mais intensas, sem grandes temporais que ocorrem com mais frequência de dezembro a março.

Durante a estação de alta pluviosidade (inverno), o trabalho na agricultura tradicional local era mais intensivo com o preparo do solo, o plantio, a limpeza das roças e finalmente a colheita, para o agricultor/lavrador—“*tempo bom de serviço*”. No tempo da seca, o trabalho diminui, as atividades são menos acentuadas—“*é o tempo ruim de serviço*”. Na estação de menor pluviosidade, o tempo ruim de serviço é aproveitado para ser o tempo bom de festas, mesmo atualmente (2000) as festas dos santos padroeiros são realizadas nos meses de maio e agosto, facilitando e garantindo assim, a presença dos fiéis num período *ruim de serviço*. As condições pluviais não são mais as mesmas, a agricultura foi quase completamente substituída pela pecuária, mas a tradição dos momentos festivos permanece inalterada.

O veranico de janeiro ocorre na maior parte do Cerrado brasileiro e os municípios estudados também são afetados por este fenômeno climático que consiste numa estiagem no mês de janeiro. De acordo com Nimer e Brandão (1989, p. 118) “o veranico, do ponto de vista agrônomo, fica caracterizado somente após 6 ou dez dias sem chuvas”.

4- DA MATA AO PASTO: DERRUBAR, QUEIMAR, PLANTAR E CRIAR.

A derrubada da mata começou no século XVIII, embora de forma incipiente para a implantação das grandes fazendas, foi intensificada no século XX . O volume da produção agrícola, se fosse comparado com a produção atual (2000) não seria muito expressivo, mas também é necessário lembrar que a população também não era elevada. O que se considera importante aqui não é uma demonstração quantitativa da produção agrícola mas sim a sua importância qualitativa na ocupação do município de Mossâmedes.

4.1-A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura é uma atividade diferenciada das demais atividades econômicas, tendo em vista que, mesmo com a incorporação de tecnologias modernas há uma dependência direta da natureza, como por exemplo, a ocorrência ou não de chuvas em determinados períodos, num determinado lugar.

De acordo com Marx (1980, p. 705)

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção , e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro..

Essa formulação de Marx é válida para a agricultura de bases completamente capitalistas. Na agricultura familiar não ocorre a total expropriação do trabalhador (Silva, 1978), ou seja, não há uma separação completa do trabalhador dos meios de produção. O agricultor familiar tem uma relação de trabalho não capitalista, materializada sob variadas formas, como o arrendatário, meeiro ou mesmo sendo o proprietário da terra. Em ambas as situações ocorre a posse temporária ou permanente da terra, que se constitui, na condição básica para a produção agrícola—sem ela não há possibilidade de existência da produção.

Segundo Cândido (1977, p. 65): “No regime de economia de subsistência , é possível exercer as atividades da lavoura em base exclusivamente familiar”. Quando ocorre perda da terra, as bases tradicionais são, assim alteradas ,modificando também a relação de trabalho, conforme Martins (1993, p.67):

A grande expansão territorial do capital a partir de meados do século XIX, a crescente importância da renda fundiária estimulam despejos e violência (...) o processo foi, pois, o da progressiva conversão do agregado e posseiro, legalmente em força de trabalho da grande propriedade ou a sua simples expulsão. Os direitos que tinham eram morais e dependiam da vontade benevolência do proprietário.

A produção capitalista na agricultura pode ser esquematizada, de forma simplificada, do seguinte modo:

Salário + lucro + renda fundiária.

Nesse esquema nota-se um objetivo central—o lucro-- que sempre é buscado em qualquer atividade capitalista. O agricultor proprietário de terras se apropria da renda fundiária, paga salários e ainda obtém lucros com a produção

A agricultura familiar persiste apesar das grandes transformações ocorridas nessa atividade. Ela está ou esteve presente no mundo todo em diferentes conjunturas políticas e econômicas. Segundo Lamarche (1993, p.18):

(...) O termo exploração familiar recobre situações variadas e diferentes.(...) As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo.

A agricultura familiar pode ser apresentada de forma diferente da agricultura capitalista:

Salário + renda fundiária , dessa forma, o agricultor familiar pode abrir mão do lucro, porque o objetivo principal é a manutenção da família, o que pode ser conseguido com a parcela correspondente ao salário.

O conceito de agricultura familiar é mais amplo do que o de pequeno produtor, a agricultura familiar não é praticada exclusivamente em pequenas propriedades.Com a mecanização e contratação de mão-de-obra auxiliar , uma família pode explorar sem problemas uma propriedade com centenas de hectares.

Para Lamarche (1993, p.15) “a exploração familiar (...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família”. Segundo Garcia Júnior (1989, p.116): “ o grupo doméstico camponês é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo”. E dessa forma fica evidente que toda produção camponesa é familiar mas nem toda produção familiar é camponesa. A extinção ou

enfraquecimento da produção camponesa num determinado lugar pode não significar o desaparecimento da agricultura familiar.

De acordo com Herédia (1979), a produção familiar é composta por duas unidades: a unidade de produção constituída pelo “roçado”, onde se produz os gêneros básicos para o consumo da família e a casa, onde se consome a produção obtida no roçado.

Diante do exposto conclui-se que de fato a agricultura familiar pode ser caracterizada por:

Terra: é necessário ter acesso a uma porção de terras para o cultivo. Esse acesso pode se dar de várias formas, tais como a propriedade da terra, a parceria (arrendamento, “meia”) ou de combinações, como por exemplo, uma família de pequenos produtores que exploram a sua pequena propriedade e arrendam uma parcela de outra para a exploração.

Trabalho: a força de trabalho é constituída principalmente pela família, o que não exclui a possibilidade do emprego de mão-de-obra contratada, permanente ou temporária.

A família: constitui a base da produção e de consumo. A finalidade básica da produção é a manutenção da família. Nesse sentido a produção familiar não exclui o mercado. A produção pode ser para o autoconsumo; a família pode vender a sua produção e comprar outros produtos de consumo no mercado ou adotar um sistema misto de produção para autoconsumo e, também vender e comprar produtos no mercado.

4.2-A AGRICULTURA: UMA TRADIÇÃO FAMILIAR EM MOSSÂMEDES.

Toda periodização é relativa e complexa, mas pode ser formulada conforme uma reflexão. A respeito da agricultura familiar em Mossâmedes chegou-se a seguinte concepção:

Primeira fase: compreende o início do aldeamento e colonização no final do séc. XVIII até aproximadamente 1940.

Essa primeira fase poder ser caracterizada por:

- Grande disponibilidade de terras: mesmo com a abertura e ocupação do local, ainda no período colonial e a persistência do povoado, não houve no final no século XIX e início do século XX uma ocupação intensiva da terra, pois as condições ambientais em uma região de matas representavam desafios não compensadores do ponto de vista econômico, num momento em que a pecuária era a atividade predominante no Estado. Derrubar a mata para a prática da agricultura ou a formação de pastagens poderia representar investimentos com retorno pouco compensadores. Além disso, as distâncias do mercado consumidor eram reforçadas pela precariedade dos meios de transporte, ainda utilizava-se, com frequência o carro de bois.
- Predomínio das grandes fazendas de criação de gado: o gado era criado solto sem maiores cuidados, a identificação se dava pela marca do fazendeiro.
- Inexistência de um mercado local, e sim regional. O mercado regional era representado pela cidade de Goiás, então capital do Estado. Nesta cidade, o excedente das fazendas era comercializado e também eram adquiridos os suprimentos não produzidos pelos fazendeiros. Na capital, entre outros produtos, era vendido o porco gordo—que se auto-transportava. Também ,na capital eram compradas as mercadorias não produzidas nas fazendas, tais como o sal, a pólvora, tecidos mais finos para ocasiões especiais (os tecidos grossos de algodão, utilizados nas vestimentas, roupas de cama e baixeiros eram produzidos nas próprias fazendas).

A agricultura esteve vinculada à implantação da Aldeia de São José, no final do século XVIII , considerando que foram destacados pela Coroa Portuguesa, um administrador para as “roças” e outro para a fazenda de gado. A mão-de-obra abundante era formada pelos índios aldeados (Monteiro,1974).

Na região de Mossâmedes, as grandes fazendas de gado, quase auto-sustentadas eram dispersas. Distantes uma das outras, configuravam, então territórios pouco integrados entre si. Com relação à persistência destas fazendas de gado, Brandão (1981, p. 48) faz a seguinte relato:

Nas primeiras grandes fazendas, rústicas e isoladas, de criação de gado, o lavrador agregado criava os seus próprios animais de corte e de leite e podia cultivar praticamente qualquer tipo de vegetal de sua alimentação ou de usos domésticos (algodão, mamona)

De acordo com o relato anterior (p.51) evidencia-se a convivência da agricultura familiar com a grande fazenda de gado. O “lavrador” tinha acesso à terra para cultivos necessários à manutenção da família. Em compensação, o fazendeiro obtinha, quase a custo zero, a formação das pastagens para a criação do gado.

Segunda fase : de 1940 a 1970

Essa fase pode ser sintetizada por:

- Chegada dos colonizadores mineiros (vindos, sobretudo, do Triângulo Mineiro e do Oeste de Minas Gerais);
- Redefinição do uso da terra com a ampliação dos cultivos: pastagens, arroz, milho e feijão. A pecuária tradicional continua , mas começa a perder espaços. Com a derrubada de extensas áreas de mata intensifica-se o cultivo do arroz, arroz que é o produto de maior contribuição na balança comercial do Mato Grosso de Goiás (Faissol, 1952). O solo mossamedino também foi dourado com esse cultivo, como bem expressa o Sr. G.F.S. (mineiro que chegou em 1949): “aqui iniciou com lavoura, o plantio era mais de arrois. A infância daqui primeiro foi lavoura e depois a criação de gado”.
- Parcerias na agricultura: “meia “ e arrendo”. Nos cultivos realizados sob o sistema de *meia*, geralmente o agricultor recebe o solo preparado, as sementes, e deve entregar 50% da produção ao proprietário da terra. O *arrendo* é mais variado, pode ser pago em dinheiro ou com um percentual fixo da produção estabelecido em contrato entre o arrendatário e o proprietário;
- Redução do tamanho das propriedades, por meio de um processo semelhante ao que foi analisado no oeste paulista e denominado de fragmentação progressiva por Monbeig (1957, p.112):

Desde o momento em que a gleba é dividida e cultivada , observa-se o nascimento e evolução de uma estrutura agrária . Ai se distinguem dois tipos de loteamento , como duas maneiras diversas de evolução : uma antiga, clássica , que consiste na fragmentação progressiva e que começando pela instalação das grandes fazendas, termina na formação de pequenas propriedades; outra recente, que consiste em dividir a gleba em pequenos lotes.

Em Mossâmedes as grandes fazendas foram sendo subdivididas principalmente por meio de heranças. A demonstração estatística da evolução da estrutura fundiária não foi possível porque os dados disponíveis estão organizados na área da Freguesia de São José de

Mossâmedes, Distrito de Mossâmedes e finalmente no município de Mossâmedes, cujas respectivas áreas são bastante diferenciadas, daí a impossibilidade se proceder a uma demonstração que represente a realidade.

- Presença do morador/parceiro—“agregado”, principalmente nas médias propriedades rurais;
- Economia de mercado- ampliação do mercado regional (Goiânia e Brasília).
- A economia de mercado acarretou um aumento no tempo de trabalho para os pequenos produtores, de acordo com Brandão e Ramalho (1986, p.97):

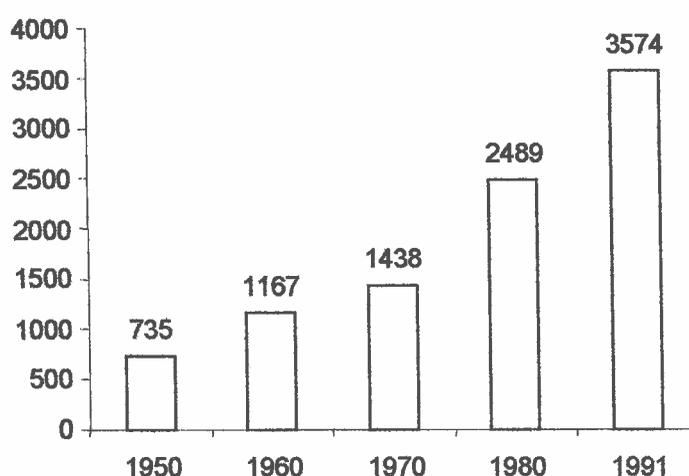
A chegada da “economia de mercado” forçou os pequenos proprietários--- que colhiam pelo menos os alimentos necessários para o seu gasto e de suas famílias--- a um trabalho acessório. O camponês arranja tempo necessário para realizá-lo, pois a exploração de sua terra só lhe reclama os cuidados em determinadas épocas do ano.

Terceira fase: 1970 até final da década de 1980.

Essa fase compreende a modernização da agricultura na região e pode ser sintetizada por:

Redução dos “agregados” que, gradativamente, passam a residir na cidade. Segundo os dados dos Censos Demográficos a população urbana da cidade de Mossâmedes praticamente dobra de 1970 a 1980., como demonstra o gráfico nº 04.

Gráfico 04. População da cidade de Mossâmedes: de 1950 a 1991



Fonte: Censos Demográficos. IBGE

Houve uma modernização gradativa da agricultura—mecanização incipiente com a intensificação do uso de tratores e a redução expressiva na utilização de bois para trabalhos como aração do solo e transporte de carga. Nos registros dos Censos Econômicos para o município consta 01 trator em 1960, 11 em 1970 e atinge 99 em 1985 como pode ser melhor observado no quadro nº 05.

Quadro 05- Tratores e bois de trabalho no município de Mossâmedes-1960-1985

Ano	Tratores	Bois p/ trabalho
1960	01	2210
1970	11	1528
1975	61	515
1980	89	974
1985	99	Ñ consta

Fonte: Censos Econômicos--IBGE

O aumento no número de tratores e a redução da quantidade de bois é um indicador da modernização da agricultura local. E a modernização pode ser vista como parte integrante da consolidação da economia de mercado que passa do mercado regional para os mercados nacional e mundial. A mudança da base técnica e ampliação dos mercados produz, assim, grandes alterações no município tais como diminuição progressiva e acentuada da “meia” e do “arrendo” até praticamente a sua extinção pela imperativo do mercado. De acordo com Martins (1990, p. 17) “Tanto o deslocamento do posseiro quanto do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra”. Este *avanço do capital sobre a terra*, em Mossâmedes, provocou também a extinção de relações de trabalho e produção tradicionais, com é exemplificado nos dois depoimentos a seguir:

Nóis que tocava pequena lavoura, eu tocava dois ou três alqueires de lavoura (cerca de 14 ha), eu tinha que pagá para arar. Eu não tinha o dinheiro para comprar o trator. A primeira coisa é investir, no tempo dos governos anteriores, alguns governos deu chance para nós financiar. Um ano eu financiei a lavoura a 4% ao ano, quando fui pagá tava de 18% ao ano. Eu num agüentei, tive que vender a té a terra, foi o ano que ela num deu feijão. Tudo isso se ocê pensá que nós intende nós intende. (Sr. R.L.P., 53 anos, residente em Adelândia e agricultor expropriado da terra. Em 05/10/2000)

O depoente revela uma consciência da sua expropriação e ainda afirma que entende o processo de transformação, do qual ele é uma das vítimas.

O depoimento seguinte, destaca, além da expropriação do trabalhador rural, a mudança da atividade econômica deslocada da agricultura para a pecuária.

Num tem lavoura. Antigamente o pessoal dizia que o Sindicato tirou o pessoal da roça, mais num é . Porque as lei é os deputados quem faiz , o pessoal vota, então é velhacaria dos fazendero. Então, eu falo o contrário, quem tirou o pessoal das roças foi o gado, o gado que tirou, porque hoje, num tem preço o mantimento. Ocê vai ará, comprá os insumo para tocá roça, fica caro demais, ocê vai vender o mantimento tá barato. Eu já toquei muita roça, num compensa, larguei de tocá roça. A pessoa quando chega a fazer roça, é um ano para limpá a terra e formar brachiária, é um ano p'ra ficá limpo e pronto. Um fazendero, vizinho meu, tinha dez/quinze peão para tocá roça , hoje tem um peão só, que hoje só mexe com gado, sozinho ela olha a fazenda inteirinha de gado. (Sr. C. R. G. , pequeno produtor rural, sindicalista em Sanclerlândia. Em 07/10/2000)

Quarta fase: a partir de 1990 com a fragmentação territorial: Esta fase , muito recente, é marcada por duas constatações espaciais/socioeconômicas. Estas constatações serão indicadas apenas de forma preliminar porque elas carecem de um estudo mais aprofundado, o que não é possível neste trabalho.

A primeira: nota-se presença de granjas e cultivos irrigados nas proximidades da rodovia GO- 164 de acesso a Goiânia⁸— um indicador de que o município esteja integrado a complexos agro-industriais.

A segunda: ocorre um avanço da pecuária sobre a agricultura isso é indicado pela existência dos laticínios e pelo aumento das pastagens e do cultivo do milho (quadro nº 06) , uma vez que este produto é muito utilizado na ração do gado bovino.

Quadro 06- Produção de milho em Mossâmedes: 1960 a 1992

Ano	Quantidade (t)	Área (ha)
1960	4700	3266
1970	6452	3841
1975	9323	4879
1980	16008	8627
1985	15101	8361
1992	8000	4000

Fonte: Censos Econômicos—IBGE

⁸ Observação realizada pelo autor em 20/07/99, por ocasião de uma viagem à cidade de Mossâmedes.

A área de cultivo do milho é ampliada no município a partir da década de 1970. A produção é triplicada em 20 anos, de 1960 a 1980/85. Mesmo considerando a redução da extensão do município, a produção do grão em 1992 é o dobro do que a verificada para o ano de 1960.

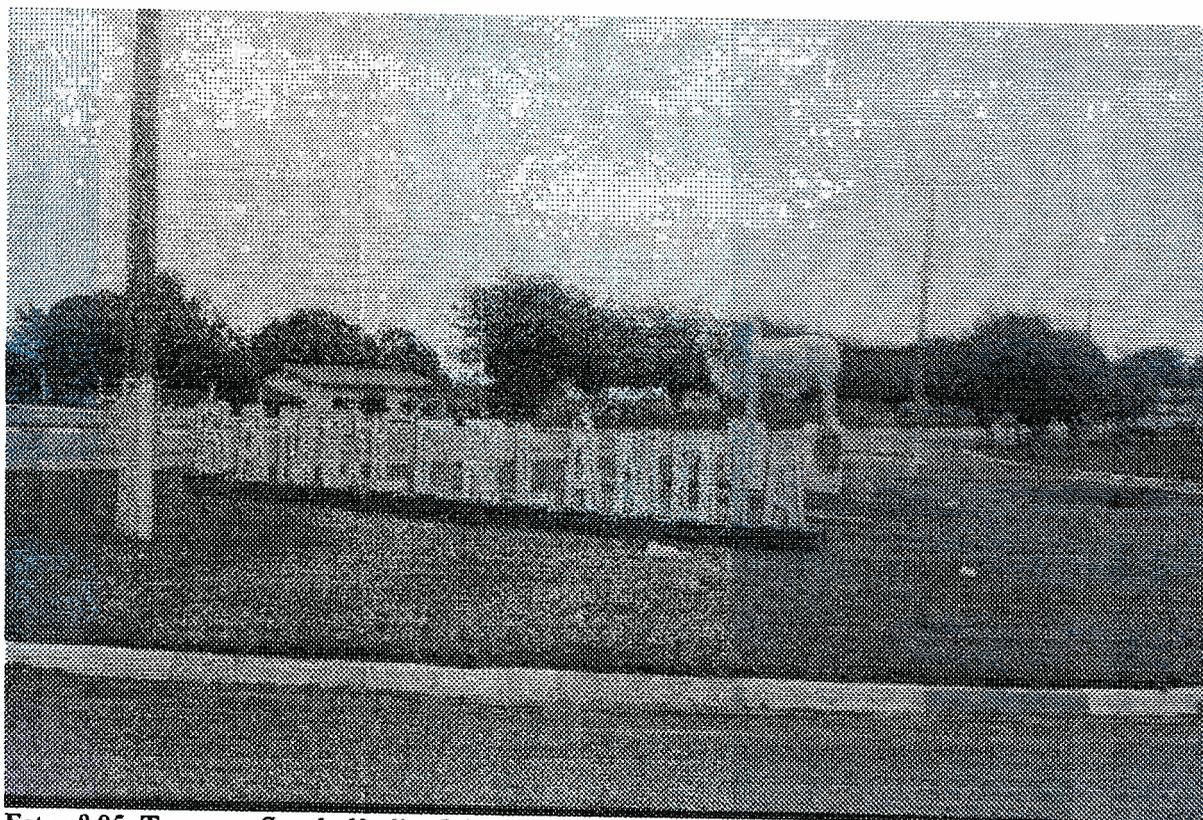


Foto nº 05. Trevo em Sanclerlândia. O boi nelore é o destaque.

Fonte: BORGES, Rodrigo S. T. . 2000

De acordo com Silva (1982, p. 126): (...) “As transformações por que passa a agricultura , na sua essência, representam a adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital.” As transformações na “agricultura em Mossâmedes”, mesmo apresentando peculiaridades locais, estão inseridas num processo mais amplo ocorridas no capital, com a expansão da fronteira agrícola em áreas de ocupação e cultivos tradicionais.

4.3-OS PRODUTORES RURAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR EM MOSSÂMEDES.

Os produtores rurais de Mossâmedes foram classificados por Brandão e Ramalho (1986, p. 109) em :

- a) Proprietários de terra: grandes, médios e pequenos
- b) Não proprietários de terra:
 - Meeiros
 - Vaqueiros
 - Arrendatários
 - Diaristas

Na década de 70 a agricultura familiar era predominante em Mossâmedes. Das categorias expostas na classificação acima, apenas três podem ser excluídas da agricultura familiar: o grande proprietário que não residia em Mossâmedes; o diarista já expropriado— sem o seu cultivo próprio, quanto ao vaqueiro, pode estar inserido na agricultura familiar, porém, de forma mais complexa do que o meeiro e o arrendatário.

De acordo com Brandão (1981:22)

Algumas poucas enormes fazendas de criatório foram desmembradas até uma dominância de inúmeras propriedades camponesas, cujos donos, não raras vezes, em pouco diferem suas vidas e o seu trabalho dos lavradores não-proprietários.

A afirmação de Brandão confirma a predominância da agricultura familiar após a ocupação inicial da Aldeia de São José de Mossâmedes e a importância do acesso à terra e do trabalho familiar dos agricultores proprietários ou não-proprietários.

Após essa breve reflexão sobre a agricultura familiar em Mossâmedes pode se considerar, em suma, que:

Há indícios da presença da agricultura familiar em Mossâmedes desde o período colonial, porque na aldeia residiam, também, agricultores que cultivavam as terras abundantes naquele período, além dos índios que tinha cultivos próprios realizados fora dos domínios da Aldeia.

Os mineiros que chegaram, sobretudo na década de 1940, normalmente faziam-se acompanhar pelas respectivas famílias para o trabalho de desmatamento e cultivo das terras.

O “agregado” em Mossâmedes tinha, na década de setenta, uma situação semelhante ao de “morador de condição” analisado por Garcia Júnior (1989) na região de

Areias, no Estado da Paraíba. Ou seja, o “agregado” cultivava a terra juntamente com a sua família; estava sujeito a uma dependência em relação ao fazendeiro; e não dispunha da mesma situação de liberdade e mobilidade que os arrendatários ou pequenos proprietários;

As técnicas utilizadas eram rudimentares e consistiam na derrubada da mata e no cultivo das “roças de toco” nas terras mais férteis sem o emprego de máquinas e fertilizantes; após dois ou três anos o capim era plantado e uma nova área era desmatada;

Com a modernização, que consistiu na mudança da base técnica, na década de setenta, houve uma expansão dos cultivos para as terras menos férteis—os “campos e cerrados”. Esta modernização provocou mudanças na relação de trabalho com a ampliação do trabalho assalariado no campo; a mecanização é intensificada, sobretudo nas áreas planas de cerrado que possibilitam a utilização de máquinas em todas as fases da produção; cresce, substancialmente, a utilização de insumos industrializados cuja a produção é controlada em escala internacional (defensivos, sementes melhoradas, entre outros), (Cf. Kageyama, 1990, p. 114)

A modernização da agricultura, na década de setenta limitou o acesso a terra, outrora farta para os pequenos agricultores proprietários ou não-proprietários. Esta modernização se deu incorporando novas áreas num processo de expansão da fronteira agrícola em áreas onde era predominante a agricultura tradicional, como é o município de Mossâmedes. Com a escassez de terras, entre as alternativas possíveis para os pequenos agricultores, uma foi a transferência da residência para a cidade e a adaptação a algum tipo de trabalho urbano. Outra foi se transformarem em diaristas temporários nos períodos de maior necessidade de mão-de-obra.

Juntamente com a mudança da base técnica houve modificações nas relações de produção e de trabalho. O morador na terra cedida—“o agregado” não encontra mais espaço para os seus cultivos. Avança a agricultura de bases capitalistas, definida pelo mercado externo e retrai de forma drástica a agricultura camponesa tradicional produtora de alimentos básicos para a população local.

CAPÍTULO II

A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE MOSSÂMEDES: AS EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS DOS DISTRITOS E OS NOVOS LIMITES MUNICIPAIS

1-DO TERRITÓRIO À REGIÃO

Dentre as ciências que mais se preocupam com o território, estão Geografia, a Antropologia e as Ciências Políticas. É nelas, portanto, que pode-se encontrar as mais conseqüentes elaborações conceituais a respeito do território, como atesta Souza (1995, p.83):

As disciplinas mais diretamente ligadas, inclusive epistemologicamente , com a análise do território, a saber: a Ciência Política , pela via do conceito para ela epistemologicamente fundante de poder , e a Geografia que normalmente se arroga o privilégio de ser a disciplina do espaço social.

Na concepção apontada por Souza, fica nítida a existência de disciplinas diretamente ligadas ao conceito de território e de outras que não possuem uma vinculação direta. Das disciplinas diretamente vinculadas ao conceito de território, a Geografia é a que se constitui, aqui, o centro das atenções.

O território é um dos conceitos mais amplamente trabalhados e debatidos pela Geografia. De acordo com Cavalcanti (1998, p.107): “ O conceito de território tem uma larga utilização na história da ciência geográfica, particularmente na área de Geografia Política e de Geopolítica”.

A ampla utilização do conceito de território na Geografia Clássica e Contemporânea não impõe, necessariamente, uma exaustiva e pormenorizada descrição dos debates e embates travados no interior da ciência geográfica.

Na Geografia Clássica , Ratzel é uma das grandes referências para o conceito de território. De acordo com as elaborações desse autor, o território está sempre ligado ao Estado e o Estado por mais simples que seja, não pode prescindir do território (Ratzel, 1992, p. 194): “Os tipos mais simples de Estado não são representados sem um território que lhe pertença, o mesmo tem que ocorrer com os tipos mais simples de sociedade”⁹.

Não é difícil entender as preocupações de Ratzel com o território , o Estado e a Sociedade , em face da sua atuação na Alemanha no século XIX, as suas elaborações devem ser compreendidas no contexto da formação e expansão do Estado Nacional alemão. Nesse

⁹ Tradução nossa

sentido, segundo esse autor: “a sociedade é intermediária através da qual o estado se une ao território”¹⁰ (1992, p.199)

De acordo com Raffestin (1993, p. 143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território .O território se forma a partir do espaço , é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Segundo Raffestin, há uma construção do território por múltiplos atores e não há um atributo quase exclusivo do Estado. Este constitui-se num dos atores na construção do território e não o ator evidenciado na concepção ratzeliana. O poder , nas suas diferentes dimensões constitui o centro da conexão para as construções territoriais, o que indica que todo indivíduo ou organização que detenha poder acabe tornando-se num construtor de território.

De acordo com Souza (1995, p.86):

O território será um campo de forças , uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna , define ao mesmo tempo, um limite , uma alteridade : a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade” os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders)

Na concepção de Souza, por ser um campo de forças e uma teia de relações sociais, o território também está inserido nas relações de poder se se entende que as relações sociais são também relações de poder em graus diversos e diferenciados.

Para Silva (1986, p. 259):

O território é o domínio de um evento natural ou humano. Pode ser o território de um rio , de uma montanha , de um deserto, de uma espécie animal. Pode ser o resultado do povoamento ou das migrações (...) O corpo pode ser um território e isso as mulheres conhecem milenarmente .O território possui, assim , um aspecto físico .Por isso conhecer o território é conhecer o outro.

A identificação e a percepção do “nós” e do “outro” tanto em Souza, quanto em Silva, indicam uma multiplicidade de territórios , quem sabe até mesmo uma superposição territorial à medida que uma pessoa tenha uma ampla relação com outras pessoas e com diferentes organizações estatais, civis, religiosas e empresariais.

Uma leitura atenta dos autores citados (RATZEL, RAFFESTIN, SILVA e SOUZA) conduz , entre outras, à seguinte conclusão: apesar das divergências , há uma convergência fundamental—o conceito de território está intimamente ligado ao conceito de espaço.

¹⁰ Tradução nossa

O espaço aqui considerado, é o espaço geográfico e não um espaço qualquer que pode ser suscitado devido ao perigo da utilização do termo espaço de modo vago e amplo. O entendimento de espaço geográfico neste estudo se baseia na formulação de Santos (1997, p. 267):

Sendo espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico.

O espaço sendo constituído por *sistema de objetos e sistemas de ações* comporta, dessa forma o território, pois as definições de espaço geográfico são muito amplas. De acordo com Santos (1997, p. 271):

“O território termina por ser a grande mediação entre o Mundo (sic) e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização o ‘Mundo’ necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o ‘Mundo’ escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo.

O território não tem uma duração fixa para sempre, ou seja, é sempre susceptível de transformações. O que não se constitui em empecilhos para que o território, ou os territórios representem uma possibilidade bastante concreta e real para trabalhos geográficos.

2- DA REGIÃO AO TERRITÓRIO

A noção e o conceito de região são trabalhados de forma diferenciada nas ciências humanas. A Geografia, de uma certa forma tem, ao longo do tempo, se preocupado mais com o conceito de região, se comparada com as demais ciências humanas.

A região tem sido trabalhada de forma ampla no interior da Geografia. Essa ciência tem se preocupado com reflexões e elaborações sobre o conceito de região porque este conceito faz parte de um sistema explicativo próprio. Por isso, diferencia-se das noções superficiais, apressadas e pouco fundamentadas, consideradas por outras ciências humanas.

As críticas com relação às elaborações sobre região na Geografia quando conduzidas a partir da noção de região, sem elaborações teóricas, não apresentam fundamentos contundentes e não contribuem para o avanço no plano conceitual, porque entre um conceito trabalhado por uma ciência e uma noção superficial trabalhada por outra, há uma distância considerável.

No conceito de região trabalhado pela Geografia há uma história que se confunde com a própria história da Geografia enquanto ciência. Nesse sentido a Geografia avançou significativamente em relação à outras ciências. A discussão sobre *região* pela Geografia apresenta uma complexidade que dificilmente é compreendida por outros especialistas.

As reflexões por meio da noção de região tem a sua devida importância, todavia, diferem das reflexões em que se leva em conta a amplitude e complexidade do conceito. A título de exemplo, são significativas, porém superficiais, as considerações tecidas por Bourdieu (1989, p. 108) a respeito de região: “A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço aspiram o monopólio da definição legítima”. Quanto aos trabalhos realizados pelos geógrafos, Bourdieu recorre a Le Lannou para confirmar sua posição (Le Lannou, apud Bourdieu: 1989, p.108):

Os inquéritos regionais dos geógrafos apresentam-se freqüentemente como estudos extremamente minuciosos, extremamente aprofundados de um espaço determinado.(...) Dá-se igualmente demasiada importância aos fenômenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões de grupo não produzissem efeitos.

Bourdieu aponta o jogo existente entre os cientistas a respeito da região, mas ao basear-se em Le Lannou, quando faz considerações a respeito dos inquéritos regionais dos geógrafos, não considera a especificidade do conceito no interior da Geografia. Mesmo no fim do século XIX e início do século XX, quando os “inquéritos regionais” tiveram muita força, não alcançaram uma unanimidade no pensamento geográfico. Havia assim, um acirrado debate teórico ignorado por Bourdieu que simplifica por demais o conceito de região. Isso fica evidente em suas próprias palavras: Bourdieu (1989, p. 110)

É assim que a concorrência entre os geógrafos, até então em situação de quase monopólio, e os economistas parece ter-se fortemente desenvolvido a partir do momento em que “a região” (no sentido administrativo do termo—mas haverá outro?) começou a revestir-se de interesse para os economistas

Ao colocar em dúvida outros significados de região fora do sentido administrativo, Bourdieu de certa forma cai num reducionismo que os geógrafos não cometeram. O conceito de região, atualmente é de uma complexidade muito grande, como bem assevera Santos¹¹ (1988, p. 46): “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição”.

A região não existe por si mesma, não é um elemento pronto e acabado nas dimensões culturais, naturais, sociais e econômicas, que devem ser trabalhadas por geógrafos economistas ou outros cientistas. Nesse aspecto concorda-se com Barreira (1997b, p. 86) “O enfoque regional deve ser o coroamento e não o princípio de uma investigação geográfica”.

As considerações concernentes à noção de região e ao conceito de região constituem um campo de forças no interior do *território* da ciência e do conhecimento científico, o que conduz-se a uma identificação e imbricação de região e território. Para a existência da região é necessário que haja um território determinado, não importando a escala—do micro ao

¹¹ Cf. também SANTOS:1994. O autor retoma à questão com uma maior clareza: (...) “É justamente pelo fato de estar sempre em movimento, em constante aceleração, que fica a idéia que a região não mais existe. O momento atual faz com que as regiões se transformem continuamente, legando portanto uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região; apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada diante do maior volume de eventos por unidade do espaço. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem.”

macro-- ; a espacialidade e a temporalidade—segundos, semanas, anos , décadas ou milênios¹².

Até o momento parece estar mais evidenciado sobre o que não é uma região. Então o que é uma região? O presente estudo não tem por objetivo e muito menos a pretensão de responder a esta questão. Não deve ser tão importante como parece, dar respostas a um significado de região, considerando que apenas um significado subtrai a riqueza da diversidade de significados, longa e arduamente elaborados, criticados e às vezes esquecidos ou abandonados.

Na pluralidade observada quanto ao conceito de região há uma convergência fundamental que facilita seu entendimento sem que isso acarrete esquecimento ou empobrecimento do termo. Essa convergência será descrita a seguir.

No final do século XX, a globalização econômica é uma realidade, porém não incontestável. A mundialização dos costumes também está em pauta. Ainda assim, o mundo , ou melhor o planeta Terra não é homogêneo. O *local* , a *singularidade* e a *particularidade* ainda existem. Quanto a esses aspectos da não homogeneização do planeta, essa reflexão apoia-se em três autores :

De acordo com Barreira (1997b, p. 83)

É possível detectar que, apesar do caráter avassalador e aparentemente igualizador da expansão capitalista , ainda há relações contraditórias fazendo com que as forças locais ou seja, os homens , a natureza acabem interagindo positiva ou negativamente.

Para Castro (1994, p.160) : “paralelamente à noção de “planeta” enquanto morada da humanidade, fortalece-se a noção de território, enquanto morada de uma sociedade particular”.

Segundo Corrêa (1997, p. 192):

a particularidade traduz-se no plano espacial, na região(...)com a globalização o caráter particular da região, não mais dotada de autonomia , como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens européias , fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre tornam a categoria da particularidade mais relevante.

Os autores supra citados consideram o mundo como um campo heterogêneo e que tem espaços para a singularidade—para o local e para a particularidade, ou seja, para a

¹² Cf. Souza op. cit. , 81

região. Nesse sentido a diferenciação de áreas particulares no interior de um determinado território é o que constitui a região.

Se se entende a região enquanto uma particularidade no interior de um determinado território, pressupõe-se que as possibilidades de constituição de regiões são infinitas. Dessa forma as regiões de um território não podem ser comparadas a regiões de outro território como por exemplo o território nacional brasileiro e o território das ciências humanas. Pode parecer estranho o exemplo, mas como foi demonstrado nessa reflexão, a região só existe no território e o território não é fixo no tempo e muito menos no espaço.

O presente estudo, ao destacar a constituição de um município, ao longo do tempo, num espaço geográfico determinado—O Mato Grosso de Goiás, destacará os aspectos jurídicos, as leis que foram feitas para “as delimitações do território.” Considera-se, este, um aspecto importante e fundamental na constituição e gestão do território.

O território é constituído por ações do Estado e da população. Estado e população constroem e usam o território. Dessa forma, busca-se o apoio, quanto ao uso e utilização do território, nas afirmações de Santos (2000, p. 96/97):

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo entender que se está falando em território utilizado por uma dada população.

O território não é utilizado da mesma forma em todos os lugares, no caso específico de Mossâmedes há uma singularidade no seu uso de acordo com a particularidade do Mato Grosso de Goiás. As considerações a esse respeito serão feitas no tópico seguinte.

3- MOSSÂMEDES, O SINGULAR NO PARTICULAR: O MUNICÍPIO NA REGIÃO.

Nas primeiras partes deste capítulo foram tecidas considerações generalizadas quanto à região e ao território. Nesta parte pretende-se a analisar o território específico do município de Mossâmedes, aqui entendido como uma singularidade, ou seja, o município é singular numa particularidade da região do Mato Grosso de Goiás.

Mossâmedes é um município singular porque é único, no “Mato Grosso de Goiás”, originado por um aldeamento indígena e que passou por um processo de fragmentação territorial na segunda metade do século XX.

O território mossamedino foi, ao longo tempo, estruturado e reestruturado, sempre com a presença marcante do Estado. Esta presença, na imbricação do político e do jurídico definiram o território municipal. Mossâmedes desde 1963 vem perdendo áreas de seu território, território este, delimitado no plano jurídico, resultante de ações políticas nos âmbitos municipal, estadual e federal com a conseqüente formação de três outros municípios: Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás.

A delimitação de território é também uma delimitação de controle da população local, isto é, de poder, dessa forma concorda-se com Claval (1979, p.24): “A finalidade das delimitações não é científica, é permitir o controle das pessoas”.

Quando da intensificação da imigração para o Mato Grosso de Goiás, Mossâmedes era um Distrito do município da Cidade de Goiás. Não era um distrito qualquer, era um Distrito fundado dentro de uma estratégia de ocupação territorial datada da segunda metade do século XVIII, quando o objetivo principal era a aldeamento indígena.

Como já foi considerado no primeiro capítulo, o povoado *resistiu*, ao longo do tempo aos reveses da política oficial, que num primeiro momento fundou a Aldeia; num segundo reforçou o aldeamento e, posteriormente, extinguiu a Aldeia.

No início do século XX, o povoado de Mossâmedes continuava existindo sem o esplendor alcançado no auge da Aldeia: vejamos a descrição do povoado feita em 1910 por Azevedo (1987, p.191/92)

Dista da capital 42 kilometros; do arraial 120k; e de Annicuns 60 k. Está situado a 6 kilometros ao sul da Serra Dourada e a 650m acima do nível do mar. Tem cerca de 40 casas, algumas dellas bem

espaçosas e uma grande igreja dedicada a São José. E' muito sadio, mas tem falta sensível d'água por desidia dos habitantes que deixam arrombar o açude do rio Piçarrão, d'onde partia a agua para o abastecimento do arraial. (...) No districto de Massamedes (sic) fica a grande matta de São Manoel que possui excellentes madeiras de construcção, marcenaria e tinturaria.

A existência de matas estimulou e possibilitou um afluxo de migrantes ainda na primeira metade do século XX. Três núcleos tornaram-se as portas de entradas para matas a oeste. Foram eles: Anicuns que já era um município; Firminópolis, surgido nos fins da década de 1930 e São José de Mossâmedes. Por estes núcleos urbanos, os mineiros foram chegando. Pelas estimativas de Faissol, feitas em 1952, na parte compreendida entre o rio Fartura e a Serra Dourada, estavam instaladas cerca de quatro mil famílias no final da década de 1940.

O levantamento estatístico dessa população não é muito confiável, visto que era uma parte do então município da cidade de Goiás, com precários caminhos e de difícil comunicação, dessa forma os números censitários dificilmente revelariam a população real. Muitas pessoas chegavam instalavam-se e, adoeciam, morriam sem assistência médica e sem que o Estado tomasse conhecimento da sua existência, era um tempo em que, nesses locais, hoje tão próximos da Metrópole Estadual, muitos brasileiros simplesmente inexistiam para os governos, principalmente os mais pobres, como pode ser constado no depoimento a seguir:

Tempo da febre, esse eu num lembro direito não, lembro deles contá. Na barra do São Manoel (rio) morreu muita gente de febre, conduziro muita gente no banguê para levar daqui até Anicuns, para Mossâmedes, até mesmo gente falecida, defunto, levava para sepultar em Mossâmedes. Fazendeiro antigo que tinha por aqui, uns foro para Mossâmedes e outros para Anicuns, porque era os cemitério mais evoluído um pouco, para num sepultar aqui no mato, porque do contrário, os menos favorecidos, morria e eles sepultavam lá no pasto, que era um cimintéro e ia sepultar lá no pasto aberto e assim foi a vida. (Sr. F.F.F, 65 anos, lavrador aposentado, nascido na região. Em 05/10/2000)

Extinta oficialmente a Aldeia, as atividades econômicas e a povoação sofreram um declínio. Entretanto, ela não chegou propriamente a findar-se, e prosseguiu como na maior parte do Estado, sendo um local produzindo para a subsistência, de acordo com Chaul (1997,p.99): “Terras em abundância, formas legítimas e ilegítimas de posse, produção para a subsistência no início e crescente desenvolvimento da criação de gado davam a tônica da economia goiana pós-mineração”, isso ocorrera dos meados do século XIX até meados do século XX. Mais de um século separa a extinção oficial da Aldeia da criação do município de Mossâmedes, nesse interstício, sobretudo até 1930, a pecuária era atividade econômica predominante no Estado.

Mossâmedes , situada na Zona do Mato Grosso de Goiás não era, portanto, uma área com grande integração à atividade econômica predominante, embora dela participasse de forma marginal, grande parte da mata ainda estava em pé e a derrubada ocorrerá em um momento posterior mais propício, no bojo de uma estratégia territorial implementada pelo Estado Novo, *A Marcha para o Oeste*.

Com a Marcha para o Oeste, Goiás sofre intervenções de políticas públicas federais e estaduais e o Mato Grosso de Goiás com a sua ocupação rarefeita , é privilegiado pela política de imigração implementada. A população do município da Cidade de Goiás dobra de 1920 para 1940. Com a transferência da capital para Goiânia, em meados da década de 1930, a cidade de Goiás passa a ser uma cidade decadente, outrossim, perdera o status de capital, entretanto , o mesmo não ocorre no conjunto do município, que tem um crescente aumento de população com a chegada dos imigrantes, sobretudo os mineiros que se dirigem, entre outras, para área de Mossâmedes.

Enquanto a sede do município entra em declínio porque perde o status de capital estadual, há uma dinamização de certas áreas como a de Mossâmedes, ocorrendo assim um movimento acelerado de ocupação nas áreas que passam a ter uma ligação rodoviária direta com a cidade de Goiânia sem a necessidade de passagem pela antiga capital.

O Distrito de Mossâmedes era muito extenso e a Lei Estadual nº 722, de 14 de novembro de 1952 criou o município e estabeleceu os limites do Distrito enquanto área a ser desmembrada do município da cidade de Goiás . Isto está expresso em um dos artigos da referida lei:

Art. 5º- Os limites do novo município , até que se promulgue lei fixando o quadro territorial do Estado, serão os mesmos do atual distrito de Mossâmedes.

Moradores de Mossâmedes ainda afirmam que São Luís de Montes Belos pertenceu ao município, quando na realidade foi uma parte do Distrito de Mossâmedes, mas ambos os municípios se desmembraram do município da Cidade de Goiás.

4- MOSSÂMEDES: O MUNICÍPIO NO ESTADO

Em 1950, quatro anos antes da instalação do município, o núcleo urbano de Mossâmedes, mesmo sendo ainda um Distrito da Cidade de Goiás, tinha uma população bastante expressiva, se comparada com a população nos maiores núcleos urbanos do Estado de Goiás no mesmo ano de 1950, o que pode ser verificado no quadro nº 07, a seguir.

Quadro 07. Mossâmedes e as cidades mais populosas de Goiás: 1950

CIDADES	POPULAÇÃO
Goiânia	39871
Anápolis	18350
Trindade	8247
Ipameri	7234
Catalão	6088
Cidade de Goiás	5606
Rio Verde	5395
Mossâmedes	735

Fonte: IBGE Censo demográfico do Brasil 1950

Considerando que apenas sete cidades goianas tinham, em 1950, uma população superior a cinco mil habitantes, os 735 habitantes de Mossâmedes tem um significado importante no período antecedente à emancipação política.

Obtida a emancipação, alçando, assim, ao status de cidade, Mossâmedes se insere num quadro urbano estadual comandado por Goiânia, capital administrativa do Estado desde 1937. Apenas uma década separa as emancipações de Mossâmedes e de Sanclerlândia, o primeiro Distrito a se desligar do território mossamedino (1963). Ocorre, assim, a abertura de um processo de fragmentação territorial que só se concluirá em 1992 com a emancipação de Buriti de Goiás. De acordo com Santos (1981:79) “O isolamento ou abertura tanto podem ser fatores de crescimento urbano como de estancamento”. Isto pode ser detectado empiricamente nos municípios de Sanclerlândia, Buriti de Goiás que surgiram e desenvolveram os seus núcleos urbanos às margens da estrada de Mossâmedes a Córrego do Ouro, e Adelândia

surgida às margens de uma estrada que interliga *Anicuns a Silvolândia*, fato que denota a importância das estradas abertas antes da constituição dos respectivos povoados.

A construção de Goiânia impulsionou o processo de ocupação do Mato Grosso de Goiás na década 1940. Nesta década, Anápolis por ser a ponta dos trilhos já era a porta de entrada da região. Tem-se, então, a concretização de parcela de uma política nacional da Marcha para o Oeste por meio da colonização oficial direta e indireta pelos *estímulos* recebidos em determinadas partes do Mato Grosso de Goiás.

A ocupação do Mato Grosso de Goiás e a presença de um fluxo de imigrantes em Mossâmedes a partir da década de 1940 é corroborada por Faissol (1952, p. 84)

A imigração constitui a base da colonização de toda (sic) a região do “Mato Grosso de Goiás” e é ela que continua promovendo o desenvolvimento de novas áreas florestais ao norte e a oeste. Essa imigração vem sendo feita nunca antes registrada em Goiás, continuamente, à procura de terras de mata para derrubar e plantar o arroz, o milho ou o café.

Em uma destas áreas florestais a oeste, estava Mossâmedes, recebendo, também os impactos da chegada dos imigrantes, segundo Faissol (1952, p.85):

No município de Goiás, cuja sede, a velha cidade de Goiás está em decadência absoluta, a zona rural apresenta um contraste marcante, pois desde 1940 se registra uma procura de terras muito grande, por parte de imigrantes mineiros. De alguns anos para cá, mais precisamente a partir de 1943, esta imigração tem aumentado muito, provocando o aumento de pequenas propriedades; calcula-se que nestes últimos anos tenha imigrado para o município de Goiás mais de 800 famílias de lavradores que se localizaram especialmente nas zonas de Xixá, Buenolândia, Mossâmedes, Córrego do Ouro, que é onde estão situadas as melhores terras de cultura do município.

Os municípios surgidos a partir de Mossâmedes, foram fundados por imigrantes mineiros. Os mineiros necessitavam sair de Minas Gerais devido, entre outros fatores, ao “*esgotamento*” do solo no Estado. Havia uma certa propaganda oficial das Matas de Goiás, propícias para os cultivos porque naquele período era muito comum a rotação das terras e não a rotação de cultivos. A região, outrossim, oferecia estas possibilidades de abertura das matas, o que pôde ser constatado, por meio dos depoimentos colhidos nos quatro municípios estudados, como por exemplo:

Sou natural de Minas Gerais, Capelinha do Chumbo, fica pouco p’ra lá de Patos de Minas. Vim para cá (Sanclerlândia) com onze anos, veio todo mundo, da família, num ficou um de irmão. Nós tinha uma vida meia custosa lá porque nós mexia cum lavora e lá lavora num prestava mais, num tinha jeito. Aqui era bão de lavora, prantava, dava muito, perdia mantimento na roça porque ninguém somava com mantimento. Ficava era monte de mantimento no meio da roça, arrois, feijão, tudo enquanto há. Num lembro de lavora de café aqui não, agora esses outro trem dava era para desperdiçar memo, o povo não somava com mantimento. Quando eu lembro dessa fartura era roça de toco, num tinha roça arada não. Ih, tinha mato demais, eu mesmo toquei roça muitos anos, mato que

eu mesmo derrubei. (Sr. N.B. 70 anos residente em Sanclerlândia, chegou à região no início da década de 1940. Em 06/10/2000)

As emancipações de Mossâmedes e de Sanclerlândia estão inseridos num complexo da “onda” de urbanização ocorrida nos países subdesenvolvidos¹³ e de emancipações ocorridas no Brasil, em Goiás e especificamente no Mato Grosso de Goiás ,como bem demonstra Cardoso (1988, p.208) “o maior número de cidades surgia na área conhecida como “Mato Grosso” de Goiás(...) A malha municipal mais fragmentada do “Mato Grosso” de Goiás contrastava com o sudoeste goiano , cujo panorama urbano refletia o seu povoamento rural disperso de uma área voltada para o pastoreio”.

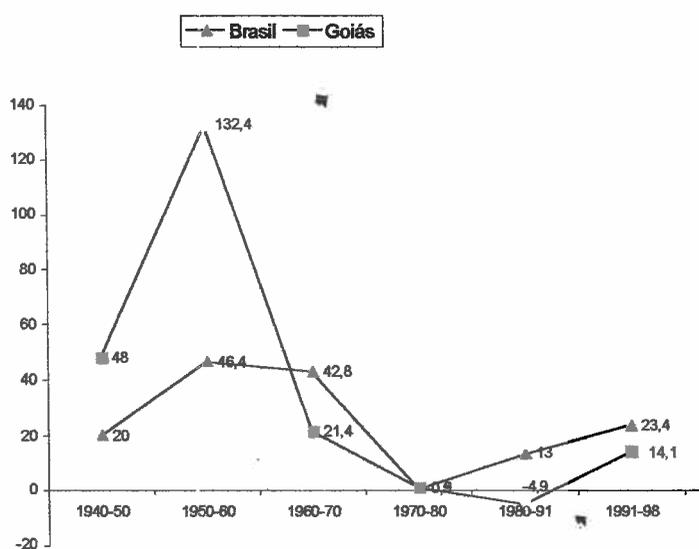
Quadro 08. Municípios no Brasil e em Goiás: 1940 a 1998

Ano	Brasil			Goiás		
	Total de municípios	Novos municípios	% dos novos no total	Total de municípios	Novos municípios	% dos novos no total
1940	1574	-----	-----	52	-----	-----
1950	1889	315	20,0	77	25	48,0
1960	2766	877	46,4	179	102	132,4
1970	3952	1186	42,8	221	42	23,4
1980	3974	22	0,5	223	2	0,9
1991	4491	517	13,0	212	-11	-4,9
1998	5507	1016	22,6	242	30	14,1

Fonte: Anuário estatístico do Brasil. IBGE, 1998 volume 58 p.44 (tabela 1.10)

¹³ De acordo com Santos 1981:6) “ Um ritmo acelerado da urbanização, principalmente a partir de 1950, é uma das características dos países subdesenvolvidos”.

Gráfico 05. % de crescimento dos municípios:1940-1998



Fonte: Censos Demográficos e Anuário Estatístico do Brasil-1998. IBGE

O auge de emancipações no estado de Goiás ocorre na década de 1950, tendo um crescimento de municípios bem superior à média do crescimento no país. A partir de 1960 os desmembramentos de municípios no estado de Goiás é inferior ao verificado para o conjunto das unidades da federação. Com relação aos municípios pesquisados, apenas Mossâmedes obteve a sua *autonomia política* no período de maior crescimento de emancipações no Estado de Goiás, iniciando, então um processo de emancipações a partir do município da Cidade de Goiás (da qual, Mossâmedes era Distrito). Culminando, assim, num período de 38 anos, na constituição de quatro municípios numa área territorial que pertencia ao distrito de Mossâmedes até 1954.

5-SANCLERLÂNDIA: DO POVOADO DO CRUZEIRO AO MUNICÍPIO AUTÔNOMO

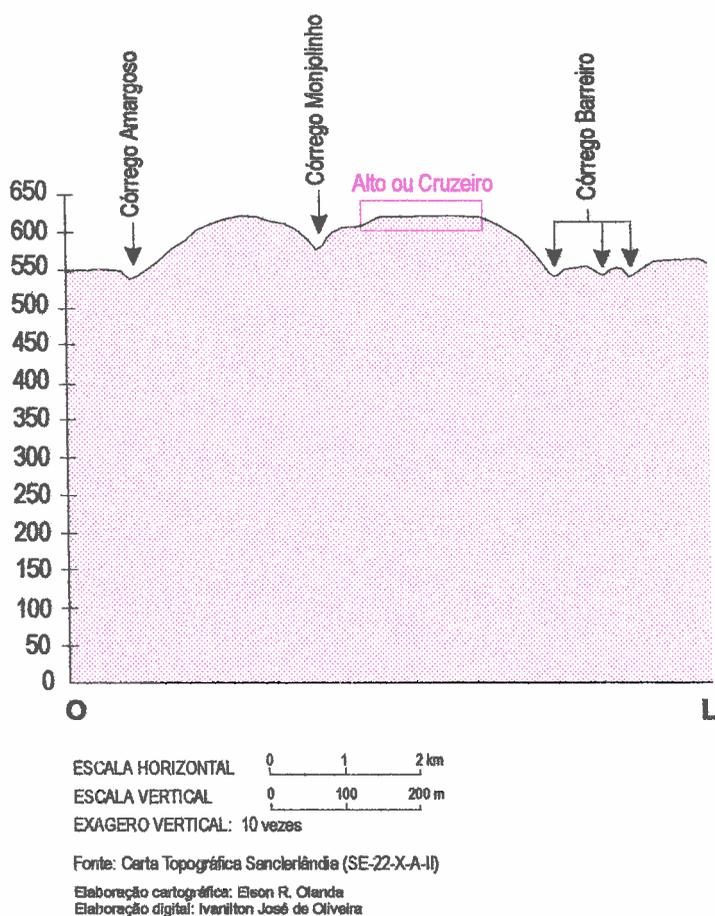
Os mineiros começaram a chegar e abrir as fazendas nas duas primeiras décadas do século XX. No final da década de 1930, e início da década de 1940 houve uma intensificação da chegada deles, ampliando, dessa forma a ocupação.

Com as fazendas abertas e o comércio distante (Mossâmedes e a Cidade de Goiás), ocorreu a abertura de uma *venda*¹⁴ às margens da estrada que interligava Mossâmedes à Córrego do Ouro. A necessidade do abastecimento cria, então, um ponto de encontro da população local: a *venda*. Próximo a ela foi construído um cemitério, pois a morte dos moradores sem assistência médica e sujeitos a várias doenças era muito comum. Sepultar os mortos com dignidade era uma necessidade. Junto ao cemitério foi erigida uma capela e implantado um *cruzeiro* que deu origem ao primeiro nome do povoado : Cruzeiro e Cruzeiroinho eram denominações correntes para o local dos encontros para as rezas no primeiro domingo de cada mês.

Os moradores das fazendas próximas denominavam o local (de encontro para a satisfação das necessidades comerciais e religiosas) de *Alto*—porque se localiza num interflúvio a cerca de 620m de altitude e as nascentes mais próximas, Córrego do Barreiro, localizam-se a 540m de altitude, configurando assim um desnível altimétrico superior a 80m em uma distância inferior a um quilômetro (Cf.fig.06). No *alto* eram realizadas as transações comerciais, as rezas e os jogos de futebol. A denominação *Alto* é também, explicada pelo fato de os pioneiros terem estabelecidos as suas casas nas proximidades dos cursos d'água , ou seja , nos locais mais baixos e a estrada fora aberta passando pelos interflúvios.

¹⁴ *Venda*. Estabelecimento comercial com produtos bem variados, como por exemplo: bebidas, biscoitos, fumo de rolo, alimentos enlatados, tecidos, armarinhos, entre outros.

**Figura 6 - PERFIL TOPOGRÁFICO:
CÓRREGO AMARGOSO - CÓRREGO BARREIRO**



As fazendas foram abertas próximos aos cursos d'água pela necessidade doméstica. Longe da água tudo ficaria mais difícil, o abastecimento da casa para consumo humano e a criação de animais destinados à alimentação e ao trabalho.

Com a ampliação do movimento comercial na localidade, uma nova *venda* (*venda do Saint'Clair*) fora aberta, desta feita num ponto mais elevado e mais distante do cemitério, a *venda* tornou-se ponto de *Pouso* para os viajantes que por lá passavam, o movimento de pessoas foi-se ampliando. O campo de futebol e o cruzeiro foram transferidos para as proximidades da nova venda. Posteriormente, no final da década de 1940 uma escola foi construída com financiamento do Governo Federal. O financiamento para a construção desta escola foi possibilitada pelas articulações políticas, lideradas no local pelo então professor Olívio Rodrigues de Mendonça e por Saint-Clair Rodrigues de Mendonça em consonância com o prefeito da cidade de Goiás Hermógenes Coelho e o Secretário de Estado da Educação. A exploração das divergências entre as lideranças políticas de Mossâmedes e da Cidade de

Goiás acabou favorecendo o povoado do Cruzeiro, com bem explicita Moraes (1993, p.34) grifo nosso: “Interessante e oportuno lembrar que um dos interesses de Hermógenes Coelho em ajudar o povoado de (sic) Sancler, além do desejo de servir aos amigos e ao progresso, era o de **afrontar , ainda que de forma construtiva, a Aldeia de São José de Mossâmedes**”. Em seguida, próxima à escola, foram realizados os primeiros loteamentos.

A origem do povoado do Cruzeiro e posteriormente Sanclerlândia—a terra de Saint-Clair¹⁵—pode ser atribuída, entre outros fatores, a três necessidades básicas da população local, a seguir enumeradas, sendo que a ordem não constitui nenhuma hierarquia, mesmo porque elas são todas interdependentes:

1. Necessidade religiosa: como uma grande parte das pessoas eram de origem católica uma capela para a realização dos rituais católicos era de grande importância.
2. Abastecimento comercial era muito difícil. O comércio maior e bem abastecido estava localizado na Cidade de Goiás. A venda tinha, portanto, um papel bastante significativo para os habitantes, além do aspecto comercial, o aspecto social era reforçado enquanto ponto de encontro dos moradores. Palacin e Moraes ao fazerem referência a economia e a população goiana na primeira metade do século XX , tecem as seguintes considerações esclarecedoras sobre o papel no comércio enquanto embrião de futuras cidades: “Sendo tão reduzida a vida urbana, o “tipo” era o agrupamento constituído pelo pequena armazém rural e algumas vendas , em torno dos quais se constituía um pequeno grupo de casas, que até hoje no interior recebe o nome de “comercio”. (Palacin e Moraes, 1989, P,96)
3. A necessidade de instrução: a construção da primeira escola foi fruto da visão de futuro dos moradores que enxergavam bem a frente do seu tempo. Era mais econômico e produtivo um esforço coletivo para a existência de uma escola. Sem dúvida a abertura de uma escola pública contribuiu para diminuir o número de analfabetos no lugar.

¹⁵ Saint-Clair Rodrigues de Mendonça, foi um dos pioneiros do povoado do Cruzeiro. Nasceu no município de Carmo do Paranaíba-MG em 1910. Foi um dos primeiros comerciantes estabelecidos no local, inclusive comprando e vendendo cereais e é considerado, oficialmente, o fundador do povoado. Faleceu em 1958 antes da criação do Distrito, cuja a denominação oficial foi de *Sanclerlândia* em homenagem póstuma.

5. 1 DO CRUZEIRO A SANCLERLÂNDIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

O Povoado do Cruzeiro, integrava o Distrito de Mossâmedes, quando este era um Distrito do município da Cidade de Goiás, até o início da década de 1950. Na primeira eleição do recém criado município de Mossâmedes, o povoado participa ativamente e elege dois vereadores, inicia-se assim , um processo de participação efetiva na política local integrada ao contexto estadual . Os grupos locais tinham e têm amplas ligações no âmbito estadual. Muitas decisões no plano estadual que afetam a vida no município são tomadas em consonância com as forças hegemônicas instaladas na esfera municipal.

Menos de uma década após a instalação do município de Mossâmedes foram criados quatro Distritos: Adelândia , Aparecida, Buriti e Sanclerlândia. (Cf. figura 07)

O povoado Cruzeiro foi elevado a Distrito pela lei Municipal nº 119, de 02 de dezembro de 1962. A designação oficial foi Distrito de Sanclerlândia porque já era corrente a denominação de Terra de Saint-Clair.

O objetivo principal, a luta pela emancipação superou as divergências entre os grupos políticos com posições diferenciadas. Nas eleições de 1962 o povoado do Cruzeiro elege quatro, dos sete vereadores da câmara municipal, conquistando, dessa forma, a maioria relativa¹⁶ no Poder Legislativo municipal e intensificam-se as batalhas internas neste Poder , objetivando o fortalecimento do povoado.

As eleições constituíram-se num momento de grande acirramento da disputa entre Mossâmedes e o povoado do Cruzeiro pelo controle do Legislativo Municipal. A disputa eleitoral não foi tranqüila e pacífica, a campanha foi para um pleito que não era simplesmente integrado por correntes políticas diferentes, mas consistia numa dura e árdua luta entre a centenária São José de Mossâmedes e o povoado do Cruzeiro , era o embate entre o “velho” e o “novo”. O novo, é ressaltado por Santos (1988, p.98):

O novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta há o novo que convém e o novo que não convém. O novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém.

¹⁶ Um dos vereadores eleitos pelo povoado do Cruzeiro era irmão do então prefeito de Mossâmedes. Isso consistiu num complicador a mais no emaranhado das relações políticas locais.

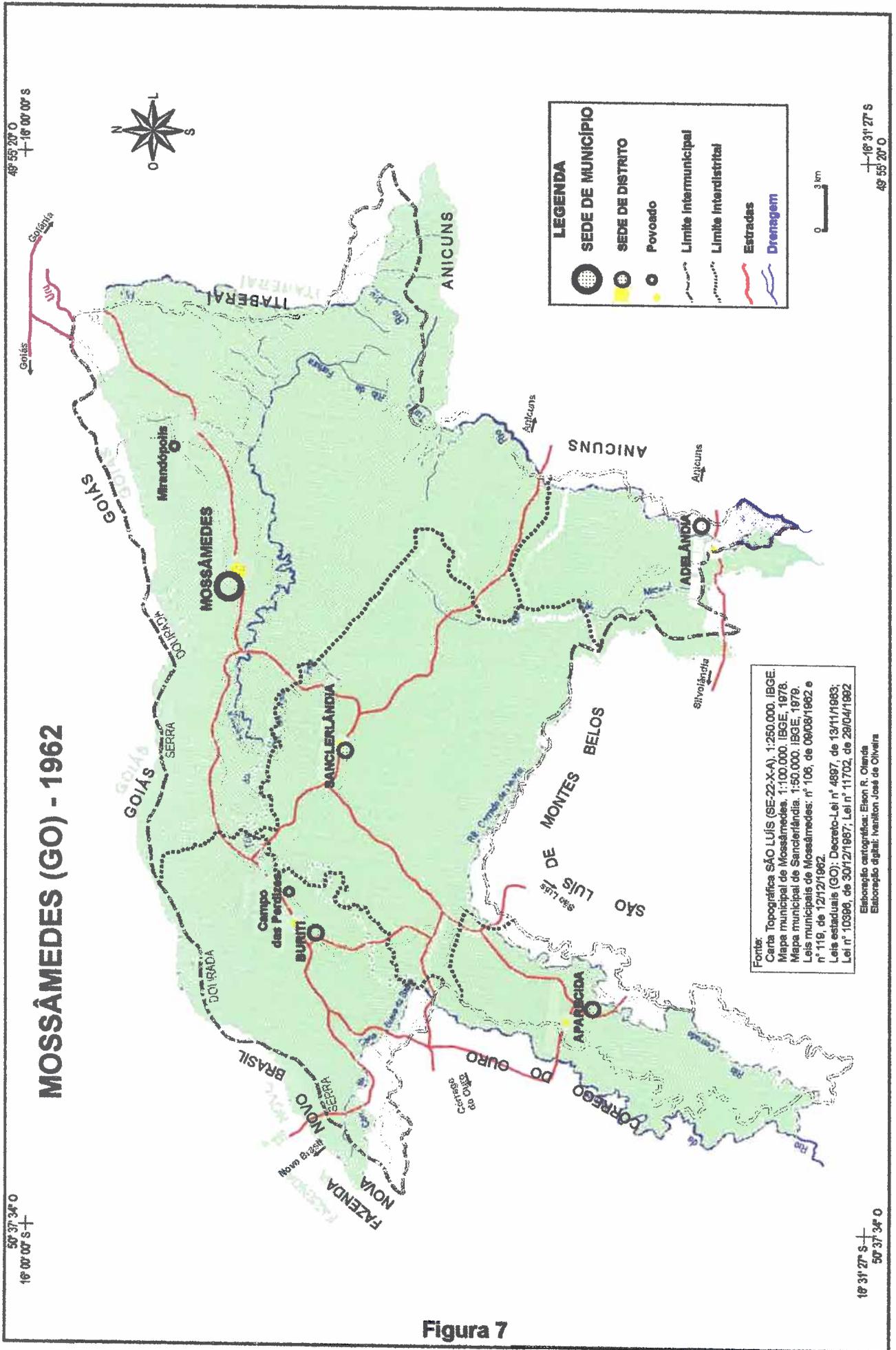


Figura 7

“O novo Distrito de Sanclerlândia”, com suas formas novas, com novas lideranças políticas consistiam-se em ameaças ao grupo político hegemônico instalado e herdeiro da segurança tradicional da “velha São José de Mossâmedes”, lembrando que no novo sempre há um componente do velho e o velho no seu envelhecimento sempre incorpora algo de novo.

A rivalidade entre o Distrito de Sanclerlândia e Mossâmedes se encaminha para uma ferrenha disputa no Poder Legislativo municipal. Esse processo foi muito bem sintetizado pelo depoimento a seguir:

Bom, quando iniciou, que passou de Distrito de Mossâmedes, que já iniciou já ter uns cartórios, pelo menos o Cartório Civil né, nós pensava na municipalização, mais por impricção política né, ciúmes políticos segurava porque nós tava bem mais localizado e com uma área de patrimônio que eles (de Mossâmedes) percebia que se municipalizasse aqui (Sanclerlândia), num levava muito eles era dependente de Sanclerlândia. Ciúme político dos políticos, das pessoas que era pioneiro da cidade (Mossâmedes), pessoas que igual lá em Mossâmedes tinha a família de Gome ia ter mesmo, foi aceito pelo Estado criar o município de Sanclerlândia, eles (os Gome) não aceitava essa idéia e até porque as eleições era tudo em Mossâmedes, nós era dependente de lá porque nós aqui era Distrito e nós era dependente de Mossâmedes. Até houve certos candidatos aqui, na época que mataro o finado Onésimo, ele era candidato a vereador pelo pela municipalização de Sanclerlândia, eles era quatro candidatos daqui e seguramente todos os quatro ia eleito pela população de Sanclerlândia. Já tinha a proposta, a luta aqui, nós desejava era ser independente de Mossâmedes e como era sete vagas, eles só tinha condição de fazer três de Mossâmedes, então era claro que na votação da Câmara de Vereadores nós ganhava, então a morte dele (Onésimo) foi para não deixá fazer quatro vereadores aqui em Sanclerlândia. Foi de encomenda sim uai, num tinha motivo para o seu Zeca Sabino matá ele (Onésimo), porque nem conhecidos eles num era. Ela foi uma morte de encomenda, prepararo um comício em Adelândia e lá sabia que os candidatos ia tá lá né, fazendo presença e argum discurso pela municipalização de Sanclerlândia, então, eles sabia muito bem se Sanclerlândia, se num entrasse esse desastre, Sanclerlândia fazia quatro vereador e ia ter maioria na Câmara pela votação da municipalização. (Sr. J.L, 69 anos, lavrador aposentado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sanclerlândia no início da década de 1970. Em 06/10/2000)

A versão do assassinato do candidato a vereador é confirmada pelo depoimento de um morador do Distrito de Buriti:

Para emancipar eles arrumaram quatro candidatos a vereador de Sanclerlândia e os quatro ia eleito, mais aí, num derradeiro comício que teve, eles pegaram e matou um dos candidatos e aí eles (de Sanclerlândia) ficou só com três. Na época de emancipar eu trabaiei duro por Sanclerlândia, nós queria ficá no município de Sanclerlândia, eu trabaiei aqui (Buriti) duro para os candidato a vereador de Sanclerlândia para pegá nós no município, mais aí com o negócio deles perderem um dos candidatos, a Câmara de Mossâmedes, nessa época era sete vereador, aí Sanclerlândia fez três e Mossâmedes fez quatro, quer dizer que aí, a divisa era decidida pelos vereadores, num é igual hoje, porque hoje através do Estado é passado lá pelos deputados, TRE (Tribunal Regional Eleitoral), essas coisas. Naquela época era a Câmara de Vereador que decidia a divisa, então aí o prefeito (de Mossâmedes) pois um irmão dele, ele ficou no meio lá, se aceitasse a divisa do rio Fartura para lá ele votava a favor de emancipar e se não já tava perdido né, aí na última hora eles aceitaram emancipar para lá (distritos de Aparecida e Sanclerlândia) e nós (Buriti) ficamos em Mossâmedes outra vez. (Sr. O.R. A. 71 anos, lavrador aposentado. Em 04/10/2000)

O processo desencadeado pela emancipação de Sanclerlândia constituiu-se num conflito local, um conflito pelo poder do controle do território. Para Foucault (1998, p.157), grifo nosso: " O território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: **aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.**" É pois, o poder político que (re)definiu o território de Mossâmedes.

O então candidato a vereador assassinado em Adelândia , torna-se uma referência na luta pela independência política do Distrito de Sanclerlândia, hoje um nome sagrado nas memória das pessoas que acompanharam o processo de emancipação. Atualmente há, na cidade de Sanclerlândia, uma Escola Estadual denominada Onésimo de Jesus Vieira. Esse dado empírico pode ser respaldado nas considerações de Harvey (1998, p, 194) "Os conflitos geopolíticos sempre implicam uma certa estetização da política em que o recurso à mitologia de lugar e de pessoa tem um forte papel a desempenhar".

O mito de Sanclerlândia, terra nova e melhor , promissora , contrasta com Mossâmedes, a Aldeia antiga, atrasada e sem condições de prosperidade. Tem-se, então, a estetização do lugar em função dos aspectos políticos a ser desempenhados, *o lugar melhor* , de melhores condições de desenvolvimento econômico não deveria continuar sendo dependente do outro. Os limites municipais são alterados, o município de Mossâmedes é repartido, novos cargos são criados, o poder político redefine o território.

Os acordos políticos foram decisivos para a demarcação da área do município . O município de Sanclerlândia foi constituído pelos distritos de Aparecida e Sanclerlândia. Mossâmedes perdeu uma parte do seu território , mas ainda continuou com áreas descontentes por não se integrarem ao município recém criado.

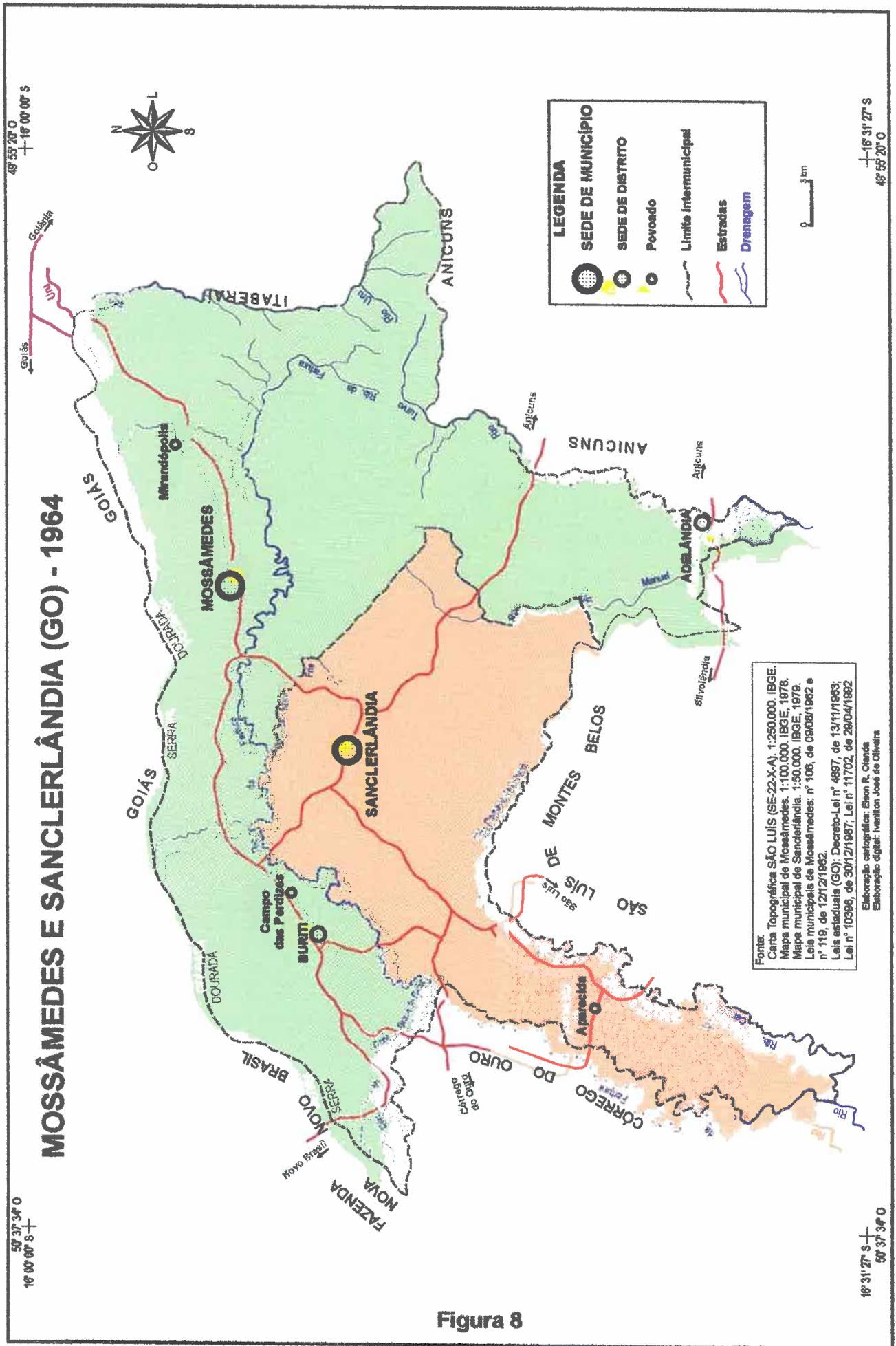


Figura 8

6. DA CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO À ADELÂNDIA:

Adelândia, da mesma forma que outros povoados do município de Mossâmedes, surgiu a partir da década de 1940, quando as fazendas já estavam abertas e produzindo pequenos excedentes que eram comercializados na cidade de Goiás, em Goiânia e Anápolis.

Não foi possível obter dados quantitativos da produção agropecuária das décadas de 1940/50. Mesmo que a produção não possa ser comparada, em termos quantitativos, com o momento atual, não se pode negligenciar a importância da produção agrícola e da pecuária naquele período. O creme de leite é citado por um depoente, como um produto importante que era escoado para a capital do Estado, via Anicuns.

Os caminhos eram precários e o carro-de-bois dominava a cena como o veículo predominante, sobre as patas dos bois e rodas de madeira os principais produtos eram transportados para Anicuns, Goiás, Nazário e Anápolis, entre outros comércios. Os trabalhadores rurais, proprietários de terras ou não, necessitavam do povoado como ponto de encontro e de apoio, encontro para a socialização devido, entre outros motivos, à dispersão das habitações rurais.

Fundar um povoado, significava redimensionar as ações coletivas relativas à educação, à religião e às atividades comerciais, necessárias para a permanência da população fixada à terra, explorando o solo para a o suprimento de suas principais necessidades, desde a alimentação até o vestuário, simples e rústico confeccionado com o algodão cru, nos teares artesanais manuais.

O rio Turvo que já servira como caminho para os viajantes que em outros momentos se embrenhavam na Capitania de Goiás, “assiste” com suas cheias o nascimento de Adelândia na sua margem direita. Então, no encontro de dois caminhos, o rio Turvo e um estrada *carreira*¹⁷, nessa confluência foi fundado o povoado. Uma simples coincidência? Ou uma estratégia territorial? Acredita-se que os fazendeiros tenham utilizado uma significativa

¹⁷ Neste trabalho, prefere-se utilizar o termo *estrada carreira* para designar os caminhos utilizados pelos carro-de-bois. A estrada carreira difere-se da estrada carroçável, pois as carroças necessitam de estradas com melhores condições de tráfego e que possibilitem, inclusive, a passagem de caminhões. A estrada carreira citada no corpo do texto, foi um dos caminhos percorridos por Espiridião Faissol no final da década de 1940.

estratégia de uso do território, haveria algo melhor para diminuir o isolamento do que a aglomeração numa confluência de um rio com uma estrada? Para aquele momento, naquele lugar, com suas especificidades, acredita-se que não.

A capela de São Sebastião é um marco importante na fundação de Adelândia, o ponto de encontro para oração que embalava os corações, aglutinava a “multidão” de homens e mulheres de mãos calejadas pelo árduo trabalho do campo.

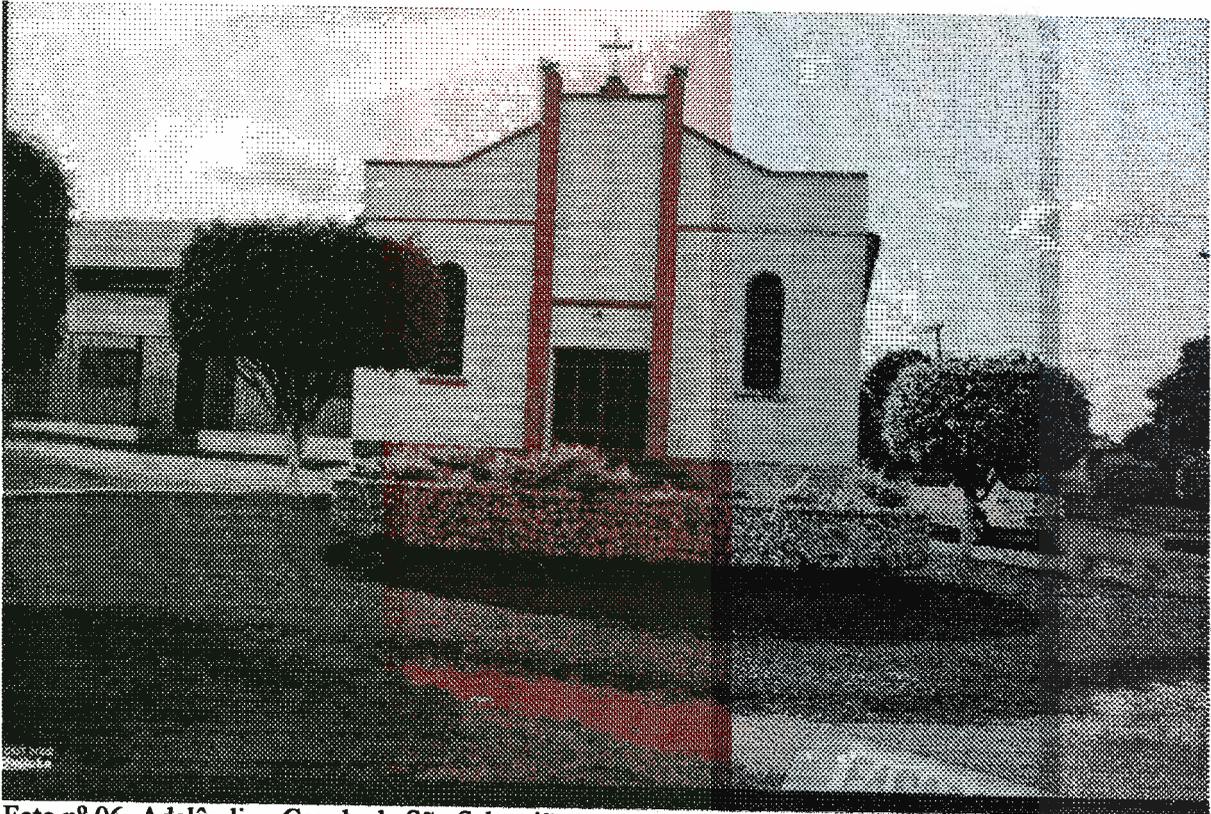


Foto nº 06. Adelândia : Capela de São Sebastião
Fonte: OLANDA, Elson R.. 2000

Próximo à capela foram brotando as casas no solo *Podzólico* (*de boa fertilidade e propício à agricultura*) do local, como é anotado na memória de uma moradora:

Era fazenda, só tinha aquela casa ali perto do rio (Turvo), uma casa grande, só aquela casa, depois foi a Capelinha. Começamos a lecionar, depois foi surgindo as casas. Eu vinha lá da fazenda para lecionar aqui, surgiu a primeira casa parece que foi no lugar dessa nossa aqui (praça da igreja católica), primeira não, uma das primeiras né, era diferente. (Sr.ª. L.G.M. 59 anos, professora aposentada, natural de Nazário-GO. Em 05/10/2000)

Após a Capela, devido a necessidade de instrução funda-se uma escola primária, de acordo com Galvão (1993, p.5)

A origem do povoado de Adelândia está ligada à Capela de São Sebastião e a uma pequena escola existente na região do Rio Turvo (...) Com o aumento da população, principalmente trabalhadores na pecuária e na plantação, um fazendeiro das cercanias, Domingos Alves Sobrinho e Dona Adélia, sua esposa, resolveram doar terras de sua fazenda para os primeiros habitantes. Iniciou-se, assim o povoado de Adelândia, cuja população era constituída essencialmente de trabalhadores rurais.

Os trabalhadores rurais, como já foi mencionado anteriormente, eram constituídos por proprietários e não proprietários de terras, pois os fazendeiros também trabalhavam, a diferença é que estes desfrutavam do poder de mando, eram os mandatários locais, inclusive podendo doar parte de suas terras para a formação de povoados.

A doação de terras para a fundação de um patrimônio não é apenas uma obra de caridade ou um ato de despreendimento. Doar uma parte das terras, pode significar num futuro próximo, uma valorização substancial das fazendas próximas ao *novo comércio*, como bem assevera Monbeig, em análise da ocupação pioneira do oeste paulista, Monbeig (1998:p. 235/36), grifos nossos:

Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil. Até o final do último século (XIX) era uma ato de caráter religioso. O fundador “dava” uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela. As pessoas fixavam-se em torno da pequena igreja, aproveitando da gratuidade dos terrenos, ou de qualquer forma, do pagamento medíocre que o padre lhe viesse pedir. O nome conservou-se, mas a instituição laicizou-se. Da tradição religiosa conservou-se o hábito de elevar uma cruz na clareira destinada à construção da cidade. Essa é uma ocasião de grande festa, de que o loteador fará o maior alarde possível, convidando os personagens importantes da região. Terminadas a festa e a bênção (sic) da cruz tudo se passa como em um loteamento urbano qualquer.

Diferenciando-se de Sanclerlândia e Buriti de Goiás, em Adelândia, as casas comerciais foram instaladas porque começava um povoado em torno da capela de São Sebastião, um *patrimônio*. Sintetizando, o povoado surgiu da combinação dos seguintes fatores e/ou condições:

- Cruzamento das vias de circulação aquática e terrestre, o rio Turvo e uma estrada que posteriormente se transformaria em rodovia asfaltada, atualmente é a GO-222 que interliga Adelândia à GO-326.
- Ponto de encontro: a Capela onde eram realizadas as rezas, constituiu-se, talvez no principal ponto de encontro da população durante os domingos, dias de descanso nas lavouras.
- A Instrução: as cidades eram muito distantes, distância esta, que pode ser calculada mais em função da precariedade dos caminhos do que os quilômetros mensuráveis. Sendo os núcleos urbanos distantes, a criação de uma escola para ensinar as primeiras letras era de

fundamental importância: como se vê, a população rural era muito preocupada com a formação escolar, mesmo que essa formação não alcançasse as dimensões atuais, a escola se fazia presente. Ter uma escola próxima significava não perder a força de trabalho dos filhos com o deslocamento para outras localidades, pois entre a população rural local os filhos começavam trabalhar ainda criança, o tipo de trabalho a ser realizado ia sendo graduado de acordo com o sexo e a idade.

6.1 ADELÂNDIA: DISTRITO DE MOSSÂMEDES

O povoado, surgido em torno da capela de São Sebastião e da Escola, consolidou-se. Casas comerciais foram estabelecidas, estava assim fundado o *comércio*¹⁸. O comércio era um dos povoados do município de Mossâmedes. O povoado foi elevado a sede de Distrito, o que acarretou mesmo que de forma incipiente, mais investimentos no local, por parte do município. Ainda que não se possa dimensionar (não foi possível obter as informações em termos quantitativos), esses investimentos foram previstos na lei de criação.

Outro aspecto importante na criação do Distrito é a delimitação de uma área territorial, essa área foi a base para a posterior constituição do município. Essas considerações podem melhor ser explicadas com trechos da Lei Municipal nº 106, de 9 de agosto de 1962, que eleva à categoria de sede de Distrito o povoado de Adelândia:

Art.2º—Para todos os efeitos, o Distrito de Adelândia, ora criado obedecerá às seguintes divisas: “começando na barra do Ribeirão São Manoel com o Rio Turvo, segue pelo São Manoel acima (divisas intermunicipais Mossâmedes—São Luiz de Montes Belos) até a barra do Córrego da Joaninha, por este acima até sua cabeceira na Serra da Pedra Preta; daí segue por esta Serra (ainda divisas intermunicipais) até a cabeceira do Córrego Cafezal, por este (sic) abaixo até a sua barra no Córrego da Princesa, por este (sic) abaixo até a sua barra no Ribeirão São Manoel, por este (sic) acima até a barra do Córrego Lajedo, por este (sic) acima até a sua cabeceira, daí, segue em linha reta, atravessando o Espigão, até a cabeceira do Córrego Cassununga Marimbondo, por este (sic) abaixo até a sua barra no Rio Turvo; daí, segue pelo Rio Turvo abaixo (Divisas intermunicipais Mossâmedes—Anicuns) até a barra do Ribeirão São Manoel, ponto de partida”

O território de Mossâmedes, passa, então a contar com dois Distritos, é ação do Estado no âmbito local, modificando a configuração do território.

¹⁸ No interior do Estado de Goiás era e é ainda comum usar a expressão *comércio* para designar a cidade, o local de realização do comércio. *Ir ao comércio* possui o mesmo significado de ir à cidade.

Art.3º—Fica o poder Executivo Municipal autorizado a criar e preencher os cargos necessários ao funcionamento do mencionado Distrito, consignando para isso no orçamento as verbas necessárias para o pagamento do funcionários a serem nomeados.

Num primeiro momento pode-se deduzir que o Distrito sede perde poder ao constituir-se outro distrito, pois o território tem uma nova configuração. O status de Distrito é , juridicamente superior ao de povoado . Mas ao prover os cargos para o funcionamento do novo Distrito, o poder de nomeação é do município ou seja, de Mossâmedes.

6.2 A EMANCIPAÇÃO DE ADELÂNDIA.

Por meio da lei Estadual nº 10396 de 30 de dezembro de 1987, o Distrito de Adelândia tornou-se município, englobando apenas a área territorial do próprio Distrito, ou seja, cerca de 115 km² .

Os moradores de Adelândia apontaram dificuldades no relacionamento com Mossâmedes que impulsionaram a luta pela emancipação.

A distância de Adelândia a cidade de Mossâmedes, por estradas de melhor trânsito é cerca de 50km , passando por Sanclerlândia. O acesso mais curto é por estradas vicinais com condições precárias de tráfego, dificultando, sobremaneira, a vida dos habitantes, sobretudo no que tange ao recebimento de salários pelos funcionários públicos. Utilizando do transporte coletivo público pelos ônibus intermunicipais, “perdiam” dois dias por mês , para receber os vencimentos.

Outra dificuldade apontada foi o recolhimento de impostos e a expedição de documentos públicos na sede do município , segundo os moradores era tudo muito dispendioso.

Uma terceira questão colocada pelos moradores, de vital importância, a prestação de serviços públicos, tais como conservação das ruas e a manutenção da única escola, havia um “descaso” do município. Em resumo, de acordo com os moradores, Mossâmedes recolhia os impostos mas não retribuía à altura merecida pelo Distrito. A emancipação, seria, assim, a

“redenção”, era necessário eliminar as difíceis condições enfrentadas pelos habitantes do local.

A estratégia de emancipação de Adelândia foi diferenciada de Sanclerlândia e Buriti de Goiás, pois não houve uma participação incisiva do Distrito no Poder Legislativo em Mossâmedes.

Formou-se uma *Comissão Pró-emancipação de Adelândia*. Esta Comissão articulou-se com deputados estaduais, fez loobie na Assembléia Legislativa, recolheu assinaturas de apoio à emancipação e mobilizou a população do Distrito. Verifica-se, então, uma consonância entre as forças hegemônicas locais e estaduais na *(re)divisão* do território municipal.

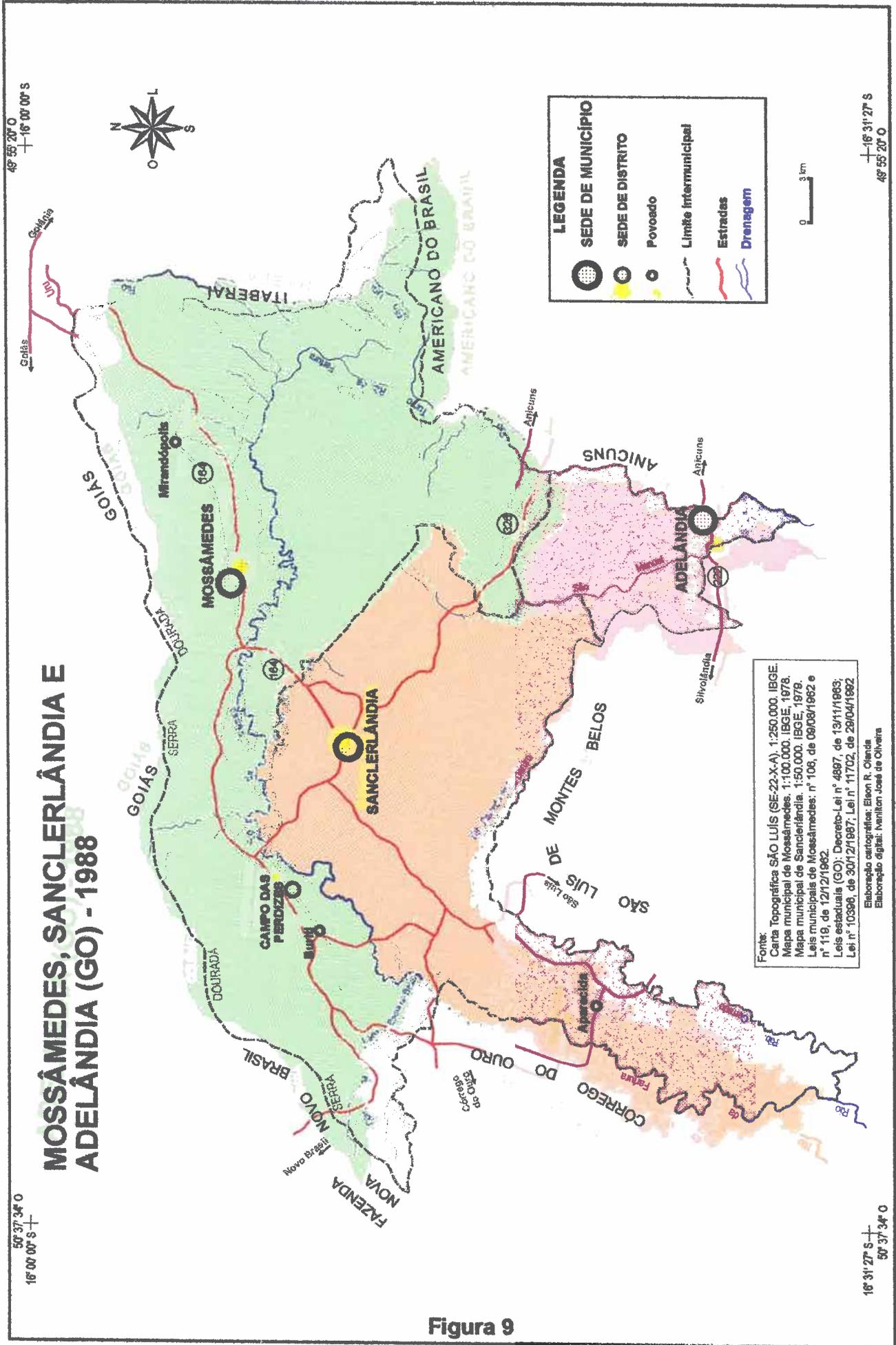
O principal líder e presidente da Comissão Pró-emancipação pertence a uma tradicional família de fazendeiros. A liderança pela emancipação rendeu outros trunfos políticos importantes, o líder da emancipação foi também o primeiro prefeito eleito.

A comissão almejava um município com uma área territorial superior a do então Distrito. Para isto era mister conquistar partes dos municípios de Anicuns, Sanclerlândia e São Luís de Montes Belos, estes municípios não “cederam” parte dos seus territórios para a constituição de Adelândia. Foi o embate das forças políticas de um Distrito contra municípios economicamente fortes na região, sobretudo Anicuns e São Luís. Neste embate os municípios já consolidados foram vencedores porque não perderam partes dos seus territórios.

Emancipado o Distrito, Mossâmedes perde mais uma parte do seu território, pouco mais de 100 km², mas de bons solos (predominância de Podzólicos) e naquele período, a parte do município com grande produção agrícola, principalmente de feijão.

Mossâmedes teve uma perda significativa de território, para a população de Adelândia ganhos não tanto elevados, o município, pelas dimensões e atividades econômicas, não “oferece” à população local boas condições de permanência. Sem dúvida, a parcela mais beneficiada foi a elite política local que conquistou uma parcela do território, o que permite o controle de cargos e verbas públicas, antes destinados a Mossâmedes. Ao cidadão comum, resta pagar, ainda mais pelos cargos criados pela estrutura administrativa: prefeito, vice-prefeito, nove vereadores e funcionários administrativos concursados ou nomeados conforme a vontade dos administradores.

MOSSÁMEDES, SANCLERLÂNDIA E ADELÂNDIA (GO) - 1988



Fonte:
 Carta Topográfica SÃO LUÍS (SE-22.X-A), 1:250.000, IBGE.
 Mapa municipal de Mossâmedes, 1:100.000, IBGE, 1978.
 Mapa municipal de Sanclerlândia, 1:50.000, IBGE, 1978.
 Leis municipais de Mossâmedes: n° 106, de 08/08/1962 e n° 119, de 12/12/1962.
 Leis estaduais (GO): Decreto-Lei n° 4897, de 13/11/1963; Lei n° 10398, de 30/12/1987; Lei n° 11702, de 29/04/1992.
 Elaboração cartográfica: Elton R. Cláudia
 Elaboração digital: Nairilton José de Oliveira

Figura 9

7- DA VEREDA AO POVOADO, DO POVOADO AO DISTRITO E AO MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS

O título acima, não tem por objetivo acarretar uma confusão ao leitor e muito menos uma pretensão descabida de brincar com os termos, pois estes termos são aqui instituídos de significados que transcendem a simples leitura das palavras ou da frase completa, estes termos constituem um desafio a que se propõe atribuir um sentido de cunho geográfico com relação ao mais recente município gestado e criado a partir de Mossâmedes.

Da mesma forma que Sanclerlândia, a origem de Buriti de Goiás está ligada à chegada dos colonizadores mineiros. Nas proximidades da Serra Dourada, margem direita do rio Fartura, os mineiros fundaram dois povoados: Campo das Perdizes, no início da década de 1940 e Buriti ou Buritizinho, como os mineiros, carinhosamente, colocam no diminutivo, iniciado no final da década de 1940. Os desbravadores anônimos e “personalidades ilustres” do local, derrubaram a mata, organizaram as rezas, os jogos de futebol e *gestaram um futuro município*.

Com o enxadão, essa ferramenta cortante e constante nas mãos calejadas dos pioneiros que cavaram estradas, abriram picadas e adentraram na mata, abriram clareiras, serraram madeiras, plantaram roças e douraram o horizonte com o amarelo do arroz em casca.

As boas condições ambientais, para àquele momento, proporcionadas pela mata virgem recobrando os Latossolos Vermelho-Amarelos, a água abundante nos córregos e no rio Fartura. E, o trabalho dos imigrantes—que chegaram em Goiás fugindo das dificuldades enfrentadas no vizinho estado de Minas Gerais,—possibilitaram à população permanecer no local e fundar os dois povoados (Buriti e Campo das Perdizes) cujos topônimos revelam a presença viva das boas condições ambientais favoráveis à ocupação do local e a fundação destes núcleos urbanos.

Apenas três quilômetros separam Campo das Perdizes de Buriti, essa curta distância, revela nos depoimentos, uma grande semelhança no surgimento e uma enorme rivalidade que ainda permanece e será detalhada mais adiante.

Os dois povoados surgiram com instalação de estabelecimentos comerciais às margens da *estrada carreira* que ligava Mossâmedes a Córrego do Ouro. Um armazém é citado como sendo um marco importante na fundação de Campo das Perdizes. As palavras dos moradores são de grande importância para confirmar a fundação do *comércio*, é a voz de quem viveu, viu, ouviu e contou:

Um ranchão de parede de pau e pois aí um armazém, quase tudo que pensasse tinha, era o armazém do seo Gurmercino. Passado uma ano ele fez uma casa, foi desmanchada, mais ainda tem o resto dela, passado uns dois anos é que começou a fazer as outras casas. Ih! Aqui era o puro mato, cê achava um lugarzin assim que num era, essa beira de rio (*Fartura*) aí tudo era mato. Metia o machado, derrubava, prantava, milho, gramava com o capim jaraguá. Eu vim de Anicuns p'ra cá num tinha dezesseis anos, cheguei aí casei, dessa época para cá é roçano e derrubano, botano capim. (Sr. J.F.S, 73 anos, lavrador aposentado, natural de Patos de Minas-MG. Em 04/10/2000)

O depoimento confirma o papel desempenhado pelas condições ambientais favoráveis ao processo de fixação da população e para as condições de produção do momento. Ainda sobre a fundação do povoado, a denominação de Campo das Perdizes e a importância da estrada carreira, apoia-se no depoimento a seguir:

É porque aqui era um campo muito bonito e tinha muita perdiz, então meu sogro quando mudou para aqui, eu mudei em 1958, ele (sogro) veio em 1959, ele morava lá na Capelinha, município de Anicuns, ele (sogro) ajudou a trazer esses alemães aqui para a Colônia dos Alemães (Uvá), de Carro de boi. Então, ele passou aqui em 1940, no ano que eu nasci, passou aqui de carro de boi, num tinha nenhuma casa, uns dois anos depois ele (sogro) passou e tinha uma casa do Gumercino Pereira. Meu sogro achava aqui muito bonito, descampado e tinha perdiz piando por todo lado, daí o pessoal começou a falar: vamos caçar perdiz. Onde? Lá no campo das perdiz, e pegou o nome por causa disso. Em 1959 meu sogro mudou para cá, ele falou, eu passei aqui num tinha uma casa. Depois foi os outros, pessoal dos Correia, aí quem fundou a corrutela, cê sabe quem? Começou a fazer uma casa para aumentar foi o véio Alexandrino, ele construiu essa igreja católica, construiu um casarão e pois uma loja, aí foi aumentando, o Chico meu irmão tinha uma loja lá embaixo. (Sr. M. F.L. 60 anos, professor aposentado, natural de Abaeté MG. Em 04/10/2000)

Além de esclarecer a origem da denominação de Campo das Perdizes, o fato da estrada ter sido utilizada para a passagem de imigrantes para a Colônia de Uvá¹⁹, evidencia que a região já era transitada e embora não tenha sido integrante de nenhum programa de colonização oficial, o reflexo da ação do Estado teve uma importância significativa na ocupação e consolidação dos povoados, que não foram fundados às margens da estrada por acaso, a estrada era a ligação com o mundo exterior, a porta de entrada, mesmo que demorada devido à precariedade dos caminhos, inclusive com a ausência de pontes nos

¹⁹ A Colônia de Uvá ou Colônia dos Alemães foi implantada pelo Governo do Estado, no município da Capital, no final da década de 1920 e início da década de 1930, com a predominância de colonos alemães. Sobre esta Colônia, Cf. Maria Helena de Oliveira Brito. *A Colônia Alemã do Uvá (1924-1954)*. Goiânia: CEGRAF/UFMG, 1992. 159 p.

principais cursos d'água, era o prenúncio da era rodoviária que transformaria o país na Segunda metade do século XX.

7.1 BURITI: DO POVOADO AO DISTRITO.

A denominação Buriti está ligada à existência de uma vereda com um buritizal²⁰, nas proximidades do local onde foi construído o povoado. Como pode ser notado as condições do meio natural, num local de contato entre a mata e o cerrado, tiveram um papel muito significativo para a presença dos povoadores, a sabedoria popular denominou o nascente povoado com uma inspiração nos aspectos da beleza da vegetação.



Foto nº 07. Cruzeiro Símbolo da fundação de Buriti de Goiás.
Fonte: OLANDA, Elson R. 2000

²⁰ Segundo Pereira (in, *Tipos e aspectos do Brasil*, 1949, p,282):

Na paisagem fitogeográfica do Brasil, o “buritizal” aparece ora como matas pluvial marginal interior, sendo neste caso, um raro exemplo de floresta pura, ora como um capão característico das grandes baixadas inundáveis, principalmente dentro da área territorial planáltica, estendida para o norte do país, a partir do paralelo 20° sul, até o Amazonas.(...) Os buritis, palmeiras podendo atingir até nove a dez metros de altura, tendo vinte cinco a quarenta centímetros de diâmetro, combina-se de diversos modos e maneiras para constituírem os buritizais, que tanto podem ser formados por indivíduos isolados, autêntico “capão”, às vezes em forma de renque, quando dispostos em caprichosos arruamentos obedientes à direção do curso d’ água cristalina que os assinala.

Como já foi mencionado nas considerações anteriores, o povoado de Buriti surgiu, também, com a instalação de estabelecimentos comerciais. O primeiro *comércio* estabelecido foi um açougue no final da década de 1940.

Com o início das atividades comerciais, a aglomeração das pessoas foi intensificando-se. Começaram as rezas e os jogos de futebol. Uma igreja católica é citada pelos moradores como uma das primeiras construções realizadas no povoado. Posteriormente as escolas e outros serviços, como pode ser constatado nos depoimentos a seguir:

Pois é, eu sou antigo aqui, quando eu cheguei aqui, aqui era sertão, num tinha ninguém, tinha uns fazendeiros aí, mais aquele povo antigo, ficava quetinho ai nas residências, não saía, num mudava, num vendia, num comprava. (G.F.S. 78 anos, aposentado, ex-proprietário de serraria, natural de Coqueiral-MG, chegou à região em 1949. Em 03/10/ 2000)

O depoimento seguinte confirma a fundação do povoado e dos estabelecimentos comerciais:

Aqui antes era cerrado, num tinha moradô, num tinha nada. Aí foi em 1950 que eles fizeram a idéia de formar o comércio, o sr. José Onofre dos Reis, então ele comprou o terreno aí, teve um aí que adooou uma parte para ele, trouxe o agrimensor e abriu essa avenida (Avenida Solon Amaral, a principal avenida da cidade). Aí começou o comércio, foi até bem animado, depois teve uma decadência, teve quais cabano, com um espaço de tempo a turma foi forçano na política novamente. Tinha uns que estavam muito animados depois pegaram a vender as casas aqui, deu uma decadência, bem fraca, aí depois foi animano devagar traveis né. (Sr. O.R. S., 71 anos, natural de Goiás-GO. Em 04/10/2000)

Ocorreu, então, uma seqüência combinada de necessidades que pode ser sintetizada do seguinte modo:

Com o aumento da população vinda, sobretudo de Minas Gerais, havia uma necessidade mínima de abastecimento, o que possibilitou as iniciativas do incipiente comércio. De maneira geral a presença das casas comerciais contribuíram para diminuir as dificuldades—quase tudo era comprado no mercado da Cidade de Goiás.

A origem católica dos imigrantes contribuiu para aglutinar as pessoas durante os domingos, dias de descanso e dedicados às atividades religiosas. Um cruzeiro foi erigido e entorno dele realizavam-se as rezas aos domingos. Com os leilões, fundos eram angariados para a construção de uma igreja, uma obra coletiva de grande alcance religioso, social e

cultural , visto que o templo serviu, também para acomodação de salas-de-aula, quando a primeira escola ficou com instalações insuficientes para atender à demanda de alunos.

O campo de futebol representou para Buriti mais que uma simples praça esportiva. No campo, o povo encontrava-se, jogava, rezava, fazia festas. Um documento oficial da Prefeitura confirma o alto grau de importância das atividades religiosas e esportivas (Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás. *Município de Buriti de Goiás*, s/d, p.3) :

(...) Um dos membros da pequena comunidade, imbuído (sic) pelo espírito de religiosidade e de liderança manda fabricar um cruzeiro no dia 31 de agosto de 1949, tal cruzeiro foi erigido em louvor a Nossa Senhora Aparecida. (...) A primeira missa realizada ao pé do cruzeiro e (sic) celebrada pelo Pe. José Maria da cidade de Goiás e para finalizar as festividades houve um jogo de futebol da comitiva do padre José Maria e os então moradores do novo povoado, encerrando com o placar de vitória para Goiás.

Esta missa, realizada em 1949, é o marco oficial da fundação do povoado, constituído por civis e sacramentado pela poder religioso, poder este que sempre manteve sua atuação e presença no local.

Com pouco mais de uma dezena de anos , o povoado adquire o status de Distrito por meio da Lei Municipal nº 119 de 02 de dezembro de 1962. O povoado conquistou uma condição jurídica intermediária entre município e povoado, mas os acontecimentos não são lineares e os embates políticos tem conseqüências muito diretas e pessoais, nas pequenas localidades onde os atores são conhecidos, reconhecidos, amados e odiados entre si. Os adversários em disputas eleitorais tornam-se inimigos, o status de distrito durou cerca de quatro anos.

7.2 O POVOADO PERDE STATUS DE DISTRITO

O distrito que fora criado em 1962, permaneceu com a mesma área territorial, a sede e a denominação foram transferidas para o povoado de Campo das Perdizes , por força da Lei Municipal nº 173 de 11 de fevereiro de 1966. Três artigos desta lei são dignos de menção:

Art.º 1º --Fica transferida a sede do Distrito de Buriti, para o povoado de Campo das Perdizes.

Art.º 2º--A denominação do Distrito transferido será: "Distrito de Campo das Perdizes"

Art.º 3º--Fica o poder público municipal autorizado a efetuar as despesas (sic) decorrentes da transferência do Distrito.

São poucas frases em três artigos que representam muito na gestão do território. Esta lei, é a confirmação jurídica dos desentendimentos entre os grupos dirigentes locais, a população é chamada a participar e a referendar os desentendimentos da cúpula dirigente, isto é muito claro nos depoimentos a seguir

Dizê que ia tirá o Distrito daqui e levá para o Campo das Perdiz, o povo revoltô e partiu para a espingarda , cacete e facão e num tirou não , ninguém qué perdê né, se o Distrito era aqui. O prefeito na época era o Lincoln e o José Arrais era o vice dele e aí o José Arrais pertencia Buriti, ele era daqui, mais aí tinha o Mírto que era vereador , aí criaram uma rechinha . Cê sabe que prefeito é danado para brigar com o vice-prefeito e eles brigaram por essa rêcha , o Zé Arrais quis tirar o Distrito daqui e levar lá para o Campo das Perdiz, aí o povo revoltou, por isso num deixou tirá, tirou não. Depois , automaticamente , pegaro descuidado e passou, num levou o cartório, mais passou os documentos , aí só fartava levar o cartório, eles num deixaram levar , o cartório continuou aqui por uns meses, um dia aí discuidado , quando eles viu o cartório saiu , sabendo que o Distrito era Campo das Perdiz , não era mais Buriti , nessas brigas eu não era político nessa época. (Sr. S.J. O. 65 anos , natural de Anicuns-GO e residente em Buriti desde 1959. Em 03/10/ 2000)

Os desentendimentos políticos e a participação da população são destacados, também em outro depoimento:

Isso foi impricação de vereador né,, aqui tinha um vereador , até hoje tem uma fia dele que ainda é professora aqui, ele (vereador) foi para lá (Perdizes)por causa que ele impricou com aqui. Ele criou essa lei essa lei de tirá o cartório daqui e passou para lá né. Teve uns tempo que a Perdiz teve mió, tinha loja, e aqui tava mais ruim né, e eles inventaram de levar o cartório para lá. Nós juntemo aqui, não! Num vamo deixá í não né. E a turma reuniu, nós apriviniu, é de porrete, até as muié tinha porrete, carabina, nós tava aí esperano, se eles viessem não era para levar mesmo, se num quisesse haver morte era para largar, o João Bastião comentou lá (em Perdizes) que a serraria tava há três dias desfiando porretes para as muié dá porretada e armamento tava bão, que eles podiam vim, levá, levá num levava não né. E ficaram sabendo e de lá (Perdizes) eles voltaram. Passado uns tempos, nós viu que eles num levou , mais aquilo ficou aquele trem lá no cartório né. O vereador impricou porque tirou pouco voto aqui e inventou de passá o Distrito para lá e binificiá lá, eles levaram o cartório para lá. (Sr. A.D.S., 75 anos, natural de Patos de Minas-MG e residente em Buriti. Em 03/10/2000)

Além das divergências políticas a questão econômica foi decisiva na transferência do Distrito, o povoado de Buriti estava em declínio econômico enquanto o seu rival estava em ascensão , isso é evidente no depoimento supra, Perdizes tinha, naquele momento, um comercio mais dinâmico .

Atualmente a rivalidade, ainda persiste, é motivada pela disputa entre os dois povoados, cada um almejando ser mais importante e destacado que o outro, o que pode ser conferido por meio dos depoimentos a seguir:

“ O campo das Perdiz e Buriti, cê sabe que teve sempre um ciúme” (Sr. S.J.O residente em Buriti). “As duas currutelas nunca foi muito unida” (Sr. O. R. S. residente em Buriti). “Uns lugarzin perto do outro assim, sempre tem uma inimizade sobre crescimento, então, deu um pobrema sério no que eles queria criar o distrito aqui”. (Sr. G.F. S. residente em Buriti. Grifos nossos)

O depoimento a seguir confirma a rivalidade, de maneira extrema:

Isso briga diária, mais não é por conta de municipalização. Toda vida o povo do Buriti e impricado com o povo da Perdiz é. A perdiz toda vida foi de mais saída que o Buriti. O povo da Perdiz toda vida foi mais trabaiadô que o povo do Buriti. Sempre o povo do Buriti vinha comprá mantimento para a dispesa era aqui na Perdiz. Futebol, o time da Perdiz sempre foi mió que o Buriti, sempre ganhava, custoso um dia que ia jogá que num dava briga, isso tem até hoje, vai jogá lá (Buriti) e dá briga, eles é impricado sempre com o povo daqui. Festa da Perdiz, festa de 03 de maio tem todo ano, a festa aqui dá de deiz a zero na festa do Buriti. (Sr. J.F.S residente em Perdizes)

Ao confrontar os depoimentos coletados em Buriti com os dos moradores de Campo das Perdizes verifica-se que as versões são opostas. Campo das Perdizes sempre foi mais importante, na versão de seus moradores. Indagado se Buriti havia sido Distrito, um morador de Perdizes informou que o Distrito nunca foi em Buriti. A seguir serão destacados dois depoimentos dos moradores de Campo das Perdizes, confirmando a oposição das versões:

Aqui já foi Distrito, a política de Mossâmedes dominava aqui . Buriti tinha o povo de Anicuns, Valadão²¹, então eles dava mais apoio lá. Esse povo de Valadão que criou Buriti, depois levaram o distrito para lá, mais o Distrito mais véio é aqui. Parece que é política , os mossamedinos é quem mandava aqui. O cartório veio para aqui e ficou muito tempo até municipá Buriti. O prefeito de Mossâmedes era bão para nós. Aí fomo lá e conseguimos com ele (prefeito), essa richa chegou até no governo, eles (de Buriti) toda vida é contra nós aqui, aí ficou sem cartório, uma turma daqui foi lá e touxe o Distrito para aqui. (Sr. J.M.S. 75 anos, fazendeiro, ex-dentista prático, natural de Patos de Minas-MG. Em 4/10/2000)

O depoimento a seguir demonstra de forma convicta, a criação do Distrito de Campo das Perdizes:

Aqui passou a ser Distrito em 1962, o Campo das Perdizes foi elevado de povoado a Distrito. Buriti naquela época tinha um tal João Palmeira, um fazendeiro aí, lá (Buriti) tinha umas doze casas, mais tavam meio abandonadas e ele (João Palmeira) implicou, comprou as casas e desmanchou. Só ficou duas casas. Depois entrou um outro prefeito, retirou o Distrito daqui (Perdizes), mais num levou para o Buriti também não, retirou o Distrito, depois a turma entrou na justiça , derrubou e voltou a ser

²¹ VALADÃO. Família tradicional no município de Anicuns. Um de seus maiores expoentes foi Ary Ribeiro Valadão—foi deputado estadual e federal, último Governador do Estado de Goiás nomeado pelos governos militares (1978—1982). No seu pleito de governador foram construídas obras públicas no povoado de Buriti ,com destaque para um Colégio Estadual.

Distrito de novo (Perdizes). (Sr. M. F.L., 60 anos, professor aposentado e natural de Abaeté-MG. Em 04/10/2000)

Malgrado a resistência amada e armada de Buriti, a sede do Distrito permaneceu no Campo das Perdizes.

7.3 BURITI: DO DECLÍNIO DO POVOADO AO MUNICÍPIO.

De acordo com informações coletadas entre os moradores, o povoado de Buriti perdeu a condição de sede de Distrito mas teve um desenvolvimento econômico maior que o seu rival Campo das Perdizes. Buriti, mesmo não sendo sede do distrito, aglutinou uma população maior e um comércio mais efetivo. O asfaltamento da GO- 326, no início da década de 1980 contribuiu para impulsionar o crescimento de Buriti.

A lei Estadual nº 11702, de 29 de abril de 1992 cria o município de Buriti de Goiás, na área territorial do Distrito de Campo das Perdizes, dois pontos desta lei merecem ser transcritos, visto que eles são esclarecedores porque espelham e ratificam no plano jurídico, o embate político existente entre os dois povoados:

Art. 1º. —Fica transformado em município, com o topônimo de BURITI DE GOIÁS, o atual Distrito de CAMPO DAS PERDIZES, do município de MOSSÂMEDES, deste Estado dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações(...)

Parágrafo único do Art. 2º—Para a instalação do Município a que se refere este artigo, os Poderes executivo e Judiciário tomarão as providências que se fizerem necessárias, devendo o mesmo ter como sede o Distrito com o título de Cidade de BURITI DE GOIÁS, com a zona urbana constituída dentro dos seguintes limites e confrontações:

“Começa no cruzamento da estrada para Mossâmedes(MAS.6) com a antiga estrada para Sanclerlândia, na cerca de arame de JOSÉ ELÓI DE OLIVEIRA; por esta cerca e de MILTON JOSÉ DE LIMA, EXCLUSIVE, até a cerca de arame de JOÃO ALVES MOREIRA, ATACI E VALDECI BORGES FERREIRA, inclusive até a cerca de arame de ALTAMIRO ANTÔNIO DA SILVA, exclusive, por esta cerca de arame até a estrada par Buriti (MAS.6); por esta estrada (MAS.6) até a GO-326, rumo Leste, até o ponto confrontante com o cruzamento da estrada para Mossâmedes (MSA.6) e antiga estrada para Sanclerlândia; daí em rumo certo ao referido cruzamento, ponto inicial.

A lei de criação do município de Buriti de Goiás estabelece a sua zona urbana no então Distrito de Campo das Perdizes, oficializa-se, então a sede do município num lugar (Campo das Perdizes) mas de fato foi instalada e funciona em outro núcleo, ou seja, em Buriti. Pela lei de criação Buriti de Goiás, a sede do município deveria ter sido instalada em Campo das Perdizes. A lei estabelece limites para a sede do município num local, Perdizes, mas na realidade este constitui-se apenas em núcleo urbano secundário. Dessa forma, para entender a lei faz-se necessário entender os confrontos políticos e históricos entre a população dos dois povoados.

A emancipação é reconhecida como muito importante pelos moradores, mas há uma personificação do processo em torno o de um vereador de Mossâmedes, representante do

Distrito de Campos das Perdizes por três mandatos consecutivos. O que era uma aspiração coletiva, passa a ser creditado a uma personalidade que viria a ser o primeiro prefeito do município, como pode ser verificado nos depoimentos abaixo:

O que emancipou aqui, ele tinha sido vereador em Mossâmedes , ele era do Campo das Perdiz, ele quem inventou município aqui , teve uns aí que pediram umas assinaturas para ver se conseguia encaminhar essas assinatura com um deputado. Ele (vereador) tinha disposição para andar e tinha conhecimento com os deputados e governador, então foi fácil. Uma que aqui num tinha renda , num tinha eleitor suficiente . Aqui já tinha laticínio mais a renda ia mais para fora.. Pediu (o vereador) ao laticínio para recolher o ICM aqui mesmo e tinha amizade com os fiscais de Mossâmedes . Passou arrecadá aqui, onde ajudou né. Porque tudo isso tinha que tê uma ajuda né. Aqui nunca teve estrada que prestasse , Mossâmedes num fazia, tirá guia (de impostos) mais em Sanclerlândia , aqui num arrecardava nada, num apresentava arrecadação nenhuma e tudo isso ajuda .(Sr. A. D. S. 75 anos, natural de Patos de Minas MG e residente em Buriti. Em 03/10/2000)

Os méritos do líder pela emancipação são reforçados por outro depoimento:

Nessa época que a gente foi vereador em 1977, juntamente com a gente foi outro, o Artamiro. A gente representava Buriti e ele) representava Campo das Perdiz , que hoje é Distrito de Buriti. Nós tivemos um preito de seis anos. Completando seis anos eu desisti, num fui mais candidato, fiquei de fora da política mais ele continuou. Foi novamente candidato , mais um preito de quatro anos e novamente vereador—treis preito, um de seis e dois de quatro anos. Nesse último preito ele insistiu por uma emancipação,eu achava que não acontecia isso. O pessoal almejava emancipar, a partir de 1980 , ele (Artamiro)começou a falar e pessoal não acreditava nisso. Sanclerlândia e Córrego do Ouro é tão perto, a gente tava aqui imprensado entre essas duas cidades, é um trechinho de Mossâmedes que tá no entremeio das duas , num tinha possibilidade, achava que isso não acontecia , mais ele (Artamiro) insistiu em cima disso. Quando as pessoas percebeu que tinha possibilidade, todo mundo queria e passou a acreditar e ele partiu para cima disso e conseguiu. O Artamiro insistiu e acabou acontecendo a municipalização. (S.J. O. 65 anos , natural de Anicuns-GO e residente em Buriti desde 1959. Em 03/10/2000)

De acordo com o depoentes, o Distrito emancipado não tinha uma base econômica forte, suficiente para a auto sustentação. Com a status de município tem-se a participação nos impostos, sobretudo por meio do Fundo de Participação dos Municípios, o que constitui-se nesse caso no *Fundo de Sustentação do Município*. Segundo Claval (1979, p.14): “As regras que presidem as relações não são tão neutras quanto uma justificação ingênua pode fazer crer: elas permitem a acumulação de vantagens por alguns”.

O controle do poderes Executivo e Legislativo local é a garantia de manipulação de verbas pela “elite”, além dos cargos que são criados para o funcionamento da máquina administrativa instalada de maneira a ampliar os privilégios e *vantagens* para o grupo político hegemônico.

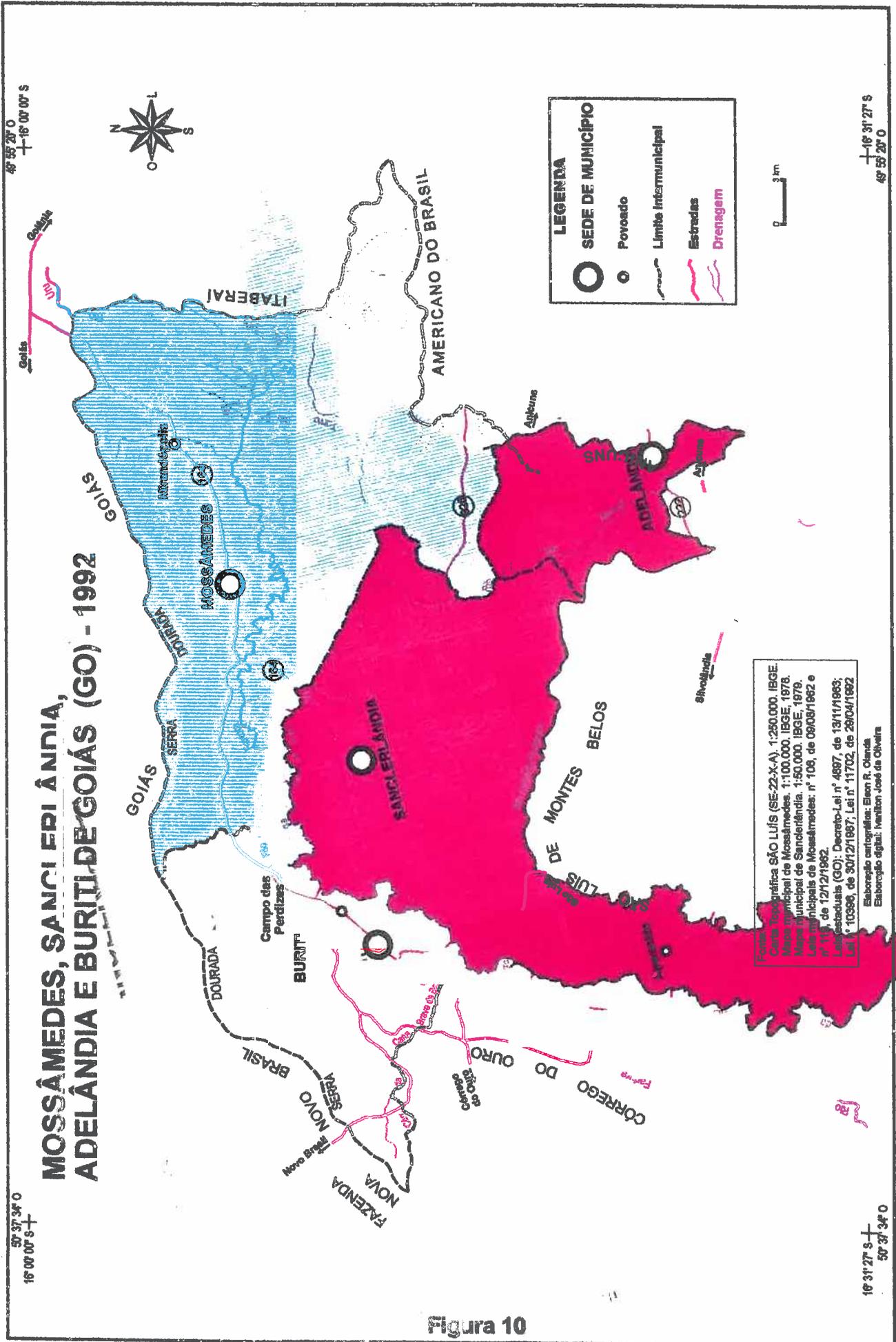


Figura 10

CAPÍTULO III

NOVOS LIMITES MUNICIPAIS: UM NOVO TERRITÓRIO?

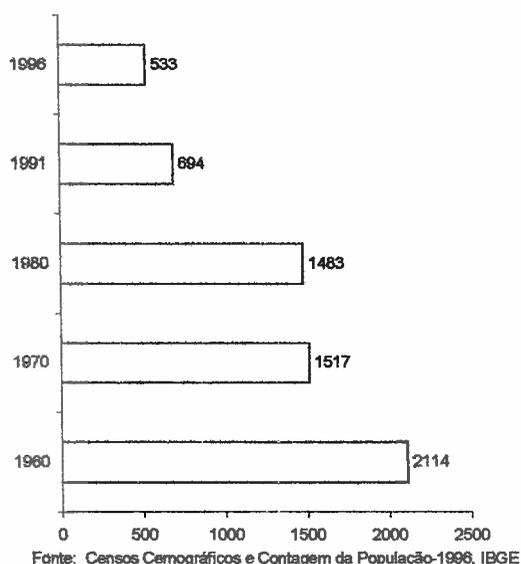
1- O TERRITÓRIO FRAGMENTADO E O PODER DIVIDIDO.

Em diversas partes do presente trabalho e mais detalhadamente, no capítulo um, procurou-se evidenciar que Mossâmedes tem suas origens fundadas na ação direta do Estado, no período colonial, ou seja, foi uma criação do Estado para o aldeamento dos *nativos intrusos*, de acordo com a perspectiva de expansão e controle territorial lusitano no interior da Colônia.

Mossâmedes chega ao ano 2000 com um território fragmentado em quatro municípios, devido aos desmembramentos efetivados. Por diversos ângulos pode ser analisada essa fragmentação, um deles é o da representação parlamentar em nível municipal. De acordo com Mesquita (1995,p.77) “Território implica uma divisão de força política”. A divisão da força política redundou em muitos cargos criados nos *novos municípios*.

Alguns dados são dignos de nota. Ao verificar a população do Município em 1960, antes da efetivação dos desmembramentos e outros após a emancipação dos Distritos.

Gráfico 06. Habitantes por vereador: Mossâmedes e seus ex-Distritos



o cruzamento dos dados censitários da população residente no município com o número de vereadores possibilitou a elaboração do gráfico nº 06. Em 1960 existia apenas Mossâmedes, em 1970 Mossâmedes e Sanclerlândia. Em 1991 Adelândia soma-se aos dois

primeiros. em 1996 completa-se o quadro de quatro municípios com Buriti de Goiás. Os dados, a partir de 1970 estão agrupados para o território de Mossâmedes e os novos municípios que foram sendo criados, mas não refletem a representação específica para cada município, o que será feito mais adiante.

Em 1960, tinha-se um vereador para cada 2114 habitantes, enquanto em 1996 tem-se um vereador para cada 533 habitantes, ou seja um vereador, nesse conjunto representa apenas um quarto da população que representava em 1960. Essa diminuição de habitantes por vereadores deve ser vista à luz de três fatores importantes.

1. Para cada novo município, uma outra Câmara de Vereadores é criada, isso independentemente do crescimento ou não da população.
2. Até 1988, a legislação Federal estabelecia um mínimo de sete vereadores por município e a partir de 1988 a nova Constituição Federal estabeleceu o mínimo de nove vereadores por município. Os municípios objetos do presente trabalho sempre contaram com o mínimo de vereadores previsto na Carta Magna.
3. A partir de 1970 verifica-se uma redução da população para o conjunto desses municípios. A população reduz de 21.249 habitantes em 1970 para 19.202 em 1996. Enquanto no mesmo período, o número de vereadores aumenta de 14 para 36, como pode ser verificado no quadro nº 09.

Quadro 09. População residente e representantes no Poder Legislativo Municipal

Ano	Mossâmedes	Sanclerlândia	Adelândia	Buriti de Goiás	Total	Vereadores	Hab. Por Vereador
1960	14804	-----	-----	-----	14804	07	2114
1970	12771	8478	-----	-----	21249	14	1517
1980	12220	8545	-----	-----	20765	14	1483
1991	9056	7353	2339	-----	18748	27	694
1996	6449	7677	2644	2432	19202	36	533

Fonte: IBGE –Censos Demográficos e Contagem da População-1996

Ao comparar os dados da população residente nos quatro municípios e as respectivas representações no poder Legislativo municipal, verifica-se que em Adelândia e Buriti de Goiás havia um vereador para menos de trezentos habitantes, enquanto em Mossâmedes a relação era de um vereador para 716 habitantes e em Sanclerlândia tinha um vereador para mais de oitocentos habitantes. Como pode ser verificado no quadro nº 10 a seguir:

Quadro 10. População residente e habitantes por Vereador:1996

Município	População residente	Vereadores	Habitantes por vereador
Mossâmedes	6449	09	716.5
Sanclerlândia	7677	09	853
Adelândia	2644	09	293.7
Buriti de Goiás	2432	09	270.2

Fonte: IBGE –Censos Demográficos e Contagem da População-1996

Confrontando os dados do quadro acima é possível identificar, numa comparação entre os quatro municípios, a questão da sub-representação²² e da sobre-representação parlamentar em nível local. Não pretende-se entrar em minúcias do debate da representação parlamentar, se é democrático ou não, se há ou não desvios da vontade do eleitor nos resultados de eleições; o objetivo aqui não é o de tecer considerações a respeito de um processo eleitoral, mas sim o de comparar a população residente com o número de cadeiras nas câmaras de vereadores.

A sobre-representação é evidente nos dois municípios mais novos, ou seja, Adelândia e Buriti de Goiás. A média para o conjunto dos municípios é de um vereador para 533 habitantes, enquanto em Adelândia é de um vereador para 293.7 habitantes e em Buriti apenas 270.2 habitantes por vereador.

Em Mossâmedes e Sanclerlândia ocorre o inverso, há uma sub-representação na comparação dos quatro municípios entre si. Em Mossâmedes um vereador representa 716.5 habitantes e em Sanclerlândia a proporção é de um vereador para 853 habitantes.

²² Castro (1999) fez uma análise da sub-representação e da sobre-representação parlamentar na Câmara dos Deputados.

A comparação da sub-representação e sobre-representação nas câmaras de vereadores não é esclarecedora por si mesma, mas serve como um componente para demonstrar a partilha do poder que ocorre com a emancipação desses pequenos Distritos e a quantidade de cargos criados , sobretudo nos poderes Executivo e Legislativo.

2- DE MOSSÂMEDES (1954) A MOSSÂMEDES (1996), O TERRITÓRIO ESTRUTURADO: CONFRONTANDO OS FRAGMENTOS.

Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção suscetível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. (Raffestin, 1993, p. 153)

O território atual do município de Mossâmedes pode vir a sofrer modificações, mas de certa forma ele foi constituído num processo que durou quase quatro décadas, desde a emancipação do Distrito de Mossâmedes em 1952 até o desmembramento de Buriti de Goiás em 1992.

O território do município foi se reduzindo à medida que as emancipações foram ocorrendo. O município é, atualmente, o resultado deste processo de desmembramentos que propiciaram a formação dos demais municípios a partir do território mossamedino.

À medida que os distritos foram alçando ao status de municípios, ainda conservavam certa dependência em relação a Mossâmedes. Na estruturação do novo município, a sede do poder Judiciário ainda continuava em Mossâmedes e o Distrito emancipado continuava como um Distrito Judiciário da Comarca de Mossâmedes, visto que o Poder Judiciário não existe na esfera municipal e uma Comarca pode abranger mais de um município.

Atualmente (2000) nenhum dos municípios constituídos a partir de Mossâmedes conserva essa dependência enquanto Distrito, no caso do Poder Judiciário. Mossâmedes continua tendo a sua Comarca, mas Buriti de Goiás pertence à Comarca de Sanclerlândia e Adelândia à Comarca de Anicuns. É notório, dessa forma, a perda de território, e em consequência a perda de poder do município de Mossâmedes para os demais, o que é bem expresso no depoimento a seguir:

Aqui tudo era município de Goiás Véia né, um mundão véio, São Luís, Corgo do Ouro, Fazenda Nova. Ai foi municipano, aqui (*Mossâmedes*) municipou primeiro, foi tirano município daqui, foi ficano pequeno, Delândia (*Adelândia*), Sanclerlândia, Buriti, isso tudo foi do meu tempo. Eu tenho medo de perder essa Comarca daqui porque Sanclerlândia vai que em vai. Sanclerlândia é comarca também. Aqui apurava (*apuração de eleições*) tudo quanto é município, agora tá apurano na Comarca de Sanclerlândia, nós vai ficano bem pobre aqui mesmo. (Sr. J.P.A., 82 anos nascido em Mossâmedes, vaqueiro aposentado. Em 06/10/2000)

A perda de poder do município é corroborada por outro depoente:

Mossâmedes era muito grande. Num determinado tempo criou a Reforma (*Silvolândia, município de São Luís de Montes Belos*), Quiabo Assado (*Adelândia*), Buriti, Sanclerlândia, tudo era

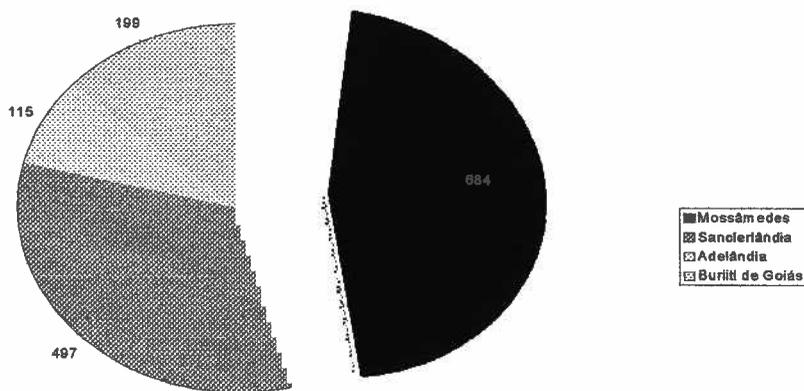
Mossâmedes. Só fazia eleição aqui, aquele povo de São Luís, Santa Rosa, tudo votava aqui, hoje é que foi tirano pedaço, tirou para São Luís né, municipalizou Adelândia, Sanclerlândia, Buriti. Foi muito ruim né. Agora tem uma coisa, Mossâmedes, ela é muito mal colocada né, então a renda daqui, Adelândia, por inzeiro, vai para Anicuns, vai para São Luís, aqui no Americano do Brasil tudo era daqui, hoje o município aqui não tem renda por causa disso sai tudo né. (Sr. J.N.S.L., 77 anos, fazendeiro, nascido em Mossâmedes. Em 06/10/2000)

O depoente confunde alguns locais que não pertenceram ao município de Mossâmedes, como Americano do Brasil que era Distrito de Anicuns, São Luís dos Montes Belos cujo desmembramento efetivou-se a partir do município da Cidade de Goiás, mesmo tendo sido integrante do então Distrito de Mossâmedes, e Silvolândia que é um povoado do município de São Luís. Estas pequenas confusões não diminuem o mérito da consciência de perda do território e do poder do município para os novos criados a partir dele, fato muito bem expressado pelo depoente nas expressões: *é que foi tirano pedaço*.

Os pedaços constituíram os municípios de Sanclerlândia, Adelândia e Buriti de Goiás. As partes subtraídas do território mossamedino são bastante significativas e atualmente (2000) o município tem menos da metade do território constituído com a instalação do município em 1954. Essa constatação é abalizada pelas áreas atuais (2000) dos municípios divulgadas pelo IBGE.

A título de exemplo da heterogeneidade da fragmentação do município serão analisados e comparados sucintamente a extensão dos quatro municípios; a população absoluta residente; a população relativa residente e os índices de população urbana. A escolha dos dados relativos ao ano de 1996 deve-se ao fato de que nos dados censitários de 1991, Buriti de Goiás ainda não era emancipado, além disso os dados do Censo Demográfico de 2000 não estão disponíveis. Desse modo, os dados da Contagem Da população de 1996 são os primeiros a possibilitar tais comparações para *os fragmentos territoriais de Mossâmedes*.

Os dados pretéritos das áreas dos municípios não conferem com os atuais, embora todos tenham mantido suas áreas originais, isto é, não perderam nem ganharam território, exceto Mossâmedes que sempre perdeu para a constituição dos outros, o que mudou então foi a aferição dessas áreas e por isso há pequenas divergências, destarte, são consideradas aqui as áreas atuais e não as divulgadas no passado. O gráfico nº 07 ilustra bem essas áreas.

Gráfico 07 Área dos municípios em Km²

Fonte: IBGE—Base de Informações Municipais

Como se nota os moradores tem plena razão quando dizem que foram *tirando pedaços* do município porque a extensão territorial de Mossâmedes era de 1495 km² e atualmente resta 684 km². Dos novos municípios constituídos, apenas Sanclerlândia com 497 km² se aproxima da extensão de Mossâmedes. Os dois mais novos estão bem distantes Adelândia com 115 km² e Buriti de Goiás com 199km². Mossâmedes mesmo tendo perdido áreas para a constituição destes municípios, permanece, ainda, maior que todos eles individualmente.

Se na extensão, o município ainda continua sendo maior, o mesmo não pode ser afirmado quando se analisa outro componente importante a ser considerado na perda de território por Mossâmedes, a população residente. Até o desmembramento de Buriti de Goiás, Mossâmedes conservava, ainda, a posição de mais populoso, após esse desmembramento a posição é perdida para Sanclerlândia como poder ser demonstrado no quadro nº 11

Quadro 11. População residente-1996

Município	Habitantes
Adelândia	2644
Buriti de Goiás	2432
Sanclerlândia	7677
Mossâmedes	6449

Fonte: IBGE –Contagem da População 1996

Quanto à população residente, considerando a população absoluta, Sanclerlândia é o maior entre os quatro municípios, com mais de sete mil habitantes, enquanto Mossâmedes fica em segundo lugar com menos de seis mil quinhentos. Adelândia é o terceiro, muito distante com menos de dois mil e quinhentos habitantes, cerca de um terço da população de Mossâmedes. Buriti de Goiás é o menor, mas com uma população muito próxima à de Adelândia.

Ao considerar os dados da população relativa a posição dos municípios é também diferenciada, como pode ser conferido no quadro nº12.

Quadro 12. População relativa-1996

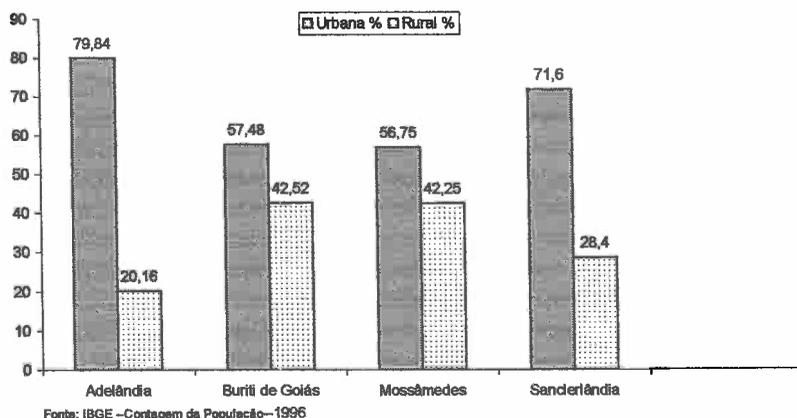
Município	Habitantes por km ²
Adelândia	22.99
Buriti de Goiás	12.22
Sanclerlândia	15.44
Mossâmedes	9.42

Fonte: IBGE –Contagem da População 1996

Da segunda posição na população absoluta, Mossâmedes passa para a quarta e última posição na população relativa, ou seja o município é o menos povoado. Adelândia é o município com a maior população relativa tendo mais que o dobro de habitantes por km² que Mossâmedes, isto, em parte, é explicado pela sua pequena área. Sanclerlândia ocupando a segunda posição está bem distante de Adelândia com 15.44 hab./km² e muito próximo de Buriti de Goiás que registra praticamente 13hab./km².

Uma última comparação será feita com os dados da população urbana sendo que não pretende-se, aqui, entrar na polêmica e no mérito do que é população rural ou urbana, mas sim demonstrar a população por meio dos dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE.

Gráfico 08. Percentual da população rural e urbana



De acordo com o gráfico nº08, a população urbana dos municípios de Buriti de Goiás e Mossâmedes é muito inferior à média do Estado de Goiás para o mesmo ano (85,7%), enquanto a de Adelândia e Sanclerlândia aproximam-se da média para o Estado. Mesmo não entrando no mérito dos critérios para a definição de população rural ou urbana, estes municípios tem sua população vivendo na zona urbana mas as atividades principais estão diretamente vinculadas à zona rural, sobretudo na agropecuária. Faz-se necessário pensar que o *urbano* nestes municípios não tem, necessariamente a mesma conotação do *urbano* do Brasil Metropolitano visto e analisado a partir de São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo de Goiânia. Estes pequenos núcleos desconhecidos e tratados meramente como dados estatísticos têm algumas especificidades pouco conhecidas que merecem ser estudadas pela Geografia Urbana. O que não constitui o objeto do presente trabalho.

Por ironia o município com o mais alto índice de população urbana, Adelândia, não tem sequer um posto de atendimento bancário. Sanclerlândia conta com três agências, Mossâmedes tem apenas uma e, em Buriti de Goiás funciona um posto de atendimento bancário.

Um ponto em comum e interessante nas sedes dos três municípios desmembrados de Mossâmedes é o seu formato alongado. Isso foi detectado com a observação *in loco* e confirmado com exames das plantas urbanas. As cidades surgiram nas margens das estradas, cresceram mas a forma original influenciada pela estrada ainda continua—figura nº11. Esta forma alongada é muito semelhante à forma da *Aldeia rua ou Aldeia alongada* descrita por Pierre George (1982).

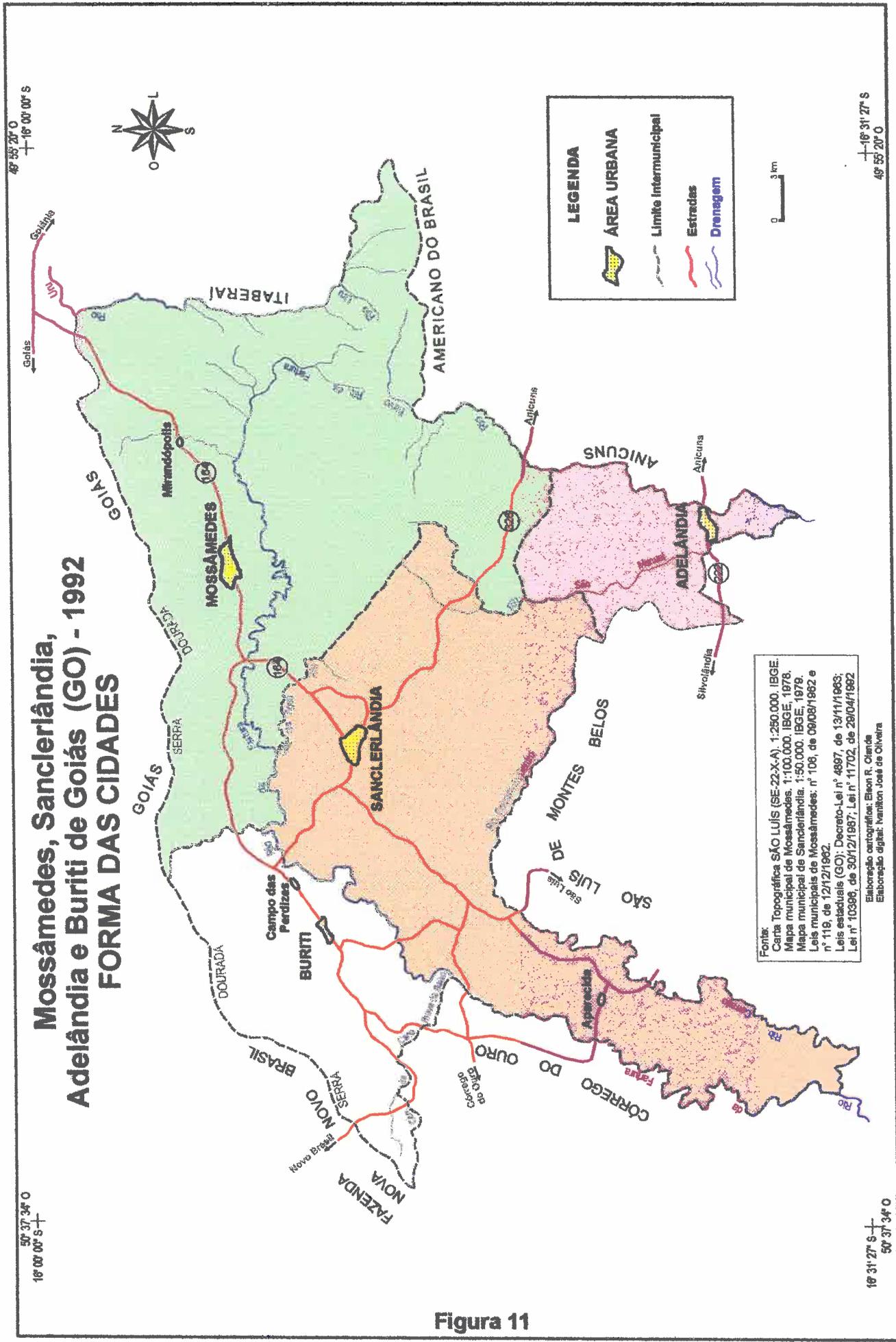


Figura 11

3- OS FRAGMENTOS : DA UTOPIA DA AUTONOMIA ECONÔMICA AO DILEMA DA DEPENDÊNCIA DOS REPASSES DO ESTADO E DA UNIÃO.

Via de regra, quando há um movimento separatista em um Distrito, um dos argumentos colocados em pauta é a falta de assistência do Distrito sede em relação ao outro. Essa argumentação pode até ser parcialmente ou completamente verdadeira, mas de modo geral ela esconde as reais intenções de boa parte dos “líderes pela emancipação”, o de controlar parcelas dos poderes pela *fragmentação do território*.

Os municípios desmembrados de Mossâmedes não fogem à regra, embora guardando especificidades entre si e aos demais municípios do Estado de Goiás e do Brasil, têm em comum o fato da emancipação se dar num embate pelo controle de parcelas de poder, via território.

Em Sanclerlândia, o primeiro prefeito eleito foi um dos principais líderes da emancipação. O mesmo ocorreu em Adelândia e Buriti de Goiás. Como é evidente, os anos que separam essas emancipações não apagam tão grandes semelhanças.

Já foi demonstrada a relação entre população residente e o número de vereadores nos municípios, nesta parte final será destacado a relação política e econômica com outras escalas do território/poder.

O Brasil é uma República Federativa como está firmado na Carta Magna de 1988 que estabeleceu no Título III, cinco capítulos sobre a *Organização do Estado*. No Capítulo IV estão Reunidos os princípios gerais que regem os municípios, mesmo não tendo uma definição de critérios para a definição da constituição dessa parcela do território.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE (IBGE—Anuário Estatístico do Brasil, 1998), “Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil”. Com relação a hierarquia não resta a menor dúvida de que são as menores unidades. Quanto a autonomia serão enfocados dois exemplos que comprovam a sua ficção.

Primeiro: durante os governos dos militares (1964-84) as capitais dos Estados e os municípios considerados *Área de Segurança nacional*, nem sequer elegiam os seus prefeitos,

estes eram impostos via governos estaduais, cujo governador era nomeado pelo Poder Central da União.

Segundo: atualmente no *período técnico científico informacional*, com o tipo perverso de globalização, a economia comanda tudo e a todos. No Brasil, as chaves de acesso aos recursos estão concentradas no Banco Central. A maioria dos recursos públicos é recolhida pela União que por sua vez repassa parte aos estados e municípios. Nesse final de século XX, setores da mídia e muitos políticos têm colocado os pequenos municípios como perdulários dos recursos gerados pelos maiores. Pode ser uma meia verdade, mas com isso escondem, entre outros, as remessas de lucros feitas para o exterior pelas grandes empresas e o pagamento das dívidas interna e externa. Tem-se cada vez mais uma regulamentação econômica realizada pelas grandes empresas e pelo Estado, seu guardião maior, em detrimento da regulação dos direitos sociais..

Embora o discurso dos *pequenos municípios perdulários* tenha um componente ideológico muito forte, ele serve como introdução para a discussão da questão. Se a grande parte dos pequenos municípios sobrevive de repasses de recursos dos Estados e da União, os critérios legais para esses repasses foram e são definidos pela União, por meio do Congresso Nacional.

Mossâmedes e seus *fragmentos*, quais sejam: Adelândia, Buriti de Goiás e Sanclerlândia, são como a maior parte dos pequenos municípios, dependentes dos repasses de recursos estaduais e federais. Mas essa dependência não é de forma igualitária e pode ser colocada em dois grupos distintos.

Sanclerlândia e Mossâmedes já são municípios consolidados, tem uma infra estrutura com serviços bancários, de educação, saúde, entre outros, já estruturados. Como pode ser conferido no quadro nº 13. Dessa forma o grau de dependência de repasses de recursos é menos acentuado em Sanclerlândia porque possui atividades econômicas mais dinamizadas, sobretudo pela pecuária leiteira.

Quadro 13..Agências bancárias, atendimento escolar, hospitais e leitos hospitalares: 1996

Indicadores	Adelândia	Buriti de GO	Mossâmedes	Sanclerlândia
Agências bancárias	Nenhuma	Nenhuma	Uma	Três
Matrículas – educação pré-escolar	56	47	80	48
Matrículas – ensino fundamental	711	669	1478	2006
Matrículas – ensino médio	87	94	263	365
Docentes – educação pré-escolar	1	2	5	3
Docentes – ensino fundamental	27	29	66	87
Docentes – ensino médio	8	13	9	13
Estabelecimentos de ensino pré-escolar	1	1	2	2
Estabelecimentos de ensino fundamental	1	3	14	10
Estabelecimentos de ensino médio	1	1	1	1
Hospitais	1	Nenhum	1	2
Leitos hospitalares	25	Nenhum	34	65
Unidades ambulatoriais	1	1	4	7

Fonte: Base de Informações Municipais[CD-ROM]. Rio de Janeiro, IBGE, 2000

Adelândia e Buriti de Goiás são *dependentes* num grau bem mais elevado, porque ainda estão construindo sua infra-estrutura e não possuem sequer escolas municipais para o atendimento ao alunos do Ensino Fundamental, uma obrigação legal estabelecida aos municípios pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No município de Buriti não há um hospital e por conseqüência nenhum leito hospitalar. Outrossim , esses dois municípios podem ser enquadrados, pela emancipação , na afirmação de Andrade (1996, p., 219)

A nível municipal, se observa uma verdadeira pleora da divisão de municípios com a elevação de distritos a municípios, em grande parte estimulada pelas vantagens auferidas com a participação no fundo de participação e justificada com a alegação de que a administração municipal beneficia distritos sedes em detrimento dos demais. Assim, as vilas, sede de distritos, ficariam prejudicadas frente às cidades sedes de municípios.

Ao confrontar as afirmações de Andrade com parcelas do valor e a origem dos recursos alocados pelos municípios em 1996, comprova-se que Adelândia e Buriti de Goiás realmente podem ser cabides do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como pode ser verificado no quadro nº14, a seguir.

Quadro 14. Dados da receita tributária—1996(valores em R\$)

Municípios	ICMS	FPM	IPTU/ITU	Taxas municipais
Adelândia	103.567,36	711.891,94	1.757,73	521,63
Buriti de Goiás	150.354,17	Não consta	2.410,47	456,39
Mossâmedes	201.852,10	949.189,26	1.943,79	851,63
Sanclerlândia	685.013,35	949.189,26	7.546,13	1.062,28

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás-1996

Como foi expresso no quadro nº 14, os impostos locais são insignificantes para os quatro municípios. No Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que obedece a um critério de proporcionalidade na arrecadação, Sanclerlândia tem uma grande vantagem em relação aos demais. Nos repasses do FPM as cotas de Mossâmedes e Sanclerlândia são iguais ao passo que a de Adelândia fica muito próxima à verificada para os dois primeiros, embora não conste a cota de Buriti de Goiás é possível especular, pela semelhança com Adelândia, deve ter sido igual ou semelhante a este.

Concluindo, é possível identificar que municípios bastante diferenciados e com demandas de aportes de recursos diferentes tem um caixa muito semelhante, como Adelândia, Mossâmedes e Buriti de Goiás. Então pode-se arriscar que os critérios estabelecidos a partir dos poderes estaduais e federais realmente são falhos e contém injustiças fiscais, mas nem todos os pequenos municípios são perdulários. Neles, também, o país é construído e vivido a cada dia nas suas singularidades. Se todos são responsáveis pelo país, a recíproca também é verdadeira, o país também é responsável por todos, onde estiverem, nas metrópoles ou nos pequenos núcleos, sob pena destes tornarem-se em *idades dos pés juntos*.

EPÍLOGO

Ao finalizar este estudo faz-se necessário dizer que foram muitas as dificuldades para a sua realização, mas as possibilidades de superação e a transposição dos obstáculos impulsionaram a busca de meios capazes de satisfazer e responder as inquietações surgidas pelo caminho.

O viajante encontrando indagações a partir do visível na cidade de Mossâmedes, passado um tempo, buscou respostas para o que não é aparente. A busca de respostas constituiu-se, também e principalmente na elaboração de novos questionamentos.

A questão inicialmente proposta é : Como se deu o processo de formação e fragmentação territorial do município de Mossâmedes-GO? Foi respondida pela confirmação da hipótese de que o município de Mossâmedes-GO, teve o seu território fragmentado a partir da década de 60, em decorrência da intensificação do processo de ocupação das áreas em ambiente de Cerrado no Estado de Goiás como resultado de políticas públicas, apesar da ocupação pioneira ter sido realizada, preferencialmente neste período, na “Zona do Mato Grosso de Goiás” nas décadas de 30 e 40. A apropriação e o uso da terra pelas atividades econômicas como a pecuária e a agricultura contribuíram para a formação e a consolidação de núcleos urbanos que obtiveram a “autonomia” político-administrativa fragmentando, assim, o território de Mossâmedes.

O que parece óbvio inicialmente não é tão simples como se apresenta. No estudo de pequenos municípios um grande problema é a falta de bibliografia que realmente dê um enfoque a esta menor fração do território, que, em contrapartida, é o que constitui-se no *espaço vivido* de fato pelas pessoas.

Acredita-se que o estudo do município traz uma contribuição à Geografia, visto que esta ciência humana deve ter um compromisso profundo com o estudo do território das pessoas e no Brasil, especialmente, nos municípios as pessoas nascem, vivem e morrem ou seja, eles constituem as unidades territoriais locais concretas e visíveis.

O *espaço goiano* tem sido estudado de forma sistemática pela Geografia, mas o enfoque nos municípios goianos, enquanto parte de um território integrado de forma violenta aos espaços nacionais e internacionais, necessitam de um olhar geográfico que procure

inicialmente aquilo que é visível num primeiro momento e alcance o que deve ser buscado além das aparências.

Goiás não é um Estado agropecuário ou agro-industrial por "vocaçãõ", como quer o senso comum. *O espaço goiano* foi e está sendo construído para ser dessa forma e não de outra. Os pequenos municípios goianos têm especificidades pouco conhecidas e nesse sentido acredita-se que este trabalho, sem maiores ambições e/ou pretensões, possa contribuir nesta tarefa de compreensão da situação complexa e heterogênea dos municípios do Estado de Goiás e do Brasil.

O inventário das condições gerais que levaram a formação dos atuais 246 municípios goianos é insuficiente para uma explicação sobre cada um em particular pois, individualmente, têm no seu interior um processo que não pode ser explicitado apenas por questões gerais. É necessário estabelecer de forma empírica a profunda imbricação existente entre o *singular*, o *particular* e o *geral*, ou seja, o *local*, o *regional* e o *nacional* na formação territorial dos municípios.

Dos municípios pesquisados, Sanclerlândia, Buriti de Goiás e Adelândia têm origens comuns. Mossâmedes se fragmentou, mas cada município resultante dessa fragmentação territorial guarda especificidades que foram explicitadas por este estudo.

Ao chegar ao final deste trabalho, que não teve a intenção de ser conclusivo e muito menos a pretensão de esgotar a temática proposta, as inquietações impulsionam na direção de quatro questões atuais relacionadas aos municípios:

Primeira: quais são as perspectivas dos pequenos municípios para conter a migração da população para os grandes centros?

Segunda: no caso dos municípios pesquisados, por que Sanclerlândia alcançou um destaque maior, sobretudo no plano econômico?

Terceira: qual é o papel desempenhado pelo entroncamento rodoviário em Sanclerlândia, uma vez que nesta cidade há um cruzamento das rodovias GO 326 e GO 164?

Quarta: Adelândia e Buriti de Goiás realmente podem se consolidar na condição de municípios com autonomia política e financeira?

As respostas só poderão ser obtidas, confirmadas ou negadas com a continuidade dos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRE, José M. P. de. *Anais da província de Goiás*. Goiânia: Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 1979.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE GOIÁS*. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional/Superintendência de Estatística, Pesquisa e informação-ano 1996. Goiânia-Go
- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás. *LDB comentada*. Goiânia, ADUFG, 1997. 35 p.
- ATAÍDES, Jézus M. *Sob o signo da Violência; Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia, Ed. da UCG, 1998. 187 p.
- AZEVEDO, Francisco F. S. *Anuario historico, geographico e descriptivo do estado de Goyaz para 1910*. Brasília, SPHAB, 1987.
- BARREIRA, Celene C. M. A. *Região da estrada do boi; usos e abusos da Natureza*. Goiânia, Ed. da UFG, 1997. 154p.
- BARREIRA, Celene C. M. A. *Vão do Paranã; a estruturação de um território regional*. São Paulo: USP, 1997. [Tese de Doutorado]. 320 p.
- Base de Informações Municipais* [CD-ROM]. Rio de Janeiro, IBGE, 2000
- BERNARDES, Carmo. *Quarto crescente; lembranças*. 2. ed. rev. Goiânia, Ed. da UFG, ed. da UCG, 1986.
- BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia, Oriente, 1978. 160 p.
- BORBA, Odiones F. A Cidade de Goiás; o núcleo urbano primitivo do território goiano. *Cidade de Goiás; formas urbanas e redefinição de usos*. Goiânia, IESA/UFG, 1998. [Dissertação de Mestrado]
- BORGES, Barsanufó G. *O despertar dos dormentes*. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990. (Coleção Documentos Goianos). 130 p.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

- BRANDÃO, Carlos R. & RAMALHO, José R. *Campesinato goiano; três estudos*. Goiânia, Ed. da UFG, 1986. 156 p.
- BRANDÃO, Carlos R.. *Plantar, colher, comer; um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro, Graal, 1981. 181 p.
- BRASIL. *Constituição de 1988*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.
- BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962. Tradução por Ruth Magnanini, traduzido de *La géographie humaine*, Paris 1956. 507 p.
- CAIADO, Leolídio. *Dramas do Oeste; história de uma excursão nas regiões da ilha do Bananal*, em 1950. 3. ed. Goiânia, UNIGRAF, 1981. 154 p.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1977. 284 p
- CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás; da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, Ed. da UFG, 1997. 247 p.
- CAPEL, Horácio. Ruptura y continuidad en el pensamiento geográfico. *Filosofia y ciência en la Geografia contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1981.
- CAPEL, Horácio. A criação do território. Engenheiros e arquitetos da ilustração, na Espanha e na América. *O nascimento da ciência moderna e a América*. Maringá, Eduem, 1999.
- CARDOSO, Maria F. T. C. Organização urbana. In: IBGE. *Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- CASTRO, Iná E. Visibilidade da Região e do Regionalismo. A escala brasileira em questão. In. LAVINAS, Lena e outras (orgs.). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- CASTRO, Iná E. Desigualdades regionais, cidadania e representação no Brasil. In: CASTRO, Iná E. e outros. *Redescobrimo o Brasil; 500 anos depois*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- CAVALCANTI, Lana S. Conceitos científicos na linguagem geográfica. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. São Paulo, Papirus, 1998.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 248 p.

- CORRÊA, R. L. Região; A Tradição Geográfica. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Wanderley M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 3. ed. São Paulo, Contexto, 1991. 83 p.
- DOLES, Dalísia E. M. A primeira fase de ocupação agrícola de Goiás. *Cadernos de Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Letras—ICHL/UFG*. Goiânia, n° 01. P. 07-24. 1988.
- ESTADO DE GOIÁS. *Economia e desenvolvimento; conjuntura sócio-econômica de Goiás*. Goiânia, ano 1, n° 1, out/dez, 1999.
- FAISSOL, Spiridião. *O Mato Grosso de Goiás*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1952. 140 p.
- FRANÇA, Maria S. *Terra, Trabalho e História*. São Paulo, FFLCH/USP, 1985. [Tese de Doutorado]. 168 p.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- GALVÃO, Anadir Costa e outros. *O município na escola; Adelândia*. Goiânia, Leitura Editora, 1993. 38 p.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. *O sul; o caminho do roçado*. São Paulo, Marco Zero, 1989. 285 p.
- GEORGE, Pierre. *Geografia rural*. São Paulo, Difel, 1982. 252 p.
- GOMES, Horieste. *Geografia sócio-econômica de Goiás*. Goiânia, Brasil Central, 1969. 24 p.
- GOMES, Paulo C.C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO e outros. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- GOULART, Nestor R. *Imagens de cidades e vilas do Brasil colonial*. São Paulo, Edusp, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. e outros. *Geografia; conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995.

- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaucha” no nordeste*. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997. 293 p.
- HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 1998. 308 p.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo, Loyola, 1998. 349 p.
- HERÉDIA, Beatriz M. A. *A morada da vida; trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.
- IBGE/ Conselho Nacional de Geografia. *Tipos e aspectos do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro, 1949.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, t. XXXVI, Goiás.
- IBGE. *Contagem da população*. Vol. I . Resultados relativos a sexo e situação da unidade domiciliar. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.
- KAGEYAMA, Ângela (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro; do complexo rural aos complexos agroindústrias. In. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1985. P.37-47.
- LAMARCHE, Hughes. *Agricultura familiar; comparação internacional*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.
- LATOUR, Jorge. *Goiás; uma nova fronteira humana*. Rio de Janeiro; Conselho de Imigração e Colonização, 1949. 237 p.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo, Edusp, 1999. 215 p.
- MARTIN, André R. *As fronteiras internas e a “ questão regional” do Brasil*. São Paulo, FFLCH/USP, 1993. [Tese de Doutorado]
- MARTIN, André R. *Fronteiras e nações*. 2. ed. São Paulo, Contexto, 1994. 91p.
- MARTINS, José S. *Os camponeses e a política no Brasil* 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1990. 185 p.

- MARTINS, José S. *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec, 1993. 179 p.
- MARTINS, José S. O tempo da fronteira. *Fronteira; a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MARTINS, José S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Hucitec, 2000. 210 p.
- MARX, Karl. Conversão do lucro suplementar em renda fundiária, capítulo XXXVII pp.705-733. In: *O capital – livro terceiro*. São Paulo, Civilização brasileira, 1980.
- MESQUITA, Zilá. Do território à Consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (orgs.). *territórios do cotidiano; uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1995.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. A geopolítica das fronteiras. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, Papirus, 1995.
- MONTEIRO, Ofélia S. N. *História de São José de Mossâmedes*. Mossâmedes, Prefeitura Municipal, 1974.
- MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo, Difel, 1957. 244 p.
-
- Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. São Paulo, Hucitec/Polis, 1998. 392 p.
- MOODIE, A. E. Fronteiras e limites. *Geografia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. Tradução por Christiano Monteiro Oiticica, tradução de *Geography behind politics*. Londres, 1963.
- MORAES, Celso. *Clara luz; A História de Sanclerlândia*. Sanclerlândia, Prefeitura Municipal, 1993, 182 p.
- MORAES, Antonio C. R. *Ideologias geográficas*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1996. 156 p.
- NASCIMENTO, Maria A. L. S. *Geomorfologia do Estado de Goiás*. Boletim goiano de Geografia. *Goiânia*, v. 12, n.º 1, p. 1-22, jan/dez. 1992.
- NIMER, Edmond & BRANDÃO, Ana P. M. (Coord.). *Balanço hídrico e clima da região dos cerrados*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989. 166 p.

- PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás*. 3. ed. Goiânia, Oriente, 1979. 176 p.
- PALACIN, Luis e MORAES, Maria A. S. *História de Goiás*. 5. ed. Goiânia, Ed. da UCG, 1989. 124 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA. *História do município de Sanclerlândia*. Mimeografado, Sanclerlândia, s/d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DE GOIÁS. *Município de Buriti de Goiás. 1997*
- RAFESTIN, Claude. O que é território. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- RATZEL, Friederich. El território, la sociedad y el Estado. In: MENDONZA, J. G. e outros (orgs.). *El pensamiento geográfico*. Madrid; Alianza editorial, 1992.
- RUA, João. Implicações territoriais do processo de modernização no município de Quissamã (RJ). In: RUA, João (org.). *Quissamã em busca de novos caminhos*. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da UERJ, 2000.
- SALLES, Gilka V. F. O povoamento de Goiás (1736-1970). *Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras—ICHL/UFG. Goiânia*, vol. I n.º 1, p. 79-114. Jul/dez.1981.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo, Hucitec, 1981. 203 p
- SANTOS, Milton. Região; Horizontalidades e Verticalidades. *Encontro Internacional Espécie, Espaço, Estado—O Desafio do Ordenamento Territorial*. S/ indicação do local, 1994
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1997. 308 p.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização; do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000. 236 p.
- SEABRA, Odete e outros. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo, Perseu Abramo, 2000. 127 p.
- SILVA, Armando C. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton e outros (org.). *O território; globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec, 1986.

- SILVA, José F. G.(Coord.) Introdução p.1-14; A mão-de-obra nos imóveis rurais,p. 96-156. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- SILVA, José F. G. *A modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. e outros (orgs.). *Geografia, Conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- TEIXEIRA NETO, Antônio. Formação territorial; considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. *Boletim Goiano de Geografia* Goiânia, n. 2 , vol. 2, p. 137-163, jul/dez, 1982.
- TIBALLI, Elianda F. A. As aldeias e os presídios. *A expansão do povoamento em Goiás; século XIX*. Goiânia, ICHL/UFG, 1991. [Dissertação de Mestrado].
- WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. As zonas pioneiras do Brasil. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel C. & ANDRADE, Sandra M. C. *A federação brasileira; uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto, 1999. 127 p. (Repensando a Geografia)
- BARRETO, Maria J. R. *Dimensões da agricultura e regionalização Da modernização no Mato Grosso de Goiás-1975*. Rio Claro, UNESP,1981. [Dissertação de Mestrado] 123 p.
- BECKER,. Berta K. & EGLER, Claudio A. G. *Brasil; uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,1993. 267 p.
- CARVALHO, M. C. de (org.). *Construindo o saber*. 5. ed. Campinas, Papirus,1995. 175.
- DÓRIA, O. *Município; o poder local*. São Paulo, Scrita, 1992. 88 p.
- DREIFUSS, René Armand. *Política, poder estado e força: uma leitura de Weber*. Petrópolis, Vozes, 1993. 103 p.

FELICIANO, Terezinha. *Degradação do cerrado; a degradação ambiental no município de Buriti de Goiás-GO, na década de 90.* Cidade de Goiás, Faculdade de Filosofia Cora Coralina, 1998. [Monografia de graduação] 27 p.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido.* Coimbra, Almedina, 1976. 275 p.

LENHARO. Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil; Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.* 2. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.105 p.

LUNA, Sérgio V. *Planejamento de pesquisa; uma introdução.* São Paulo, EDUC, 1996, (série trilhas)

FONTES

CARTAS :

Escala. 1: 1000.000

RADAMBRASIL -- Goiânia SE -22.

IBGE Carta Topográfica Goiânia SE-22

Escala 1: 250.000

IBGE --Carta Topográfica São Luís de Montes Belos SE-22-X-A

Carta Topográfica Goiás SD-22-Z-C

Escala 1: 100.000

IBGE—Carta Topográfica Sanclerlândia SE-22-X-A-II

MAPAS

Mapa municipal de Mossâmedes. 1: 100.000. IBGE, 1978

Mapa municipal de Sanclerlândia. 1:50.000, IBGE, 1979

CENSOS DEMOGRÁFICOS:

1872; 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991 Contagem da População 1996.

CENSOS ECONÔMICOS:

1960; 1970; 1975; 1980; 1985

FONTES DE ARQUIVO

Goiás. Arquivo Histórico. Mossâmedes, caixa única.

LEIS ESTADUAIS.

Lei nº 772, de 14 de setembro de 1952—Criação do Município de Mossâmedes.

Decreto Lei nº 4897, de 13 de novembro de 1963—Criação do município de Sanclerlândia.

Lei nº 10396, de 30 de dezembro de 1987—Criação do município de Adelândia.

Lei nº 11702, de 29 de abril de 1992—Criação do município de Buriti de Goiás.

LEIS MUNICIPAIS DE MOSSÂMEDES.

Lei nº 106, de 09 de agosto de 1962—Eleva à categoria de distrito o povoado de Adelândia.

Lei nº 119, de 02 de dezembro de 1962—Cria os distritos de Aparecida, Buriti, Sanclerlândia e discrimina as divisas territoriais.

Lei nº 173, de 11 de novembro de 1966—Transfere a sede do distrito de Buriti para Campo das Perdizes.

JORNAIS

A Matutina Meiapontense. Nº 375 10 de outubro de 1832. Meyaponte 1832.

A Matutina Meiapontense. Nº 411 , 13 de fevereiro de 1832. Meyaponte 1833.

O Popular, Goiânia. 13/09/1998, p. 4 e 5B; 14/07/1999, capa, e p.2 a 6; 17/10/1999,p. 7B e 8 B; 27/04/2000, caderno, p.09 ; 28/05/200, p. 05; 05/11/200, p.07 ;1712/200, p. 03.